

40244. D83  
2004 34842

Bernardo  
10/07/2004

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

TESE DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO  
E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A TRANSIÇÃO NA EUROPA DE LESTE : DEZ  
ANOS DEPOIS QUE FUTURO?

António José Fonseca Duarte  
sob orientação do Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino

Júri :

Presidente : Doutor Manuel Avelino de Jesus  
Vogais : Doutor Luís Filipe Lobo Fernandes  
Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino

Lisboa –Julho de 2004





## Agradecimentos



O presente trabalho em muito se deve aos meus pais, ao meu irmão por acreditarem em mim, pelos incentivos que me derem e pela compreensão que tiveram pelos momentos de privação que lhes causei.

Uma palavra de agradecimento especial ao Sr. António Franco e ao Sr. Ricardo Pinheiro, meus responsáveis hierárquicos no BPN-Banco Português de Negócios SA, por toda a compreensão e apoio demonstrado na conciliação entre a actividade profissional e a realização deste trabalho.

Aos meus amigos, o meu apreço porque souberam compreender que a minha ausência, foi muitas vezes causada pela necessidade de estar empenhado na realização deste sonho.

Uma palavra especial para o meu orientador, o Professor Horário Faustino que sempre me incentivou e desde a primeira hora se mostrou disponível para colaborar na realização deste trabalho.

Todas as páginas seguintes não são mais que a concretização pessoal de um sonho agora tornado realidade, nada na vida se consegue sem esforço e dedicação e esta tese representa isso mesmo para mim.

As eventuais limitações deste trabalho são como é óbvio da minha inteira responsabilidade.

“ Uma viagem de 1000 Quilómetros começa sempre por um pequeno passo ”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Lao Tse



## Resumo

O ano de 1989 marcou a viragem nas histórias das economias de planeamento central, e a queda do muro de Berlim acabou por ser o factor decisivo para as transformações ideológicas e económicas que se seguiram. Vários países da Europa de Leste iniciaram assim a chamada transição para economia de mercado, e as grandes economias da União Soviética e da China foram abaladas, principalmente na União Soviética onde o desmembramento resultou num conjunto de novos países e em grande estabilidade política.

As diferentes condições de partida dos países, associados às medidas restritivas da procura tomadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, através dos seus programas de ajustamento estrutural, levaram a que se assistisse a uma transição a duas velocidades.

A um ritmo mais acelerado temos a Polónia, que apesar de ser de todos eles aquele que apresenta um sector agrícola mais forte, fez da sua proximidade com a Alemanha uma vantagem. Igualmente a Hungria, a República Checa, a Estónia, Eslovénia e Eslováquia são países que apresentam hoje bons indicadores económicos revelando uma adaptação das suas economias ao actual processo de globalização.

No outro lado encontram-se a quase totalidade dos Novos Estados Independentes, que não conseguiram desprender-se da antiga União Soviética, actual Rússia, mas também não conseguiram adaptar-se às exigências da passagem de uma economia planificada para uma economia de mercado. A própria Rússia enfrentou recentemente uma das maiores crises financeiras da sua história. Toda esta situação foi agravada pelas lutas intermináveis pelo poder e pela independência que se travaram naquela zona do globo.

Estes países encontram-se, 10 anos após o início da transição, numa situação económica mais débil, altamente endividados perante o estrangeiro e com fortes entropias nas economias, geradas por fortes tensões inflacionistas e por uma grande corrupção.

Cabe aos governos tomar as medidas e empreender reformas na área da educação, da saúde mas sobretudo ao nível da despesa pública, nomeadamente na segurança social. Os países ainda conservam velhos vícios dos tempos findos e continuam a ser – alguns deles – autênticos “estados-providência”. Paralelamente os conflitos bélicos na Ex- Jugoslávia e a constante luta pela independência nalgumas repúblicas russas trazem ainda maior instabilidade e afastam o investidor estrangeiro.

Aos poucos, o cenário começa a mudar, não só porque algumas medidas de política económica começam a surtir efeito, mas também devido à aproximação à União Europeia, cujo objectivo é o de evitar a criação de zonas subdesenvolvidas ao seu redor. A União Europeia cria programas específicos de ajuda como o PHARE e o TACIS e inicia as negociações de pré-adesão com estes países. Com esta situação é automaticamente disponibilizado o fundo de pré-adesão por forma a amenizar as assimetrias existentes.

Por outro lado, o comércio e as alterações resultantes do Uruguay Round, resultam num aumento das transacções comerciais e da diminuição da importância do comércio intra-regional, assistindo-se no entanto a uma forte dependência da Rússia como principal parceiro de trocas comerciais.

A forma como se processou, mas sobretudo a forma como se irá processar a transição daqui para a frente será fundamental, na integração económica destes países no espaço comunitário.

**Palavras – Chave:** Transição, Globalização, Cooperação Europeia, Desenvolvimento, Ajustamento estrutural, Alargamento, Comércio e Desenvolvimento.



## Executive Summary

The year of 1989 marked the change in the history of the economies of central planning in century XX. The fall of the wall of Berlin was the decisive factor for also economic and ideological transformations, in the economy and civil society.

Several countries of the East Europe had initiated the transition for the market economy, and the powerful economies of the Soviet Union and China had been strongly affected, mainly the first one where the separation resulted in a set of new countries.

*The different conditions of departure associated to the restrictive measures of demand taken by the World Bank and the Monetary International Fund, through its programs of structural adjustment, leaded to a two speeds transition in these countries.*

To a faster rhythm we have the Poland , that although to be the one that presents a stronger agricultural sector, made of its proximity with Germany an advantage. Equally the Hungary, the Czech Republic, the Estonia and the Slovenia are countries that presents good economic pointers, disclosing an adaptation of its economies to the new globalization.

In the other side we meet almost the totality of the New Independent States, that had not separate themselves completely of the old Soviet Union, but also not adapt their economies to the requirements for a transition to a market economy. Russia recently faced one of the biggest financial crises of its history. All this situation was aggravated by the interminable fights for the power and the independence in that zone of the globe.

These countries face now, 10 years from the beginning of the transition, a weaker economic situation, strong internal and external debits, and entropies in their economy, generated for strong inflating tensions and corruption.

The role of the governments is to take the measures and to undertake reforms in the area of education, health, but over all in public charges, nominated in the social security. The countries still conserve vices of the old times and continue to be - some of them – in extreme protection of the social expenses.

Parallel the conflicts in ex-Yugoslavia and the constant fight for independence in some Russian republics contribute for a grew of instability and keep away the foreign investor.

Slowly the scenario starts to change, not only because some measures of economic politics start to cause effect, but also due to approach to the European Union, whose goal is to prevent the grew of sub-development zones near its borders. The European Union creates specific programs of aid as the PHARE and the TACIS and initiates the negotiations of pre-adhesion with these countries.

With this situation automatically the fund of pre-adhesion is mobilize in order to reduce the existing asymmetries.

On the other hand, the commerce, and the resultant negotiation of the Uruguay Round, result in an increase of the commercial transactions, and the reduction of the importance of the intra-regional commerce, attending itself however one strong dependence of Russia as main partner of commercial exchanges.

The way that the transition had been processed, but over all the way that will be gone to process in the near future assume a major importance , in the economic integration of these countries in the European Union .

**Keywords** : Transition, Globalization, European Cooperation, Development, structural Adjustment, Enlargement, economical and social reforms, Trade and Development.



# Índice

Introdução.....	17
1. A Teoria da Transição: A Chegada da Economia de Mercado.....	20
1.1. O colapso do sistema de planeamento central na Rússia.....	20
1.2. A estabilização macro económica de uma nova economia.....	21
1.2.1. A transição em duas velocidades.....	21
1.2.2. A evolução macroeconómica da região.....	28
1.3. Desafios para o Futuro.....	29
1.3.1. Redução dos desequilíbrios externos.....	29
1.3.2. A estabilidade monetária e o controlo da inflação.....	30
1.3.3. O combate ao desemprego.....	31
1.3.4. Reformas Sociais e o Papel dos Governos Centrais.....	32
1.3.4.1. O bem-estar social e a sua importância nas economias.....	32
1.3.4.2. Gestão das Mudanças Ocorridas na Transição.....	34
1.3.4.3. Reformas a Empreender.....	36
1.3.7. A integração internacional.....	39
1.3.8. As reformas do Estado.....	40
2. Renascer de novas políticas comerciais.....	41
2.1. As implicações do Uruguay Round nas economias de transição.....	41
2.2. O Comércio nas economias de transição.....	43
2.2.1. Estrutura exportadora.....	44
2.3. Novas Políticas Comerciais.....	44
2.4. Reformas Comerciais.....	46
2.5. Impacto do Uruguay Round nas relações comerciais.....	48
2.5.1. Cláusula da nação mais favorecida.....	48
2.5.2. Acordos preferenciais de comércio – GSP.....	49
2.6. A estrutura comercial dos países de leste.....	49
2.7. Barreiras ao comércio: Melhorar o acesso aos mercados.....	51
2.7.1. Acordos multilaterais.....	51
2.7.2. Melhoria do acesso aos mercados externos.....	52
2.7.3. Eliminação das barreiras domésticas ao comércio.....	53
2.7.4. Barreiras de informação.....	53
2.7.5. Barreiras infra estruturais.....	54
2.7.6. Sistema Bancário e o mercado de capitais.....	54
2.7.7. Ambiente regulador da economia.....	57
3. União Europeia e as Economias de Leste.....	58
3.1. Natureza da Cooperação Externa da União Europeia.....	58
3.1.1. A cooperação na União Europeia: contexto político envolvente.....	58
3.1.2. Os instrumentos da cooperação Externa.....	61
3.1.4. A distribuição sectorial e regional da Cooperação externa.....	63
3.2. Pacto de Estabilidade para a Europa de Leste.....	66
3.3. O Papel da União Europeia no Pacto de Estabilidade.....	67
3.4. O Alargamento a Leste: Realidade ou Utopia.....	69
3.4.1. Componentes no Processo de Alargamento.....	69
3.4.2. Análise ao Alargamento: Critérios Políticos e Económicos.....	72
3.4.2.1. Definição dos Princípios de Adesão.....	73
3.4.3. O processo de alargamento e os países limítrofes.....	74
3.4.3.1. Ponto de Situação nos países dos Balcãs Ocidentais.....	75
3.4.3.2. Ponto de Situação dos Novos Estados Independentes.....	76
3.5. Alargamento: Em que ponto estamos?.....	77
3.5.1. Critérios políticos.....	77
3.5.1.1. Evolução global.....	77
3.5.2. Critérios económicos.....	80
3.5.2.1. Evolução global.....	80
3.5.2.2. Conclusões.....	85
3.5.3. Outras obrigações resultantes da adesão.....	87
3.5.3.1. Adopção, implementação e aplicação efectiva do acervo.....	87
3.5.3.2. O Alargamento e os Sectores.....	87

3.5.3.3 A União Económica e Monetária e o Euro .....	89
3.5.3.4 O primeiro grande alargamento .....	90
3.6. Cooperação económica para o desenvolvimento a Leste .....	92
3.6.1. Evolução e Mecanismos de Apoio .....	92
3.6.2. Programa PHARE .....	95
3.6.2.1. Desempenho Financeiro .....	97
3.6.3. O desempenho económico .....	99
3.6.3.1. Reforço da capacidade institucional .....	100
3.6.3.2. Apoio ao investimento .....	101
3.6.3.3. Colaboração com as instituições financeiras internacionais .....	101
3.6.3.4. Mecanismo de apoio às grandes infra-estruturas .....	102
3.6.3.5. Planeamento para o futuro: Phare, ISPA e SAPARD .....	102
3.6.3.6. Justiça e assuntos internos .....	103
3.6.4. O novo programa Phare de cooperação transfronteiriça .....	107
3.7. Programa Tacis .....	110
3.7.1. Enquadramento Legal .....	111
3.7.2. Funcionamento do Programa Tacis .....	112
3.7.3. O Desempenho Económico .....	112
3.7.4. Desempenho Financeiro .....	116
3.7.5. O futuro do Programa Tacis – Desafios e Execução .....	122
4 . Conclusão .....	124
Bibliografia .....	126
ANEXOS .....	130
<input type="checkbox"/> Anexo 1 – Trocas Comercias da união europeia e a Europa de Leste .....	131
<input type="checkbox"/> Anexo 2 – Gráficos de Evolução das Transacções Comerciais .....	132
<input type="checkbox"/> Anexo 3 – Exportações da União Europeia e Europa de Leste por produtos .....	133
<input type="checkbox"/> Anexo 4 – Liderança nas Importações e Exportações .....	134
<input type="checkbox"/> Anexo 5 – Exportações na Europa de Leste por região , principal parceiro comercial e produto exportado .....	135
<input type="checkbox"/> Anexo 6 - Importações na Europa de Leste por região , principal parceiro comercial e produto importado .....	136
<input type="checkbox"/> Anexo 7 – Importância do comércio inter-regional .....	137
<input type="checkbox"/> Anexo 8 – Trocas Comercias : Importações para os CIS .....	138
<input type="checkbox"/> Anexo 9 – Trocas Comercias : Exportações dos CIS .....	139
<input type="checkbox"/> Anexo 10– Dados Estatísticos dos países candidatos a adesão .....	140
<input type="checkbox"/> Anexo 11– Dados Económicos dos países candidatos a adesão .....	141
<input type="checkbox"/> Anexo 12 – Convenções direitos do Homem ractificadas .....	142
<input type="checkbox"/> Anexo 13 – Evolução do PIB nos países PECO e na União Europeia .....	143
<input type="checkbox"/> Anexo 14 – Convergência Real das Economias de Leste : Cenários .....	144
<input type="checkbox"/> Anexo 15 – Crescimento económico nos países da Europa Central e Oriental .....	145
<input type="checkbox"/> Anexo 16 – A recessão na transição .....	146
<input type="checkbox"/> Anexo 17 – Caracterização do tecido Empresarial em 2000 .....	147
<input type="checkbox"/> Anexo 18 – A Produtividade .....	148
<input type="checkbox"/> Anexo 19 – Crescimento económico e Emprego .....	149
<input type="checkbox"/> Anexo 20 – As Taxas de Juro .....	150
<input type="checkbox"/> Anexo 21 – Gastos com a educação em % do PIB .....	151
<input type="checkbox"/> Anexo 22 – Gastos com a Saúde em % do PIB .....	152
<input type="checkbox"/> Anexo 23 – Classificação dos sistemas políticos .....	153
<input type="checkbox"/> Anexo 24 – Cooperação da União Europeia por sector com a Europa de Leste .....	154
<input type="checkbox"/> Anexo 25– O programa PHARE por sector .....	155
<input type="checkbox"/> Anexo 26 – O programa PHARE por países .....	156
<input type="checkbox"/> Anexo 27 – Sistema de Telecomunicações .....	157
<input type="checkbox"/> Anexo 28 – Energia .....	158
<input type="checkbox"/> Anexo 29 – Reformas Políticas a realizar .....	159
<input type="checkbox"/> Anexo 30 – Poupança nos países da Europa Central e Oriental .....	160
<input type="checkbox"/> Anexo 31 – As taxas de mortalidade infantil .....	161
<input type="checkbox"/> Anexo 32 – Indicadores do Sector bancário e financeiro .....	162



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXAS DE CRESCIMENTO NA EUROPA CENTRAL E DE LESTE .....	24
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NAS ECONOMIAS DE TRANSIÇÃO .....	25
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DAS TROCAS NO COMÉRCIO MUNDIAL .....	42
GRÁFICO 4 – TROCAS COMERCIAIS NA EUROPA CENTRAL: PAISES PECO E NIS .....	43
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA.....	61
GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA AJUDA.....	64
GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA AJUDA .....	65
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS PARA OS PAISES PECO .....	94
GRÁFICO 9 – DOTAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA PHARE .....	98
GRÁFICO 10 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA PHARE .....	98
GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO COMPROMISSOS E EXECUÇÃO .....	118
GRÁFICO 12 – PAGAMENTOS NO PROGRAMA TACIS .....	119

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – O PROGRESSO ECONÓMICO NAS ECONOMIAS DE TRANSIÇÃO .....	22
QUADRO 2 – INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO.....	26
QUADRO 3 – AGRICULTURA E SECTOR PRIVADO NO PIB .....	29
QUADRO 4 – TAXAS DE DESEMPREGO .....	32
QUADRO 5 – COMÉRCIO INTER REGIONAL NOS NOVOS ESTADOS INDEPENDENTES .....	46
QUADRO 6 – GRAU DE ABERTURA DAS ECONOMIAS .....	47
QUADRO 7 -COMPOSIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES DOS PECO (EM %) .....	50
QUADRO 8 – DESENVOLVIMENTO DO MERCADO BANCÁRIO.....	55
QUADRO 9 – A CAPITALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE CAPITALIS.....	56
QUADRO 10 – EXAME ANALÍTICO AO ACERVO COMUNITÁRIO .....	71
QUADRO 11 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA COOPERAÇÃO NOS PECO 'S.....	95
QUADRO 12 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO PROGRAMA PHARE .....	96
QUADRO 13 – RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA PHARE .....	99
QUADRO 14 – DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO PROGRAMA PHARE .....	105
QUADRO 15 – FLUXOS FINANCEIROS TACIS.....	117
QUADRO 16 – RESULTADOS FINANCEIROS VERSUS COMPROMISSOS.....	119

## Siglas e Abreviaturas utilizadas

ACP - Africa , Caraíbas e Pacífico  
ALA - América Latina e Ásia  
BEI - Banco Europeu de Investimento  
BERD - Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento  
CEE - Comunidade Económica Europeia  
DAE - Dispositivo automático de Entrada  
ECHO - European Community Humanitarian Office  
FED - Fundo Europeu Desenvolvimento  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
GATT - Global Agreement on Trade and Transactions  
GSP - Sistemas Gerais de Preferência  
HIPC - Iniciativa dos países altamente endividados  
IDE - Investimento Directo Estrangeiro  
LDC's - Países Menos Desenvolvido  
LSIF - Mecanismo de apoio às grandes infra-estruturas  
MDC's - Países Mais Desenvolvidos  
MFN - Clausula da Nação mais favorecida  
MTC - Mecanismo Transacção Correntes  
NATO- Tratado do Atlântico Norte  
NIS - Novos Estados Independentes  
OCDE - Organização Cooperação Desenvolvimento Económico  
OMC - Organização Mundial de Comércio  
ONG- Organização Não Governamental  
OSCE - Organização Segurança e Cooperação Europeia  
PAC - Política Agrícola Comum  
PEA - Processo de Estabilização e Associação  
PECO - Países da Europa Central e Oriental  
PIB - Produto Interno Bruto  
PME - Pequenas e Médias Empresas  
PPC - Paridade do Poder de Compra  
RFJ - República Federativa da Jugoslávia  
TOM e DOM - Territórios e Departamentos sob jurisdição francesa  
UE - União Europeia  
UEM - União Económica e Monetária  
UR - Uruguay Round  
URSS - União Repúblicas Socialistas Soviéticas



## Introdução

O ano de 1989 ficará para a história do séc. XX como um dos mais importantes. Os acontecimentos ocorreram á velocidade que pareciam escapar ao controlo dos homens, e acima de tudo, á sua compreensão.

São exemplos claros a revolta dos ministros russos contra o Estado sem que este reagisse e acabando por ceder às suas reivindicações ou as longas e duras manifestações pelas ruas das capitais de muitos países, sendo que de facto é exactamente a queda do símbolo – Muro de Berlim –, que marcará toda a época.

Parecendo-nos óbvio que estas revoluções foram unilaterais, a população eleva-se perante o Estado, a transformação de uma economia planificada originando uma economia de mercado, necessita de tempo, e apesar de alguma turbulência e crises financeiras, a transição começa a dar sinais de sucesso.

Este conjunto de países que compõem o antigo bloco de leste (14 da Europa Central e Ocidental e 12 estados da União Soviética), apresentam hoje, performances económicas e sociais diferentes, como seria de esperar, já a transição não foi processada da mesma forma para todos os países.

No entanto, quem poderia prever que Polónia, Hungria ou República Checa fossem hoje membros de pleno direito da NATO – Tratado do Atlântico Norte, ou que 10 países estivessem hoje a negociar a entrada numa das organizações de integração mais poderosas como é a União Europeia.

A análise do progresso económico, mostra-nos uma tendência para taxas de crescimento das economias acima da média europeia, mas apresentando estas economias graves problemas ao nível da inflação e do défice externo.

E necessário tempo, para liberalizar os preços, as trocas comerciais, as transacções sobre divisas, mas acima de tudo, criar um quadro institucional legal indispensável à transferência da propriedade de uma economia dirigida pelo Estado para o sector privado e concorrencial da economia. A era marxista dos anos 30 ainda subsiste, recordando que alguns Estados ainda mantêm as leis dessa época, não sendo por isso descabido falarmos numa resistência á mudança nalguns destes países. É necessário políticas fiscais, monetárias e comerciais adequadas, estabelecer e criar condições para o fortalecimento de

instituições bancárias robustas e concorrenciais assim como o surgimento de um mercado de capitais capaz de movimentar e mobilizar eficazmente a poupança privada e de permitir a sua afectação em produtos financeiros mais rentáveis.

Como lidam estes países com o fenómeno da transição? . Serão eles capazes de gerar estabilidade no seio da União Europeia, sendo verdade que a União Europeia estende a mão com o Euro prometendo a estabilidade e desenvolvimento económico? Os Estados Unidos como parceiro estratégico da região terão ou não uma palavra a dizer, neste processo? E que papel terá a União Europeia num quadro em que o alargamento é cada vez mais uma realidade e a transformação económica e social é uma certeza?

São questões a que tentarei dar resposta no desenvolvimento deste trabalho.

A dissertação está estruturada da seguinte forma:

Um primeiro capítulo dedicado à teoria da transição e estabilização macroeconómica, onde se tentarão encontrar as principais razões que levaram à mudança de economias de planeamento central para economias de mercado. Serão explicadas, ainda quais as medidas necessárias para a estabilização macroeconómica de toda uma região, se faz ou não sentido falarmos de uma transição a duas velocidades, e quais as reformas estruturais que os governos dentro do âmbito da política económica deverão empreender para promover o crescimento e o desenvolvimento económico.

O segundo capítulo, é dedicado ao comércio e ao seu papel no desenvolvimento económico. Qual o impacto do "Uruguay Round" nas economias de transição e de que forma as estruturas importadoras e exportadoras se adequam ao crescimento necessário.

O terceiro capítulo, dedicadas às relações da União Europeia com as regiões. Qual o papel da União Europeia no pacto de estabilidade para a Europa de Leste. Que instrumentos disponibiliza a União Europeia num quadro de cooperação externa. Em que ponto nos encontramos no alargamento e de que forma um conjunto de países tão heterogéneo é capaz de introduzir harmonia a um espaço já de si cheio de clivagens a todos os níveis. Serão os

programas PHARE e TACIS suficientes para garantir uma recuperação económica?

Finalmente no último capítulo apresentamos as principais conclusões.

A todas estas questões tentarei dar resposta nas páginas seguintes.

# 1. A Teoria da Transição: A Chegada da Economia de Mercado.

## 1.1. O colapso do sistema de planeamento central na Rússia.

Na década de 90, cerca de 30 países abandonaram os regimes socialistas em que estavam encarcerados durante anos e apostaram em regimes pós-socialistas. A transição para uma economia de mercado é um processo lento e abrangendo todas as esferas da economia<sup>2</sup>.

Uma economia de mercado requer não apenas mecanismos de regulação liberais como também uma adequação das instituições as novas regras. A teoria que defende que a transição deve ser efectuada através de uma terapia de choque na opinião de vários autores está errada. Segundo eles, quanto maior o desequilíbrio económico, maior devera ser a amplitude das medidas a tomar.

O sistema de planeamento central teve sempre dois grandes exemplos de austeridade perante o mundo – a Rússia e a República Popular da China – e o conjunto de países, normalmente limítrofes, que adoptaram desde o princípio o planeamento central como uma das maiores virtudes da economia<sup>3</sup>.

O golpe de Estado lançado em 19 de Agosto de 1991 pelos oitos membros do Comité de Estado da União Soviética marcou uma linha divisória na história do mesmo país. Do ponto de vista político marcou o final da ditadura, bem como o final do mundo socialista. Do ponto de vista económico traduz-se na maior reforma efectuada e rompe com 40 anos de uma sociedade fechada ao mundo e agora pronta a estabelecer relações internacionais com todas as organizações mundiais.

O golpe de Estado surgiu devido a inúmeros factores sociais e políticos, sendo politicamente o mais importante, a não aprovação do novo tratado da União que daria novos poderes a seis novos estados dentro da União Soviética.<sup>4</sup>

Do ponto de vista económico é apontado por todos o fracasso das reformas empreendidas por Gorbachov.

No entanto as reformas por ele empreendidas devem ser entendidas como um processo capaz de transformar os 10 anos de estagnação da Rússia, sendo que as maiores reformas abrangiam a actividade económica individual,

---

<sup>2</sup> Kolodko " Post Socialism Reforms " 1999

<sup>3</sup> Ruud Knaack " The ten commandments of economic reform " 2000

<sup>4</sup> Ruud Knaack " The ten commandments of economic reform " 2000



empresas do Estado, cooperativas de produção e na expansão dos direitos das empresas no comércio externo<sup>5</sup>

Os resultados do 12º Plano quinquenal (1986-1990) foram desastrosos<sup>6</sup>, o PIB decresceu em relação aos 5 anos anteriores cerca de 11 % e a inflação que em 1985 era de 11 % atingiu os astronómicos 95 % em Junho de 1991.

Igualmente responsável pelo fracasso do 12º Plano temos a deterioração dos termos de troca que atingiu os 23 % em 1986 e os 13 % em 1988<sup>7</sup>. Esta situação traduz-se num aumento dos preços das importações e na diminuição do preços das exportações – assiste-se a depreciação do rublo face ao dólar americano – o que acrescentado de uma queda do preço da energia nos mercados internacionais traduzia-se numa situação economicamente frágil.

Mas, na minha opinião foi a queda do muro de Berlim o passo mais significativo, em termos ideológicos, para o início das revoluções que se seguiram pela Europa fora, que acabariam por abranger todos os sectores das aludidas economias.

## **1.2. A estabilização macro económica de uma nova economia**

### **1.2.1. A transição em duas velocidades**

Após a queda do muro de Berlim, os PECO's (Países da Europa Central e Oriental) e os NIS (Novos Estados Independentes), decidiram romper o seu isolamento e tornaram-se membros de organizações como o FMI (Fundo Monetário Internacional), OCDE (Organização Cooperação Desenvolvimento Económico) ou OMC (Organização Mundial de Comércio).

Estas organizações não só contribuíram para uma melhor avaliação das deficiências estruturais herdadas da época do plano, como impuseram reformas estruturais e programas de ajustamento em troca dos financiamentos dos seus défices.

A passagem de uma economia de plano para outra de mercado implica sempre a existência de desequilíbrios macroeconómicos por melhor que seja a conjuntura económica.

<sup>5</sup> M.Ellrman " General Aspects of Transition" 2000

<sup>6</sup> G.Khanin " Economic Growth of 1980's" (1992)

<sup>7</sup> Jornal Pravda ( Agosto de 1989 )

No entanto é preciso ter – se em atenção que a avaliação da política económica não pode ser feita pela comparação de um determinado fenómeno que ocorreu após a aplicação da política económica<sup>8</sup>

O quadro abaixo ilustra a situação actual das economias de leste – Países PECO e NIS –. Nove países perderam cerca de 40% da sua produção nacional e apenas alguns conseguiram recuperar. A questão que se coloca é, porque razão países com idênticas condições económicas e políticas apresentam performances económicas distintas?

**Quadro 1 – O PROGRESSO ECONÓMICO NAS ECONOMIAS DE TRANSIÇÃO**

Progresso Económico						
	Nível do PIB 1989 = 100	Crescimento do PIB (%)	Taxa de Inflação (%)	Balança Corrente ( % PIB)	IDE (em % do PIB)	Export. para a Rússia (% total das Export.)
<b>Países PECO</b>						
Polónia	118	4,80	10,00	-4,50	2,20	4
Eslovénia	103	4,00	7,00	-0,40	1,80	4
Eslováquia	100	5,00	9,00	-9,40	0,30	3
República Checa	97	-1,00	9,00	-3,10	2,40	2
Hungria	95	4,60	13,50	-3,10	2,40	2
Albania	87	9,00	10,00	-13,70	1,90	nd
Croácia	79	4,20	6,00	-8,60	1,00	4
Roménia	78	-5,00	45,00	-6,40	3,50	3
Estónia	77	5,00	8,00	-10,60	2,70	6
Bulgária	66	4,00	10,00	-0,80	4,80	7
Lituânia	63	3,00	4,20	-15,10	2,30	7
Macedónia	59	5,00	1,40	-7,50	0,90	2
Letónia	58	4,00	4,60	-8,60	6,30	21
<b>Países NIS</b>						
Uzbeskistão	88	2,00	33,00	-3,80	1,20	31
Bielorrússia	75	5,00	60,00	-7,70	1,40	59
Kazakistão	63	1,00	9,00	-7,50	5,90	39
Kirgistão	60	4,00	12,00	-9,50	1,90	21
Rússia	55	-5,00	150,00	1,40	0,80	nd
Turkemenistão	44	5,00	28,00	-32,80	5,90	5
Azerbaijão	42	6,70	3,90	-32,70	28,40	23
Tadjikistão	41	3,00	10,10	-5,50	1,00	8
Arménia	40	6,00	3,00	-28,70	3,10	23
Ucrânia	37	0,00	22,00	-2,90	1,20	22
Moldávia	35	-2,00	30,00	-13,20	2,90	63
Geórgia	35	9,00	60,00	-9,00	3,60	30

(1) Percentagens calculadas pelo EBRD

Fonte : EBRD - Transition Report 1998

Assim sendo todos os vinte cinco países adoptaram vastos programas de ajustamento estrutural e aqui rapidamente se chegou a uma conclusão: transformar uma economia de planeamento central numa economia de

<sup>8</sup> Leszek Balcerowicz " Common Falacies in the Debate on the economic transition in central Europe and eastern europe ". EBRD – 1993.

mercado eliminando os desequilíbrios macros económicos existentes seria uma tarefa difícil.

Devido a conflitos bélicos e a execução ineficiente da política económica, as economias de Leste atravessaram um período de recessão e uns desempenhos pobre desde o início da transição. Enquanto as cinco economias da Europa Central estão a estabilizar as suas economias, a maioria dos países PECO atravessa ainda forte debilidade na economia estando a ansiada recuperação apenas começou nos finais da década de 1990.<sup>9</sup>

O choque provocado pelos acontecimentos de 1989 fez cair o produto interno bruto das economias de transição, mas dez anos passados os países PECO ultrapassaram o seu nível de riqueza habitual, enquanto as antigas repúblicas da URSS não chegam sequer à média que em conjunto obtinham em 1989, o que nos faz pensar numa transição a duas velocidades, ou seja a passagem de uma economia socialista para uma economia de mercado é bastante mais complicado do que parecia.

A Albânia, Bulgária e Roménia sofreram fortes abalos devido às crises internas, mas as reformas empreendidas quer na Albânia com o aperto fiscal e uma redução no financiamento doméstico do défice de orçamental e na Bulgária com a introdução da moeda corrente indexada a outra moeda acabaram por transportar as economias para outro patamar.

Apesar de os ganhos recentes nas economias, o crescimento económico continua bastante fraco, e pode-se mesmo falar numa transição em recessão que durou cerca de 3 a 4 anos. Aquando do início da recuperação as economias estavam em média 15 % abaixo do valor do PIB de 1989 – início da transição.

Mas foi na parte sul da Europa de Leste que o declínio atingiu valores ainda mais dispare e apesar de uma lenta recuperação, o PIB começou novamente a dar sinais de queda, sendo o declínio do PIB em cerca de 30 % do valor de 1989.

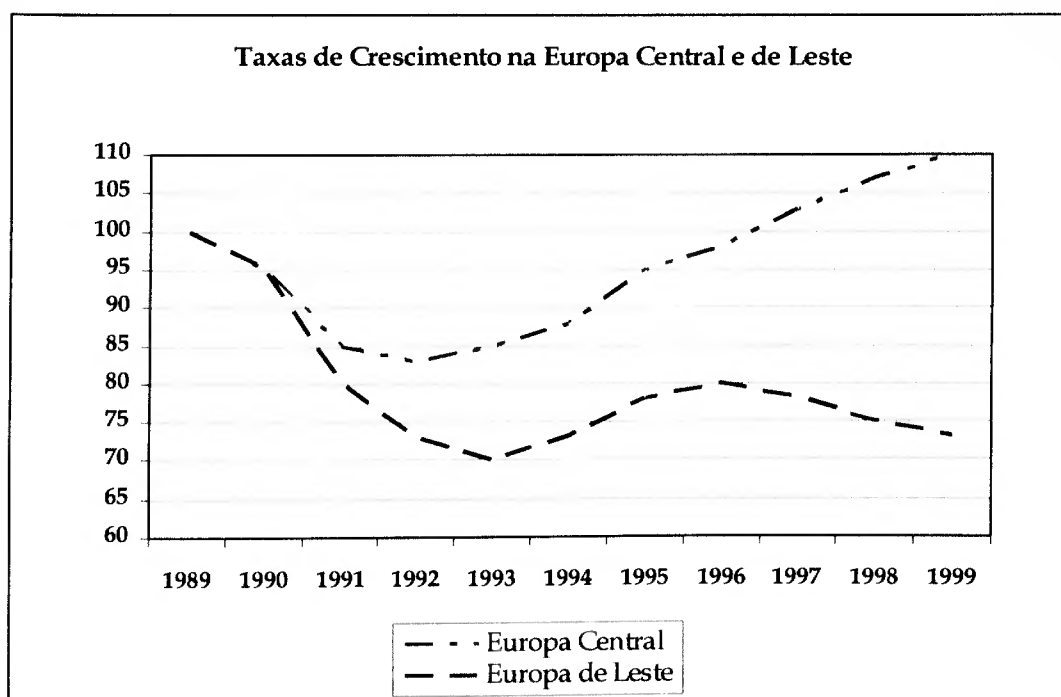
Como grupo a queda foi de cerca de 1 % ao ano desde 1989 e em comparação as cinco economias dos países concorrentes à adesão (República Checa, Hungria, polónia, Eslováquia e Eslovénia) cresceram cerca de 1% ao ano

---

<sup>9</sup> Kornai.J., "The Road to a Free Economy"

e como consequência estas economias estão agora cerca de 10 % acima dos seus parceiros.

Gráfico 1 – TAXAS DE CRESCIMENTO NA EUROPA CENTRAL E DE LESTE



Fonte: Banco Mundial

Um dos factores apontados para explicar o insucesso das políticas de recuperação económica e dos programas de ajustamento estrutural é exactamente a queda acentuada da produtividade nas economias de transição.

Esta queda na produtividade foi acompanhada na maioria dos países por um aumento do desemprego.

No entanto os países aprendendo a lição das economias europeias, começam a apostar na entrada de capital estrangeiro, introduzindo-se no ciclo produtivo o factor inovação, essencial para uma maior competitividade dos produtos, assiste-se ao aumento da produtividade.

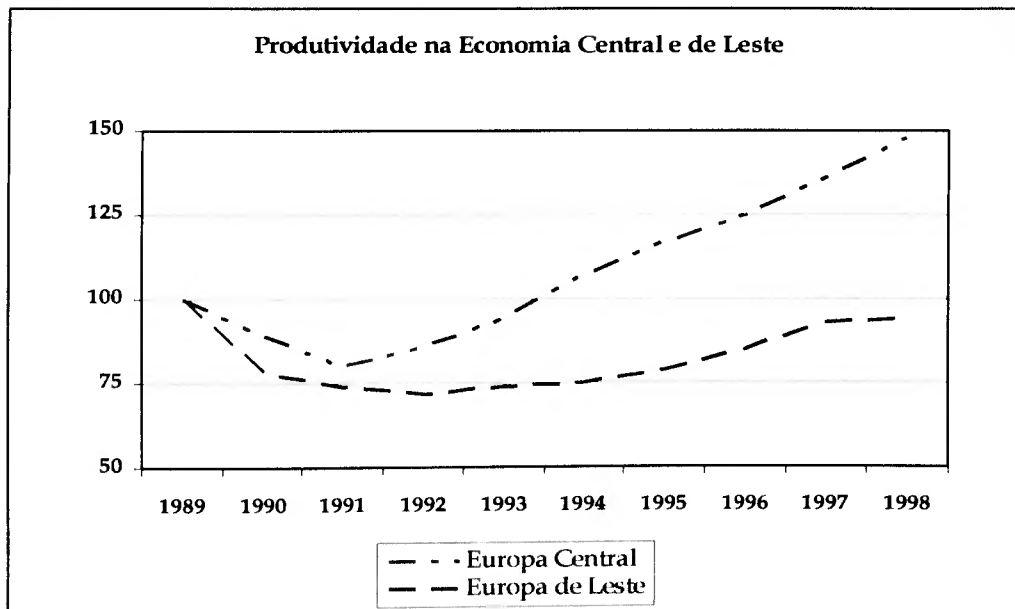
Mas mesmo aqui existem disparidades, pois enquanto no grupo dos países candidatos a CEE a produtividade é uma vez e meia maior do que os valores de 1989, já nos países do Sul a produtividade estagnou.

Alias um dos factores considerado decisivo para a fraca prestação da produtividade nestes países é exactamente o fraco investimento registado<sup>10</sup>, pois o rácio do investimento/PIB baixou de 23 % em 1992 para apenas 18 %

<sup>10</sup> I. Berend " The Transition from Central Planning to Market Economy " ( 2001 )

em 1998, e nos últimos anos vários países apresentam valores de investimento abaixo dos 20 %.

**Gráfico 2 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NAS ECONOMIAS DE TRANSIÇÃO**



Fonte: Banco Mundial

Ora se a isto juntarmos que os 5 países apresentaram um crescimento de 19% em 1992 para 28 % em 1998, temos que o investimento directo estrangeiro se apresenta como o factor principal capaz de funcionar como o motor das economias em busca de uma cada vez maior e melhor transição.

Outro factor considerado essencial para a retoma económica é o nível de poupança. Os esforços encetados pelos governos no âmbito dos choques fiscais aumentaram as poupanças dos governos, contrastando com o baixo nível de poupança das empresas. Devido à necessidade de poupança para financiar o investimento, se a poupança interna for insuficiente há que recorrer à poupança externa.

Ora, o que se constata é uma insuficiência de poupança interna, logo há um clara necessidade de recorrer ao financiamento externo o que irá traduzir-se num endividamento da economia e consequente agravamento do défice externo.

As performances da Polónia e da Rússia ilustram-nos isso mesmo. Enquanto nos últimos 5 anos a Polónia obteve crescimentos na ordem dos 5%, a Rússia além de diminuir a sua produção nacional via-se a braços com taxas de

crescimento negativas, podendo ser resumida a performance económica destes dois grupos distintos no seguinte:

**Quadro 2 – INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO**

Países	Investimento Directo Estrangeiro			
	1992-1995		1996-1999	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
<b>Países PECO</b>	21.091	0,5	50.558	3,3
República Checa	4.821	2,9	10.104	4,6
Estónia	647	3,9	1.050	5,2
Hungria	9.399	5,7	6.979	3,8
Polónia	2.540	0,6	17.096	2,9
<b>NIS</b>	8.272	1,0	22.001	2,5
Azerbaijão	237	4,2	3.222	20,9
Kazaquistão	2.357	2,7	4.971	6,4
Federação Russa	3.965	0,3	8.412	0,7
Turquemenistão	427	3,5	334	3,0

Fonte : Banco Mundial ( 2002 ) : Investments and Trade

Aqueles que fizeram a reforma de uma forma coerente e determinada conheceram a recessão seguida de uma retoma económica que ainda hoje perdura, enquanto os outros sofreram inicialmente um declínio lento mas contínuo e irreversível.

*" As reformas liberais combinadas com as reformas sociais e um reforço institucional contribuíram para a transformação das economias planificadas socialistas e coloca-las a via do crescimento económico e social "1*

A verdade é que se as reformas económicas têm a sua importância, a estabilização macroeconómica e a liberalização dos preços pesam ainda mais, mas temos que encontrar justificações para as diferenças de crescimento entre as duas regiões da Europa de Leste.

Esta questão da diferença de esforços, surge porque quer a capacidade de colocar em prática as reformas, quer a fragmentação sofrida pela URSS e consequentes diminuições das estruturas produtivas levam a que estas economias estejam condenadas a passar por uma transição traumatizante.

<sup>1</sup> Leszek Balcerowicz " Fallacies on Transition " EBRD ( 2001 )

Finalmente existe um outro argumento que parecendo simples é para estas economias fundamental e justificativo das diferenças: a herança deixada pelo socialismo que uns países souberam eliminar e que outros continuam a fazer perdurar.

Segundo estudos realizados<sup>12</sup>, as condições iniciais afectaram a performance económica, Senão vejamos:

- ↓ O grau de urbanização – percentagem de população em áreas urbanas – era de 70 % em países como a Estónia, Lituânia e Rússia e apenas de 30 % na Albânia ou na República do Kyrgistão.
- ↓ O elevado grau de dependência do comércio inter-regional era sentido nas pequenas repúblicas e com ele era revelado o grau de industrialização dentro do planeamento central.
- ↓ A riqueza natural dos países, Azerbaijão e Kazaquistão possuem elevadas fontes de gás natural e petróleo que exploradas garantiriam um rápido crescimento, mas ao mesmo tempo como requerem um forte investimento para tornar a produção e o transporte possível, as reformas acabam por ser adiadas.
- ↓ O Produto Interno Bruto era substancialmente maior em 1989 nos países PECO do que nos NIS (US\$ 1.400 per capita na Albânia contra os US\$9.200 na Eslovénia).
- ↓ A inflação foi fortemente sentida nestes países e a diferença entre o crescimento real dos salários e o crescimento real do PIB entre 1987 e 1990 foi mais elevada na Rússia, devido ao fraco controlo do governo central e as reformas parciais encetadas por Gorbachov.
- ↓ A deterioração dos termos de troca, afectou sobretudo os países importadores de energia – A Moldávia perdeu cerca de 10 % do PIB.

A localização geográfica dos países afectou a performance económica, pois os países PECO, mas próximos de mercados competitivos acabavam por se expor a pressões competitivas vindas de empresas e países.

Mas as condições iniciais apenas explicam o princípio da queda do crescimento económico e não todo o período de transição. A associação entre

---

<sup>12</sup> Melo, Denizer e Gelb | 1996 | " The macroeconomic transition "

as condições de partida e as políticas económicas e reformas empreendidas explicam isso sim o por que das diferenças existentes no ponto de chegada.

### 1.2.2. A evolução macroeconómica da região

As razões para o fraco desempenho das economias de transição podem assim ser equacionadas:

- ↓ As economias começaram a transição numa posição económica bastante fraca e com incertezas políticas, instituições com bases pouco sólidas e sociedades civis bastante fragilizadas e com fraco poder económico.
- ↓ A dissolução da Jugoslávia e as hostilidades associadas contribuiu para o abrandamento económico e perda de confiança dos investidores estrangeiros neste mercados, associado às sanções impostas pela comunidade internacional.

O fraco desempenho económico reflecte também a inadequada alteração ou mesmo ausência de reformas estruturais. Estas economias não tomaram ainda todos os passos rumo ao mercado livre e concorrencial.

Assim sendo em 1989 apenas 12 % do PIB era produzido pelo sector privado<sup>13</sup>, enquanto que nos dias de hoje cerca de 60 % do PIB é gerado pela iniciativa privada – cada vez é menor a intervenção do estado na economia – mas ainda subsistem algumas barreiras nomeadamente a liberalização dos preços, a livre concorrência e uma legislação capaz de encetar um crescimento económico para a região.

As privatizações de sectores estratégicos do estado tomaram as agendas dos governos – reduzir os gastos e abrindo a iniciativa privada o controlo – obtiveram-se mais receitas e com isto foi dado um claro sinal aos mercados internacionais que as economias irão funcionar sem o protecçãoismo do estado.

---

<sup>13</sup> EBRD (2002) " The transition report "

### Quadro 3 – AGRICULTURA E SECTOR PRIVADO NO PIB

Agricultura e Sector Privado no PIB		
	% da Agricultura no PIB	% Sector Privado no PIB
Albania	62,60	75
Bielorússia	17,50	35
Bulgaria	8,00	57
Croácia	9,20	60
Macedónia	12,00	55
Roménia	19,60	60
PECO	4,70	70

Fonte : EBRD ( 2002 ) : Transition Report

No entanto e um tanto ou quanto paradoxalmente as privatizações ocorreram em maior número nas PME devido às dúvidas que ainda subsistem face às reformas que os governos não empreenderam.

## 1.3.Desafios para o Futuro

### 1.3.1.Redução dos desequilíbrios externos

Após a entrada na economia de mercado, os países apresentam dívidas externas agravadas pela ruptura das transacções comerciais tradicionais.

No contexto da transição um dos papéis do FMI era fornecer fundos para facilitar o pagamento da dívida, facilitando o ajustamento exterior, tendo o crédito concedido chegado aos 27 milhões de dólares. Se é verdade que os objectivos inicialmente traçados pelo FMI foram atingidos, os países neste capítulo apresentam-se em dois grupos distintos na prossecução deste objectivo de política económica.

Países como a Croácia, Hungria, Polónia, Eslováquia, República Checa e Eslovénia, conseguiram reduzir os seus défices e reconstituíram as suas reservas em divisas internacionais. A ajuda do FMI foi fundamental e, por isso, são, reconhecidos por agências internacionais, que dão luz verde aos investidores estrangeiros para avançar para estes países.<sup>14</sup>

Já o grupo de países formado pela Albânia, Bulgária, Roménia, Ex-Jugoslávia e da União Soviética, foram marcados pelo conflito dos Balcãs que

<sup>14</sup> EBRD (2000) "The transition Report"

obrigou a um elevado montante de financiamento com vista à reconstrução agravando ainda mais o défice externo.<sup>15</sup>

A Rússia é considerado um caso emblemático pois continua a recorrer ao FMI visando a obtenção de reservas e como tal, torna-se óbvio que a redução não foi conseguida, acabando por ficar de fora dos mercados bolsistas internacionais geradores de investimentos.

Outro problema é o da ausência de controlo do rácio Despesa Pública/PIB, uma vez que alguns países não parecem estar ainda preocupados com a necessidade de consolidação orçamental.

As agências internacionais continuam a ter bastantes reservas em apresentar indicadores de confiança aos investidores de forma a encorajar o IDE. Estes países devem não só reduzir o défice da balança comercial como reduzir o serviço da dívida, bastante elevado. Um exemplo da forma como se tem financiado os países, passa pelo exemplo Russo, que emitiu bilhetes do tesouro de forma a reduzir a dívida pública e enfrenta agora os investidores não tendo como proceder ao reembolso dos mesmos títulos.

### 1.3.2.A estabilidade monetária e o controlo da inflação

Os antigos países comunistas estão agora confrontados com uma tarefa gigantesca: restabelecer a estabilidade monetária, fazendo igualmente face a um risco duplo.

A hiper inflação devido à liberalização dos mercados. Note-se que durante anos a inflação foi propositadamente escondida.

A entrada em circulação de excedentes monetários provenientes da liquidez acumulada durante o período onde a oferta de bens não respondia a procura.

Assim sendo e dentro destas condições a descida da inflação constitui o resultado mais espectacular que as economias de leste obtiveram. Isso é explicado pela retoma de sistemas financeiros ordenados e por políticas monetárias, mas os caminhos seguidos foram diferentes.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> EBRD (2000) " The transition Report "

<sup>16</sup> Transition Report Update , EBRD ( 1999)

As economias avançadas da Europa Central e Oriental optaram por evitar uma subida rápida e persistente dos preços optando por uma indexação da moeda nacional a uma moeda estrangeira forte.

Os países menos avançados da Europa do Sul e ex-URSS foram confrontados como uma hiper inflação, e com uma política orçamental difícil de controlar, o que tornou a situação mais difícil.

A população não tem confiança nos sistemas monetários e prefere possuir "dinheiro vivo" e as instituições financeiras não podem exercer a sua função de intermediários financeiros nem mobilizar a poupança com eficiência para financiar novos investimentos.

A solução passou pelas reformas monetárias e pela indexação das taxas de câmbio as taxas de câmbio das moedas estrangeiras na esperança de adquirir alguma credibilidade. Esta medida viria no entanto a revelar-se insuficiente pois num mundo onde os capitais circulam livremente, as moedas expostas a taxa fixa são vítimas de ataques especulativos e a medida não teve o efeito desejado.

### 1.3.3.O combate ao desemprego

As empresas do antigo regime de planificação central foram na sua maioria desmanteladas, ou por serem autênticos sorvedores de recursos, face à produtividade apresentada, ou por não serem consideradas estratégicas para a nova política macro económica seguida. Assim e juntando a extinção do "Estado paternalista" a privatização de algumas empresas levou à subida da taxa de desemprego atingindo valores históricos.

Entre o desemprego e uma situação de emprego precário, pois algumas empresas acabaram por congelar os salários na espera de uma eventual retoma da produção originada pela procura interna, outras pagam o salário através de produtos o número de empresas com salários em atraso é bastante elevado.

Assiste-se também a uma procura pelo sector agrícola, e ao retorno à terra, e em alguns países como a Moldávia, Roménia e Ucrânia após uma baixa secular na taxa de emprego no sector primário, este aumentou.

Na Europa Central a crise económica dos anos 90 – devido à Guerra do Golfo e conseqüente instabilidade no mercado internacional do preço do petróleo – originou uma subida da taxa de desemprego em consonância com a primeira vaga de reestruturação das empresas. No entanto a estabilização na

segunda metade dos nos 90 levou a que países como a Polónia experimentassem o crescimento do produto industrial.

Por outro lado, torna-se interessante constatar, conforme se encontra no quadro abaixo, que a evolução da taxa de desemprego, não tem ido ao encontro daquilo que é desejável numa economia. Se por um lado o Estado, outrora como maior empregador, se começou a imiscuir dessa função, por outro parece ainda existir, alguma resistência ao investimento directo estrangeiro, capaz de criar emprego.

**Quadro 4 – TAXAS DE DESEMPREGO**

Taxas de Desemprego			
	1998	2001	Jan-04
Hungria	10,10%	7,40%	5,90%
Polónia	10,60%	13,60%	18,90%
Eslováquia	12,80%	15,70%	16,60%
República Checa	5,00%	7,10%	8,50%
Bulgária	14,40%	15,20%	15,30%
Roménia	9,80%	6,20%	6,60%

Fonte : Dados de 1998 da OCDE ; Dados de 2001 e 2004 do Eurostat

### 1.3.4 Reformas Sociais e o Papel dos Governos Centrais

#### 1.3.4.1. O bem-estar social e a sua importância nas economias

Qualquer que seja a economia e ao contrário de outros tempos até mesmo as organizações mundiais como o FMI e o Banco Mundial consideram que o bem estar social é uma peça fundamental no funcionamento dos sistemas económicos equalitários e cada vez mais distributivos da riqueza e mesmo dos sistemas políticos e de eficiência dos Estados. Mais ainda quantos e sabe quão grande pode ser o impacto nas políticas macro económicas de uma decisão tomada no campo social nas economias locais, nacionais e até transnacionais. Florescem pelo mundo programas especiais de erradicação da pobreza comandados em larga escala pelo Banco Mundial e cujo objectivo assenta no principio de uma sociedade global cada vez mais equalitária.

Numa área onde existiram tantas mudanças, é importante questionar qual a efectiva mudança nas políticas sociais e qual o seu impacto nas políticas macro económicas.

Independentemente de se tratar de uma economia de transição, subdesenvolvida ou de um país desenvolvido, cabe ao governo central inserir na sua política, uma vertente social capaz de minorar as assimetrias existentes sobretudo no bem-estar social.

Primeiro, as mudanças constantes no mundo cada vez mais global, tende a deixar cidadãos completamente de fora do processo evolutivo e construtivo das economias, e para isso os programas sociais podem contribuir para o reajustamento as novas condições.

Segundo, uma segurança social equilibrada financeiramente e com um papel distante do estado-providência, pode facilitar mudanças sectoriais. Sistemas de emprego e apoio ao desemprego desempenham durante a transição apoio aos trabalhadores que necessitam de se requalificar. O mercado de trabalho deverá ser suficientemente flexível para permitir estas mudanças ao mesmo tempo que o risco associado a uma mudança e considerado aceitável por todos, permitindo assim impor um dinamismo a economia.

Terceiro, a politica social quando tomada sob a forma de investimentos em educação e cuidados de saúde deve ser considerada crucial por qualquer Estado, pois muito destes gastos constitui despesa em capital humano, que é um elemento decisivo em estratégias orientadas de crescimento.

Finalmente, a questão das pensões representa hoje um quebra-cabeças para qualquer país que vê a sua estrutura demográfica apresentar a tendência de um cone. Nos países participantes na segunda guerra mundial, e devido ao fenómeno demográfico "baby-boom", ocorrido após a mesma, prevê se que muitos sistemas e mesmo subsistemas de segurança social entrem em ruptura a partir de 2006, altura em que esses trabalhadores completarão 60 anos de idade.

Inverter por isso, hoje a politica demográfica apresenta-se como um desafio, para a maioria dos governos.

#### 1.3.4.2. Gestão das Mudanças Ocorridas na Transição

Apesar de a maioria dos autores apresentarem dificuldades em encontrar pontos de comparação devido à fraca informação disponibilizada pelos regimes anteriores<sup>17</sup>, é ponto assente que o processo de transição trouxe maiores problemas económicos e sociais quer pela subida da taxa de desemprego e queda dos rendimentos quer pela queda de indicadores sociais como a esperança média de vida ou pela subida do índice de pobreza humana naqueles países.

No entanto, como em tudo nesta transição, uns países apresentam uma situação melhor que outro. A situação geral é que a queda económica e social foi pior do que já havia sido experimentado nos países mais desenvolvidos.

Paradoxalmente, antes de se iniciar a revolução em 1989, a segurança social destes países era equilibrada, as despesas eram totalmente cobertas pelas receitas, e grande parte das despesas orçamentais eram afectadas na educação e na saúde, bem como o envolvimento do Estado desde a nascença até a morte na prestação de cuidados de toda a população. Estamos perante um Estado-providência. Eram visíveis as diferenças face aos países com economias de mercado e era difícil imaginar como iriam suportar as pressões resultantes de um processo de transição.

Assim sendo, as instituições sociais existentes foram perdendo importância e valor com a transição, os esquemas de segurança social falharam na protecção dos mais desfavorecidos face à pobreza, pois os efectivos reembolsos aos pensionistas foi sendo absorvido pela inflação galopante, e o poder de compra destes ficou dependente de decisões políticas ou das especificidades de mecanismos a aplicar *ad hoc*<sup>18</sup>.

A inflação afectou ainda as despesas na saúde e na educação, pois com orçamentos cada vez mais desequilibrados houve necessidade de efectuar cortes orçamentais para níveis nalguns casos próximos do zero, muito por culpa também da ineficiência dos mesmo sistemas de saúde e educação.

---

<sup>17</sup> Fischer (2000), Kolodko (2000), Milanovic (1997), Tanzi (2000)

<sup>18</sup> C. Cotarelli (1998)

A transição para além de tudo isto, criou riscos acrescidos aos já existentes, pois se antes o desemprego era um fenómeno negligenciável, agora o desemprego cresce por via da diminuição da actividade económica bem como da privatização e da reestruturação das empresas. Os Governos para lidarem com este problema transferiram as contribuições a enviar para os desempregados, fazendo-as sair do sistema público de pensões.

Rapidamente este sistema entrou em ruptura pois teve ainda que suportar as reformas antecipadas com médias de idades extremamente baixas e um excessivo número de beneficiários<sup>19</sup>

Os governos centrais tentaram transferir o problema do acréscimo de custos na saúde e na educação pela descentralização de escolas e hospitais – outrora partes integrantes de grandes impérios estatais – para os governos locais, mas estes estavam em situação financeira difícil de suportar escolas e hospitais com situação financeira irreversível. A juntar a tudo isto os professores e médicos reclamam por melhores salários de forma a manterem o poder de compra e contra as privatizações em massa capazes de provocar despedimentos em larga escala.<sup>20</sup>

Finalmente, os governos concederam nesta fase inúmeros subsídios a produtos alimentares, tarifas reduzidas na energia, telecomunicações, arrendamento e transportes, o que provocou um consumo acima das necessidades e um estrangulamento ainda maior do défice orçamental.

Se por um lado o processo de transição aumentou a procura aos benefícios sociais por outro lado subestimou a capacidade dos governos em conseguir financiá-los. A actividade económica caiu e com ela o rendimento base o que com a necessidade de aumentar as despesas sociais trilhou um círculo vicioso. Os impostos foram aumentados mas cada vez mais contribuintes tentavam fugir ao pagamento dos mesmos e se juntarmos autoridades fiscais débeis no combate à evasão fiscal, temos o surgimento de uma economia paralela cada vez mais forte, onde os trabalhadores recebiam grande parte das remunerações fora do seu salário base reportando salários mínimos à administração fiscal<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Schneider Enste (2000)

<sup>20</sup> Kolodko ( 2000 )

<sup>21</sup> Em 1995 a economia paralela aumentou em média dos 18 % para os 31 % do PIB. Schneider e Enste (2000)

Com isto a taxa social efectiva de contribuições caiu em quase 50 % na maioria dos países e com um acumular de despesas os governos não tinham soluções.

No entanto e apesar de esta evolução ter ocorrido durante o processo de transição, ela também foi caracterizada por uma fraca ou mesma nula implementação de políticas e reformas sociais conduzindo por isso ao marasmo e ao sufoco destes sistemas e dos próprios governos.

#### 1.3.4.3.Reformas a Empreender

As reformas a empreender neste domínio alargam-se a quatro campos: segurança social, subsídios, saúde e educação.

Na segurança social, as reformas nos sistemas nacionais de pensões deverão atenuar ou mesmo eliminar a diferença existente entre os beneficiários pela via demográfica e os beneficiários dos sistemas de pensões. Isto implica uma redução no número de beneficiários quer pelo aumento da idade mínima de reforma – limitando as reformas antecipadas, quer pela limitação nas reformas de invalidez.

Por outro lado, deverá ser incentivado o aumento dos contribuintes assalariados para o sistema, de forma a aumentar o lado das contribuições, reduzindo ao mesmo tempo as despesas – redução dos níveis de benefícios.

Igualmente as contribuições e as fórmulas que dão origem as pensões, podem ser alteradas. O período de anos usado para o cálculo das reformas pode ser aumentado, pois normalmente é usado para cálculo os últimos anos ou os melhores 10 anos dos últimos 15 anos. O período mínimo para a reforma pode ser aumentado e após o período mínimo um factor de cálculo actuarial aumenta a pensão por cada ano de trabalho.

Os ajustamentos acima reforçam a ligação existente entre contribuições e benefícios, pois uma elevada pensão recebida após um reduzido número de anos de descontos e combinando com os baixos factores actuariais em vigor, cria um incentivo para que o beneficiário nunca mais desconte para a segurança social. Por outro lado a mesma ligação sai favorecida se aumentarmos a taxa de contribuições das empresas sem baixar o salário líquido que os trabalhadores levam mensalmente para casa sem aumentar as despesas totais do factor trabalho nas empresas, sendo que para tal basta que o salário

bruto dos trabalhadores seja aumentado exactamente no mesmo valor que a redução na taxa de contribuição dos mesmos.

Nos sistemas nacionais de desemprego, as reformas devem acima de tudo eliminar a grande proporção de despesas gastas em programas de baixa prioridade. Os benefícios recebidos pelos desempregados devem no entanto respeitar o equilíbrio entre a protecção social e quando o mesmo benefício gera um efeito de desincentivo a entrada na vida activa. O chamado fundo de desemprego apenas deve ser concedido a quem contribuiu enquanto trabalhador e por um número mínimo de anos e pago durante um tempo considerado razoável para procura de novo emprego. A quem não contribuiu para o fundo de desemprego através dos descontos salariais, deve recorrer à segurança social que recebe directamente dos orçamentos de estado – via pagamento de impostos directos – uma verba para afectar nestas situações.

A política de subsídios do estado concedida aos mais carenciados deve apenas ser atribuída a quem realmente dele precisa. Os subsídios para alimentação, energia e outros bens devem ser substituídos por pagamentos em dinheiro para os consumidores que de outra maneira não teriam capacidade para adquirir esse bem<sup>22</sup>.

Por outro lado muitos dos beneficiários destes subsídios são pelas suas ligações a política e não pela sua vulnerabilidade com a pobreza, logo há necessidade de empreender a uma afectação correcta de todos os recursos. Mas a tarefa dos governos está facilitada pela existência de subsídios fáceis de afectar como os transportes públicos e energia gratuitas para aos pensionistas de baixo rendimento, que são uma forma de ajuda a quem realmente precisa de ajuda. Mas por outro lado quando os mais carenciados não podem ser identificados como um grupo específico, podem surgir distorções ao sistema até pela existência de países com economias paralelas fortíssimas.

Finalmente as reformas na saúde e na educação mostra que a sua eficiência é urgente e com escassa capacidade de financiamento pelo Estado. Alguns estudos mostram que o impacto dos sistemas de educação e saúde não dependem apenas do nível de montante gasto mas sim da composição do mesmo.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Na República do Kyrgistão foi abolido o subsídio ao pão por pagamentos em dinheiro as famílias com elevado número de crianças.

<sup>23</sup> Vierhiejn, T., (1999)

As reformas na educação devem ter em atenção a eficiência na afectação dos recursos. A educação no sistema de ensino superior não deve absorver mais recursos que os sistemas de educação primários e secundários bem como devem os mesmos ser afastados dos sistemas públicos de educação pré-escolar.

Por outro lado o custo de educação pode ser reduzido quer pela diminuição de pessoal docente e não docente, sendo esta medida justificada quando temos elevados rácios pessoal docente-aluno. Por outro lado e em algumas regiões a simples mudança do período de férias para o Inverno traduz-se em elevadas poupanças em energia e consequentes ganhos em produtividade e qualidade do ensino, devido ao facto do Inverno rigoroso trazer com ele um aumento das faltas de professores e alunos.

Por outro lado a qualidade dos gastos pode ser melhorado se por exemplo os livros forem disponibilizados pelo próprio Estado quer em programas de empréstimo de manuais escolares quer pelo sistema de contribuição directa, recorde-se que nalguns países os posteriores reembolsos de IRS seriam mais baixos pela inexistência de despesas de educação.

As reformas na saúde devem assegurar os cuidados de saúde primários e ambicionar o equilíbrio entre os cuidados preventivos e curativos. Acima de tudo uma correcta afectação de recursos nos sistemas de saúde quer pela consolidação de valências médicas ou pela eliminação de camas excessivas, sendo que deve ser mantida a prioridade em termos de gastos na prevenção e tratamento em doenças em vez de a mesma estar focalizada na manutenção de empregos.

No entanto o financiamento do sistema nacional de saúde é uma questão, talvez mesmo a mais delicada em todo o âmbito da área social. Em quase todos os países de transição foram criados planos de seguros de saúde públicos por forma a substituir os financiamentos directos na área da saúde, mas como os fundos do estado funcionam sob o conceito do "fee-for-service", isto acaba por encorajar os médicos a prescreverem exames ou tratamentos desnecessários, as contribuições aumentam e os planos de seguros de saúde acabam por aumentar os gastos na saúde.

O ideal seria a substituição do sistema "fee-for-service" pelo "per-case or capitation", sendo que esta situação era até aconselhável em situações onde as contribuições no orçamento de Estado tinham sido calculadas pelo número de

camas no hospital. Assim sendo as estadas prolongadas no hospital sem razão aparente iriam diminuir de forma a aumentar a capitalização das mesmas.

No entanto os planos públicos de seguros de saúde devem apenas cobrir os níveis básicos de saúde em toda a população ficando os privados com cuidados suplementares.

Outra questão, mais actual passa pela gestão privada dos hospitais públicos, sendo o estado apenas um mero participante em toda a gestão, o que induziria numa redução de custos de gestão, sem diminuição da qualidade dos serviços prestados. A iniciativa de deixar aos privados aquilo que eles fazem melhor que o Estado deve ser reforçada.

### 1.3.7. A integração internacional

A regulação do FMI nas economias de leste deve garantir as trocas comerciais e ausência de restrições as transacções internacionais. Se durante 50 anos os planos centrais governaram as relações internacionais e tal resultou num isolamento que levou os países a não poderem aproveitar as possibilidades oferecidas pelo comércio internacionais (especialização pelas vantagens comparativas, importação de competências e tecnologias), como tal uma das grandes aspirações destas populações é a integração numa economia global.

Os países do Báltico e PECO liberalizaram rapidamente as exportações, suprimiram as restrições às importações, criaram duas zonas de livre comércio regional e aderiram à OMC, e com isto beneficiaram de investimentos estrangeiros que permitiram desenvolver a indústria do calçado, vestuário, automóveis e outras produções de fábrica alcançando resultados mesmo ao nível do bem estar das populações.

Existem igualmente neste grupo outras práticas como as desenvolvidas pela Polónia, Hungria e República Checa que liberalizaram o mercado imobiliário para os investidores estrangeiros.

Já o segundo grupo, e apesar da criação dos NIS o comércio entre os países da URSS nunca atingiu o nível anterior e surgem conflitos para proteger produtos nacionais (restrições a exportação). Estas economias e muito pelos problemas enfrentados pela Rússia ao nível dos pagamentos exteriores e endividamento viram-se obrigadas a retardar o mecanismo da liberalização dos

seus mercados, apesar do esforço feito a partir de 1995 ao autorizarem a entrada de capitais estrangeiros e a convertibilidade das transacções correntes.

### **1.3.8.As reformas do Estado**

Apesar de se ter bem patente a diferença entre a progressão nas reformas empreendidas entre o poder local e o poder central, as reformas estruturais ao nível do poder local e em particular ao nível da criação de autoridades locais independentes com competências bastante alargadas atingiu um bom nível apesar de estas se defrontarem com problemas orçamentais graves. As tentativas esporádicas de centralização não foram bem recebidas pela população. Em termos de eficácia e dada as fracas dotações orçamentais, as reformas empreendidas são escassas.

Ao nível dos governos centrais o grande desafio é a construção de um sistema de raiz que ponha fim a corrupção instalada e que consiga rentabilizar todos os recursos neles empreendidos. A criação da função pública foi nalguns países um sinal claro de transparência e rigor apesar da ineficiência reconhecida aos aparelhos dos estados mas e apesar de tudo torna-se evidente que uma maior participação dos cidadãos na vida política e social traduz-se num ambiente económico propício ao crescimento.

## 2. Renascer de novas políticas comerciais

### 2.1. As implicações do Uruguay Round nas economias de transição

As negociações do Uruguay Round (UR) contaram com a participação de 5 países PECO, como membros do GATT (Global Agreement on Trade and Transactions) que por inerência se tornaram membros da Organização Mundial de Comércio. No entanto outras economias de transição obtiveram estatuto de observador na OMC estando outras em processo de admissão.

Basicamente o impacto do UR nos países PECO, pode ser visto na mesma perspectiva que os outros países que participaram no UR, quer em termos de troca, acesso aos mercados domésticos e internacionais como resultado de uma concessão de tarifas e a uma disciplina multilateral.

O UR e o seu impacto continua no entanto definido pelo comércio e políticas comerciais, pois ao ser criada uma economia global transparente e propícia ao crescimento e competitividade externa os países beneficiam desta ajuda para o seu desenvolvimento.

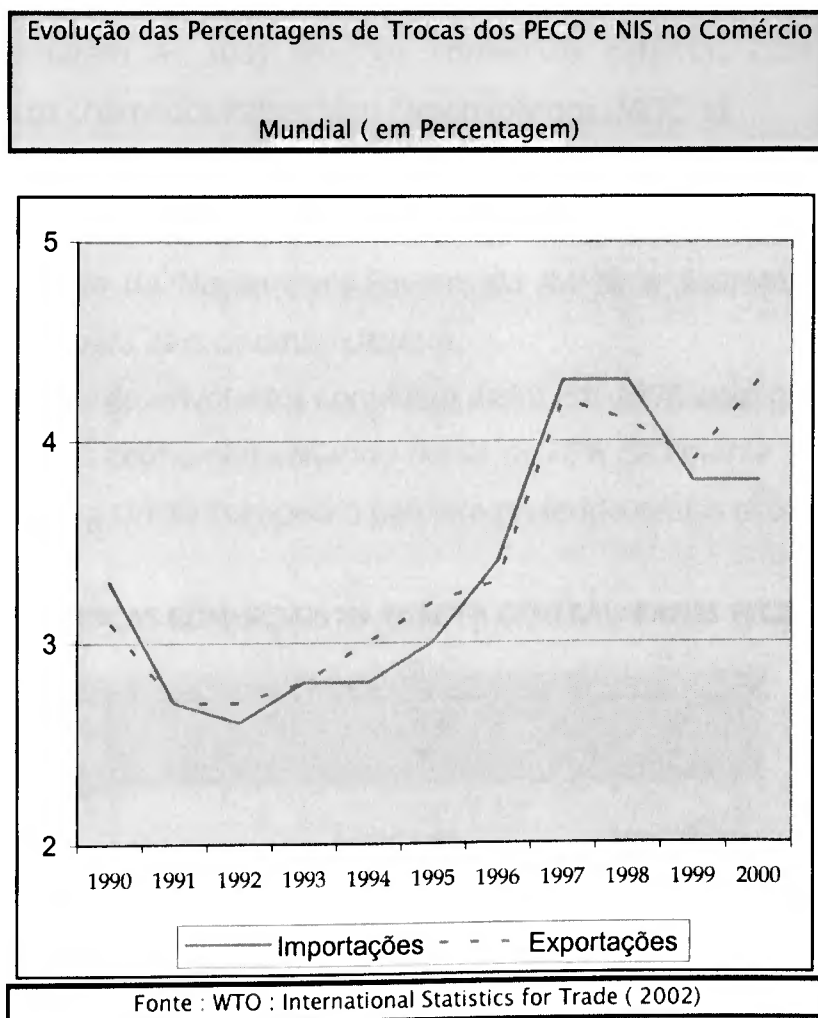
Os efeitos positivos podem ainda ser maiores no caso das economias de transição, onde a liberalização do comércio resultante do UR ocorre ao mesmo tempo que a liberalização promovida pelas economias como resultado do processo de abertura ao exterior.

Em geral, espera-se que a liberalização nas economias de transição leve á obtenção de benefícios para os consumidores (diversificação da escolha e descida dos preços), para os "taxpayers" (limitação do recurso das autoridades aos subsídios) e produtores (acesso facilitado aos mercados e criação de um ambiente económico global estável), não esquecendo que o "role-play" da liberalização nas economias de transição é encorajar ajustamentos estruturais em economias marcadas por distorções.

O efeito em termos do PIB do Uruguay Round representaram para o mundo um crescimento de 1.1% enquanto nas economias de transição foi de 0.9%. Em termos de consumo, o efeito resultante da gradual redução das tarifas

das importações e abertura progressiva do comércio vai contribuir para uma maior competitividade interna e externa.<sup>24</sup>

**Gráfico 3 – EVOLUÇÃO DAS TROCAS NO COMÉRCIO MUNDIAL**



Outro aspecto é o *"Agreement on Subsidies and Countervailing Measures"* que passa agora a determinar o custo, preço de mercado e competitividade internacional de cada produto pela existência / ausência de subsídios. Passa agora a existirem regras no que respeita ao comércio internacional, o que ajuda aqui as economias de transição que estão em processo de transformação e integração no mercado internacional.

<sup>24</sup> Uruguay Round : Consequences ( WTO 2000 )

## 2.2 O Comércio nas economias de transição

Desde o "acordar" das repúblicas soviéticas, que todas as economias de transição orientaram as suas relações comerciais externas com vista ao comércio com os chamados Países Mais Desenvolvidos (MDC's).

Isto é atribuído aos esforços da liberalização do comércio e normalização das relações com as economias de mercado mais desenvolvidas, tendo sido alargada a cláusula da Nação mais Favorecida (MFN) e Sistemas Gerais de Preferência (GSP) para as economias de leste.

Os países mais desenvolvidos contavam assim em 1995 com grande parte do comércio destas economias variando desde os 76% da Polónia até aos 11% da Lituânia, sendo a União Europeia o parceiro preferido destas economias.

**Gráfico 4 - TROCAS COMERCIAIS NA EUROPA CENTRAL: PAISES PECO E NIS**

Trocas Comerciais na Europa Central e Oriental :		
Países PECO e NIS ( Biliões de Doláres e percentagem)		
	Exportações	Importações
Valor	271	242
% do Comércio Mundial	4,4	3,7
Evolução Anual da %		
Valor		
1980-85 (a)	0	-1
1985-90 (a)	3	5
1990-00	7	5
1998	-4	-1
1999	0	-12
2000	26	-13
Volume		
1990-00	5,5	4,0
1998	6,0	5,5
1999	-2,0	-9,0
2000	17,0	15,5
(a) Inclui a Antiga República Democrática Alemã		
Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002)		

### 2.2.1. Estrutura exportadora

A chave para a expansão do comércio assenta nas vantagens comparativas como os recursos naturais (Rússia) e factor trabalho barato na maioria dos países PECO. A descida dos últimos anos da % nas exportações mundiais de 9.2% para 3.1%, indica-nos uma contracção no volume total do comércio.

Repartindo por sectores, os produtos manufacturados representavam 54.1% do total da região e sobretudo nos PECO que optaram por diversificar e dinamizar as suas exportações (passagem da agricultura e produtos manufacturados básicos para os têxteis, calçado e metais), permitem hoje estar a exportar para os principais mercados mundiais, enquanto os estados da ex-União Soviética permanecem confinados a energia, metais e afins.

## 2.3. Novas Políticas Comerciais

A liberalização do comércio constitui um factor chave no processo de transição para uma economia de mercado devido não só à sua dupla função de ligação entre os espaços nacionais e internacionais actuando como um elemento aglutinador de eficiência ao expor os produtos nacionais diante dos produtores externos e permitindo uma eficiente alocação dos recursos diante dos diferentes sectores e empresas.

A reforma do comércio deverá ser associada com a liberalização de preços implicando a transformação de um sistema de preços distorcido num sistema de preços internacional.

Assim sendo o novo sistema de preços internacional assegura e transforma-se num veículo de eficiência graças a correcta informação de produtos e cria vantagens comparativas, facilitando a transferência de tecnologia bem como de "Know-How" empresarial. Finalmente o desenvolvimento e diversificação das importações resultantes da liberalização contribuíram para uma estabilização macroeconómica através do alívio de pressões sobre a inflação enquanto as exportações tem um papel fundamental suportando o crescimento do produto interno bruto.

Para a liberalização ser eficaz, o comércio deve ser uma parte integral da estabilização macroeconómica e de transformações estruturais. No detalhe, os efeitos benéficos da liberalização do comércio serão desenvolvidos inteiramente num ambiente de estabilidade de preços, que são por sua vez indispensáveis para imporem duras restrições orçamentais às empresas. O progresso na reforma de comércio depende também do trajecto e da profundidade das reformas estruturais que ocorrem nas áreas de liberalização dos preços, de privatização, de execução de uma estrutura reguladora e de instrumentos macroeconómicos requeridos por uma economia de mercado.

A liberalização do comércio jogou um papel primordial no processo da reforma dos países europeus mais centrais e os mais orientais, incluindo os estados do Báltico. As condições iniciais na maioria dos PECO eram relativamente mais favoráveis do que nos NIS, no detalhe devido à sua proximidade geográfica com mercados e experiência ocidentais com reformas de comércio.

Além disso, os PECO beneficiando geralmente da normalização mais rápida das suas relações de comércio com países da OCDE, sendo-lhes concedido o status da nação mais favorecida (MFN) e o sistema generalizado do tratamento das preferências (GSP) geralmente um a dois anos antes dos NIS.

As rápidas reformas das economias de transição, como a República Checa, a Hungria, a Polónia e a Eslováquia, iniciaram a liberalização do comércio num estágio de desenvolvimento bastante inicial da transição e o comércio estrangeiro traduziu-se eficazmente numa participação maciça do sector privado em actividades de comércio externo.<sup>25</sup>

A abertura externa das suas economias foi travada internamente com as programações estabilizadas de tarifas e um recurso relativamente limitado às medidas não tarifadas. Por outro lado, devido à deterioração dos termos de troca, a maioria destes países tentou proteger o seu comércio através da limitação às importações (argumento de desequilíbrio grave na balança de pagamentos, previsto no acordo do GATT/OMC). A República Checa e a Eslováquia introduziram um imposto de 20% sobre as suas importações em 1990 e eliminaram-no em 1992.

---

<sup>25</sup> EBRD Transition Report 2002

## 2.4.Reformas Comerciais

O progresso das economias de leste está intimamente ligado às reformas de comércio. No entanto a situação inicial é importante para percebermos de que forma foi alcançada o crescimento. A União Soviética possui uma posição predominante na República da Rússia não apenas em termos de território como o maior produtor de gás natural.

Os Novos Estados Independentes (NIS), apresentam uma elevada dependência da ligações intra-regionais em termos de comércio e a desintegração da União Soviética associada ao dramático declínio no comércio intra-regional que em 1995 representava apenas 1/3 do nível de 1991, teve efeitos contraditórios nas economias dos NIS.

**Quadro 5 – COMÉRCIO INTER REGIONAL NOS NOVOS ESTADOS INDEPENDENTES**

Importância Relativa do Comércio Inter Regional no total das trocas comerciais nos Novos Estados Independentes											
(Milhões de dolares e em Percentagem)											
	Exportações					Importações					
	Valor		Quota			Valor		Quota			
	Mundo	NIS	Resto do Mundo	NIS	Resto do Mundo	Mundo	NIS	Resto do Mundo	NIS	Resto do Mundo	
Novos Est Indep.	146.140	29.710	116.430	20,3	79,7	Novos Est Indep.	82.205	33.525	48.680	40,8	59,2
Armenia	300	75	225	25,0	75,0	Armenia	885	165	720	18,6	81,4
Azerbaijao	1.750	235	1.515	13,4	86,6	Azerbaijao	1.390	375	1.015	27,0	73,0
Bielorússia	7.380	4.465	2.915	60,5	39,5	Bielorússia	8.484	6.015	2.470	70,9	29,1
Georgia	330	135	195	40,6	59,4	Georgia	725	250	475	34,5	65,5
Kazaquistão	9.140	2.340	6.800	25,6	74,4	Kazaquistão	5.050	2.535	2.515	50,2	49,8
Kirgistão	505	205	59	40,6	59,4	Kirgistão	555	300	255	54,1	45,9
Moldávia	470	275	195	58,5	41,5	Moldávia	775	245	530	31,6	68,4
Federação Russa	185.200	14.600	90.600	13,9	86,1	Federação Russa	45.500	13.695	31.805	30,1	69,9
Tadjiquistão	780	370	410	47,4	52,6	Tadjiquistão	675	560	115	83,0	17,0
Turkemenistão	2.700	1.500	1.200	55,6	44,4	Turkemenistão	1.480	460	940	32,9	67,1
Ucrânia	14.575	4.490	10.085	30,8	69,2	Ucrânia	13.955	8.025	5.930	57,5	42,5
Uzbesquitão	3.010	1.020	1.190	33,9	66,1	Uzbesquitão	2.810	900	1.910	32,0	68,0

Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002)

O grau de abertura da maioria dos países apresentam diferenças entre os 30 e os 50% entre países com as mesmas características de desenvolvimento e ao mesmo tempo a participação destes no comércio mundial era meramente residual (A Rússia com 1,3 % do comércio mundial). No entanto em 1999 apesar de nos mostrar um forte crescimento deve ser analisado com cuidado

devido à não especificação de um largo número de fluxos entre os NIS. O que se regista são fortes ligações com a antiga União Soviética.

#### Quadro 6 – GRAU DE ABERTURA DAS ECONOMIAS

Países	Grau de Abertura
Albania	34
Bosnia e Herzegovina	83
Bulgaria	91
Croacia	61
Jugoslávia	40
Macedonia	91
Roméia	58

Nota : O grau de abertura de uma economia é calculado pelo somatório das Exportações e Importações sobre o PIB

Fonte : World Bank : Estimativas ( 2002 ) Investments and Trade

O reflexo do elevado grau de exportação dos países NIS leva a que as suas exportações se concentrem apenas em algumas categorias especialmente em produtos energéticos e matérias-primas. A pouca diversificação nas exportações constitui um factor de inibição de trocas comerciais pois os mercados exigem regras e impões barreiras a produtos não tecnologicamente evoluídos o que leva a que determinados países continuem bastante longe dos valores de 1991.

A verdade é que os NIS adoptaram uma forma gradual de impor a reforma no processo de transição caracterizada por avanços e recuos e por uma legislação nem sempre consentânea com a grandeza das reformas a impor.<sup>26</sup>

Seria bastante exaustivo descrever país a país o que foi realizado mas de uma forma geral a verdade é que o mecanismo de liberalização de preços foi bastante difícil de executar e a verdade é que os preços – continuam bastante subsidiados pelo Estado em bastantes países. Apenas como exemplo, os importadores de energia aumentaram os preços do combustível para níveis de custo (Ucrânia e Kyrgistão), outros como a Rússia mantêm o número de controlos nos preços desses produtos.

<sup>26</sup> Leszek Balcerowick (2001)

A grande questão é que a liberalização das economias não foi acompanhada por uma liberalização dos preços e o comércio devido à impossibilidade de conversão directa da maioria das moedas, não se desenvolve, ou seja, os próprios países criaram uma barreira.

Como conclusão, assistimos ao declínio do PIB associado a problemas de endividamento e elevadas taxas de inflação e forte volatilidade dos preços. As economias dos NIS ao não permitirem a participação dos privados estão a eliminar uma forte possibilidade de crescerem em termos de comércio. Temos ainda que os problemas de transparência na determinação dos preços levam a que os outros países rejeitem entrar em comércio devido à incerteza de resultados.

A aceitação das disposições multilaterais e a adopção de medidas legislativas reguladas pela OMC são outro aspecto que deve ser levado em conta e que sem o qual as economias de transição não terão resultados em termos de comércio.

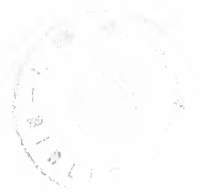
## **2.5. Impacto do Uruguay Round nas relações comerciais**

### **2.5.1. Cláusula da nação mais favorecida**

Desde 1992/93, todas as economias de transição beneficiaram da MFN, pois enquanto membros da OMC beneficiam automaticamente, já os não membros só tem acesso em virtude de acordos específicos com os países e pode ser retirado se alguns pressupostos não forem cumpridos (A cláusula MFN da Rússia no mercado comunitário é suspenso se os direitos humanos forem violados).

A cláusula da Nação mais favorecida dá a estas economias acesso privilegiado aos mercados em virtude da redução de taxas, como a verificada no mercado americano onde têm agora 5% de taxa em contraste com os 30% aplicados anteriormente. Aliás a extensão aos Estados Unidos da MFN permitiu o acesso privilegiado dos têxteis e calçado que tinham ficado de fora do acordo global GSP-USA.

O principal resultado palpável é uma melhoria da competitividade das exportações perante outros países que não obtiveram acesso a esta cláusula.



## 2.5.2. Acordos preferenciais de comércio – GSP

Apesar de alguns países estenderem os benefícios GSP para alguns parceiros comerciais, as chamadas "GSP preferences", quer na forma de tarifas reduzidas quer na aplicação de tarifa zero para um número selectivo de países é garantida pela maioria dos países da OCDE (Japão, EUA e EU contabilizam em conjunto 83% das importações globais dentro do esquema GSP).

As tarifas preferenciais dentro do "esquema GSP" ajudaram as economias de transição dentro dos mercados da OCDE em termos de oportunidades de exportação. Por exemplo, a Hungria e Polónia estão capazes de tirar vantagens adicionais das oportunidades de exportação e expandi-las rapidamente dentro da EU. No entanto em vez da utilização da GSP pelas economias de Leste, os benefícios da GSP permanecem extremamente concentrados nos mercados emergentes da Ásia, não havendo nenhum PECO elegível para a GSP nos 5 primeiros beneficiários dos programas de GSP da União Europeia, Japão ou Estados Unidos, sugerindo que estas economias atravessam problemas ao nível da oferta interna.

Analisando agora os produtos cobertos pelo GSP, temos a maioria dos produtos agrícolas, têxteis e calçado, havendo outros produtos como o aço que estando excluídos beneficiam de margens preferenciais pequenas.

O Uruguay Round teve no entanto, efeitos menos positivos para os beneficiários do GSP ou outros esquemas preferenciais de comércio, o que é conhecido como a "erosão das margens preferenciais".

## 2.6. A estrutura comercial dos países de leste

A transformação das economias de leste em economias de mercado eliminou a preferência comercial para a intra-Comecon e muitas das barreiras entre estas economias e a Europa Ocidental.

Surgiu uma reorientação do comércio para a Europa Ocidental (União Europeia em particular). Como consequência da queda dos regimes o comércio desenvolveu-se, as barreiras foram eliminadas quase na sua totalidade, o comércio Este-Oeste ganhou novos contornos.

A análise seguinte mostra-nos a partir de 3 datas chave a evolução do comércio entre estas economias e o resto do mundo.

Quadro 7 -COMPOSIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES DOS PECO (EM %)

	A Estrutura Exportadora dos Países PECO : Composição Geográfica															
	Bulgária			Checoslovaquia				Hungria			Polónia			Roménia		
	1928	1989	1994	1928	1989	1994	1994	1928	1989	1994	1928	1989	1994	1928	1989	1994
						Rep. Ch	Eslov.									
Europa de Leste	11,8	75,5	15,9	21,9	59,6	14,5	8,4	34	42,7	25,5	18,3	39,3	13,8	22,4	39,6	13,4
União Europeia ( 15 )	78,9	8,6	48,3	60,5	20,5	72,6	82,9	59,4	31,5	60,7	73,7	37,2	68,8	65,2	18,4	48,2
Estados Unidos	13	0,9	7,3	5,6	0,6	2,9	4,5	0,8	2,8	4	0,8	2,7	3,4	0,4	2,4	3,1
Ásia	0	3,5	4,5	2,1	4,4	2,9	0,9	0,4	2,9	15	0,8	4,2	3,1	0	5,2	6,8
Outros	7,9	11,6	13,9	10	15	7	32	5,3	20,1	8,3	6,3	16,7	10,8	12,1	34,4	28,5

Fonte: Collins e Rodrik (1991) e Fundo Monetário Internacional

O ano de 1928 marca o período antecedente da II Guerra Mundial, o ano de 1989 é o ano que marca o fim da "Cortina de Ferro" e como tal das economias socialistas, e neste ano a EU representava somente 23% do comércio dos PECO, no mesmo ano os países do leste tinham uma quota de 53% com a União Soviética como principal parceiro, mas a situação mudou bastante até 1994, onde a União Soviética já não é o principal parceiro.

Voltando um pouco atrás no tempo, em 1928, as economias de leste apresentavam uma afinidade cultural com as economias de mercado ocidentais, apenas e só a URSS seguia uma política de economia de plano. O comércio dos PECO estava nesta altura confinado a um conjunto de determinantes como as diferenças em recursos naturais e factores de produção, complementaridade no processo produtivo e proximidade geográfica, a URSS fechada sobre si mesmo sofrendo os efeitos da guerra civil.

O quadro acima mostra-nos a correlação perfeita na composição geográfica do comércio entre os países de leste durante o período de 1928 a 1994. Em 1994 tal como em 1928, a União Europeia é responsável por mais de 2/3 das exportações de 6 países PECO. No entanto esta situação não durou durante o período em causa, pois quer em 1933 (Grande depressão) quer a II Guerra Mundial que modificou as fronteiras de alguns países, fez com que o comércio se desenvolvesse dentro das fronteiras das economias do plano.

A URSS foi durante todos estes anos o principal importador dos PECO algo que depois da queda do regime da "Cortina de Ferro" deixou de se verificar, até porque a Rússia actual não possui reservas que possam pagar as suas

importações e como tal estas economias vêem a União Europeia como uma porta a explorar com vista a penetrarem no chamado comércio internacional.

## 2.7.Barreiras ao comércio: Melhorar o acesso aos mercados

### 2.7.1.Acordos multilaterais

As negociações multilaterais visam acima de tudo reduzir os impedimentos ao comércio em produtos e serviços nos mercados internacionais, tal como a abertura dos mercados se focaram na necessidade de eliminar ou reduzir as barreiras alfandegárias existentes até então de forma a melhorar o acesso aos mercados.

Um dos resultados saídos do Uruguay Round foi a redução das restrições em áreas como a agricultura (medidas quantitativas estão a ser substituídas por impostos « ad valorem») ou os têxteis e calçado (o acordo multifibras encontra-se no fim da sua vigência). Alias o que se espera do Uruguay Round no que diz respeito ao acesso aos mercados é descrito na seguinte frase, *"suggest that in the year 2002, assuming all tariff and non-tariff cuts set out in the Draft Final act were fully applied and the adjustment process in individual economies was complete, net world welfare ...around \$US 270 billion higher, in current prices, than it would be if current levels of production remained unchanged"*<sup>27</sup>

Os esforços mais recentes da liberalização multilateral, reformaram políticas específicas não fronteiriças e procedimentos que podem ser limitadores de comércio, como:

- ✚ **Políticas públicas.** Os governos são os maiores compradores de bens e serviços em todos os países, como tal a exclusão de fornecedores estrangeiros é vista como uma prática restritiva de comércio. O recente acordo *"On Government Procurement"* promove tratamento não discriminatório aumentando a transparência de procedimentos e estabelecendo regras.

---

<sup>27</sup> Uruguay Round : Consequences ( WTO 2000 )

- ↓ **Procedimentos na certificação de produtos.** As disputas internacionais afectam milhões de dólares em comércio. Se as acções de regulação e medidas padrão podem ser vistas como políticas domésticas legítimas elas são também uma forma escondida de protecção.
- ↓ **Políticas nacionais de competição.** Os governos em economias de mercado há muito que reconheceram a necessidade de tomarem medidas que tornem possível a abertura dos mercados e o aumento do bem-estar dos consumidores assumindo uma eficiente alocação dos recursos. Como tal o surgir de organizações e agências dedicadas a eliminar as práticas anti – concorrenciais dos agentes privados. A existência de práticas a nível local que possam impedir o acesso a firmas estrangeiras aos mercados, evitando assim políticas de trust.
- ↓ **Subsídios.** A atribuição de subsídios pelos governos está provado que pode distorcer os mercados internacionais, pois penalizam as firmas competitivas e decresce a eficiência económica.

### 2.7.2. Melhoria do acesso aos mercados externos

É do conhecimento que a expansão das exportações funciona como uma importante fonte de receitas e contributo para o crescimento económico. Mesmo quando confrontadas com o surgimento de melhores preços a nível interno que tornem as exportações menos atractivas, os exportadores encontram nos mercados estrangeiros menor risco e maior estabilidade. Por isso, melhorar o acesso aos mercados estrangeiros constitui uma das prioridades das economias de leste.

Também já sabemos que a generalidade dos países da OCDE e WTO praticam com as economias de leste o sistema GSP ou incluem estas nos seus sistemas de comércio regional preferencial.

Mas alguns sectores vêem ser aplicadas uma variedade de tarifas alfandegárias. O comércio na agricultura, ferro, calçado, têxteis e vestuário são objecto de importantes negociações multilaterais, mas a maior crítica vem

mesmo das economias de leste que acusam alguns países ocidentais de práticas de dumping, contribuindo para diminuir o acesso aos mercados.

A legislação anti-dumping é vista como uma forma de controlar o comportamento das firmas estrangeiras mas viola as regras da livre concorrência, pois são facilmente usadas pelas empresas que não desejam competir com empresas estrangeiras. Medidas tais como fixar os preços temporariamente em situação de prejuízo de forma a destruir os competidores estrangeiros recuperando mercado para depois impor elevados preços monopolistas.

Mas o acesso aos mercados externos por parte destas economias esbarra também nas condições em que se têm feito as reformas e alcançado o equilíbrio macroeconómico limitando uma maior liberalização das políticas comerciais.

Como conclusão deste ponto temos que os principais obstáculos encontrados são a frequente mudança das tarifas alfandegárias, sistemas de tributação não baseados no tratamento nacional, vestígios da intervenção do estado no comércio e exclusão de acordos preferenciais.

### **2.7.3. Eliminação das barreiras domésticas ao comércio**

As barreiras internas ao comércio têm também uma importância no acesso aos mercados pois para além de limitar as exportações acaba por diminuir a competitividade externa das economias de transição em competição com outras economias que actuam em situação de ausência de limitações.

Os estudos retirados dos PECO e das novas repúblicas soviéticas mostra-nos que estas barreiras combinadas entre si causam mais redução nas exportações que as barreiras externas.

### **2.7.4. Barreiras de informação**

A rápida descentralização da gestão do comércio externo requer bastante informação acerca de como funcionam os mercados e acima de tudo como lá chegar, por forma a estabelecer redes de contactos e pesquisando os mercados para chegar lá primeiro, mas a verdade que neste ponto a maioria dos países em análise pouco ou nada fez.

A existência de regras de saúde e segurança na comercialização dos produtos representa uma barreira importante, pois o crescimento de "marcas amigas do ambiente" e de um conjunto de produtos standard nas economias ocidentais, leva a que os exportadores estejam perfeitamente informados daquilo que se passa, quer em termos de legislação quer em termos de processos produtivos por forma a torná-los óptimos.

Quando 2/3 dos exportadores afirmam não terem efectuado qualquer contacto, este "entrave" ao comércio transforma-se um forte impedimento.

#### **2.7.5. Barreiras infra estruturais**

À entrada do novo milénio as tecnologias informáticas e multimédia revelam-se cada vez mais importantes para as economias e consequentemente para o seu crescimento.

Os Estados do Báltico substituíram o telex pelo fax e cerca de metade dos agentes exportadores afirma possuir telefones portáteis tendo por isso efectuado grandes transformações ao nível das redes de comunicação com o exterior, possibilitando não só o acesso em condições ao exterior através de operadores de telecomunicações funcionais como a entrada em iguais circunstâncias no mundo dos negócios.

Já a Rússia a situação é inversa, a maioria das empresas usam o telex. Quando os gigantes europeus e mundiais falam em videoconferências, comércio electrónico e outras tecnologias, que não estão acessíveis para as empresas russas, estas perdem oportunidades de negócio.

#### **2.7.6. Sistema Bancário e o mercado de capitais**

As questões colocadas acerca da capacidade creditícia dos exportadores, atrasos nos pagamentos, inflação elevada, novos regimes monetários e regulação de impostos são algumas das dificuldades que as economias de leste enfrentam.

O acesso a sistemas financeiros operacionais dificulta a competitividade dos mercados externos pelas economias de transição.

Sobejamente reconhecida como a parte mais difícil da transição é a criação de sistemas bancários e de mercados de capitais adaptados a uma economia de

mercado. Progressivamente esta tarefa torna-se mais fácil, quer devido à estabilização esperada dos preços quer ao restabelecimento do crescimento económico e à consequente regulamentação da economia e das actividades bancárias bem como à extensão das privatizações.

Ora se a isto associarmos a abertura das economias e consequente entrada de bancos estrangeiros no mercado financeiro, poderá levar a um rápido crescimento do mercado bancário e de capitais.

**Quadro 8 – DESENVOLVIMENTO DO MERCADO BANCÁRIO**

Desenvolvimento do mercado bancário					
	Depósitos Bancários ( % PIB )	Créditos Bancários ao Sect. Priv. ( % PIB )	Empréstimos de Alto Risco ( % do total )	Importância da Regulamentação (1)	Eficácia da Regulamentação (1) em %
<b>Europa Central e Oriental</b>					
Republica Checa	71	68	29	67	56
Eslováquia	69	44	33	67	44
Eslovénia	43	29	12	89	67
Hungria	42	24	4	89	89
Croácia	42	38	10	67	67
Polónia	40	18	10	89	67
Letónia	38	11	10	67	67
Bulgaria	34	13	13	89	78
Estónia	30	26	1	67	67
Roménia	24	nd	57	67	56
Lituânia	19	10	28	56	56
Macedonia	14	30	nd	67	56
<b>Países CEI</b>					
Bielorússia	15	9	13	44	44
Rússia	17	8	4	56	56
Ucrânia	14	2	11	56	44
Kazaquistão	10	5	8	44	44

(1) Percentagens calculadas pelo EBRD

Fonte : EBRD - Transition Report 1998

Assim sendo mesmo quase 13 anos após o início das reformas nos países comunistas, a prática bancária está ainda e em comparação com os parceiros da Europa comunitária bastante atrasada.

Em termos de penetração de mercado o país mais desenvolvido é sem dúvida a República Checa, mas mesmo neste país o total dos depósitos bancários e dos empréstimos concedidos ao sector privado não chega aos 70 % do PIB, valor bastante pequeno quando comparado com os países mais desenvolvidos.

Já nas nos países pertencentes a ex – União Soviética a fraca confiança no sector bancário e uma forte economia paralela fazem com que estes rácios não cheguem sequer aos 15 %.

Já o mercado de capitais permanece ainda bastante subdesenvolvido, agora numa fase em que os mercados de capitais um pouco por todo o mundo sofrem as consequências das correcções de mercado e do aparente fiasco especulativo resultante do impulsionamento da nova economia.

**Quadro 9 – A CAPITALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE CAPITAIS**

<b>Capitalização do mercado de capitais</b>			
	<b>Capitalização ( % do PIB)</b>	<b>Importância da Regulamentação (1) em %</b>	<b>Eficácia da Regulamentação (1) em %</b>
<b>Europa Central e Oriental</b>			
Hungria	36,20	89	89
República Checa	30,00	78	67
Estónia	25,20	89	56
Lituânia	22,80	67	44
Cróacia	22,50	89	67
Eslóvenia	10,90	78	56
Polónia	9,80	89	89
Eslóvaquia	9,70	67	44
Roménia	6,80	67	67
Letónia	6,20	89	44
Macedonia	0,30	67	22
Bulgaria	0,00	89	67
<b>Países CEI</b>			
Rússia	29,40	67	44
Ucrânia	6,10	44	33
Kazakistão	5,90	56	44
Uzbeskistão	3,90	44	22
Kirgistão	2,90	33	22
Arménia	1,00	56	22

(1) Percentagens calculadas pelo EBRD

Fonte : EBRD - Transition Report 1998

A Hungria e a República Checa são os expoentes máximos da capitalização bolsista devido ao avançado processo de privatização já ocorrido, pois a abertura do mercado de seguros à concorrência estrangeira e a criação de regimes de reformas unicamente baseados na capitalização bolsista no quadro das reformas impostas aquando da passagem de sistema de mercado.

Estas reformas permitem não só impulsionar as instituições financeiras como permitir que se constituam verdadeiras almofadas de sustentação capazes de parar a hemorragia nas finanças públicas provocado pelos regimes

de aposentação públicos, devido ao agravar da evolução demográfica, pois cada vez mais a pirâmide etária se encontra assimétrica.

A estrutura bancária começou a mudar nas economias de transição quer nos países que concorrem à adesão a União Europeia, tendo por isso necessidade de efectuar alterações ao nível da regulamentação e a consequente privatização de bancos nacionais de forma a promover a concorrência no sector.

### 2.7.7. Ambiente regulador da economia

A mudança para a economia de mercado obrigou a alterações legais e institucionais que directa ou indirectamente afectam as operações de comércio externo. A constante mudança no ambiente regulador da economia pode mesmo ser visto como prejudicial às exportações, pois um ambiente estável ajuda não só a ter um grau elevado de previsibilidade necessário no planeamento dos negócios como transmite confiança aos investidores nacionais.

Cerca de ¼ dos exportadores dos estados de leste e da Rússia consideram a informação muito incompleta, mas o mais grave surge quando os exportadores afirmam que só têm conhecimento das regulações e novas disposições depois de elas afectarem as suas exportações.

A todas estas questões, ao sentimento de isolamento no processo regulatório por parte dos agentes exportadores, compete aos governos dar resposta de forma a evitar que isto se transforme numa barreira às exportações.

## 3. União Europeia e as Economias de Leste

### 3.1. Natureza da Cooperação Externa da União Europeia

A União Europeia enquanto instituição tornou-se nos anos 90, o quinto maior doador mundial, tendo para o efeito desembolsado cerca de 6,6 mil milhões de euros apenas no ano de 1997, que representa cerca de 12 % do total da ajuda dos países da OCDE. Este forte aumento deve-se uma primeira análise ao virar da instituição para o exterior, a ideia que “ só se conseguirá ser forte se tivermos parceiros fortes ” (Romano Prodi).

Este aumento foi tão forte quer em termos percentuais quer em termos reais que a União Europeia mais os países membros são responsáveis por cerca de 55,3 % da Ajuda externa dentro dos países da OCDE.

Mas nem sempre a cooperação externa da União europeia se virou para o mesmo lado. Após os anos 70 os números evoluíram quer em termos de volume quer em termos de repartição regional e basta olhar que em 1996-1997, a ajuda a África subsahariana onde se encontram 41 países sob a iniciativa HIPC (Highly Indebted poorest countries), ascendeu a 2 mil milhões de Euros, soma que ultrapassa largamente as atribuições efectuadas a outras regiões.

#### 3.1.1. A cooperação na União Europeia: contexto político envolvente

No início dos anos 70, a ajuda da então Comunidade Económica e Europeia assentava apenas na base legal do tratado de Roma – datado de 1957 – e as obrigações anteriores da CEE provinham da convenção relativa à ajuda alimentar. Aquando da criação da CEE – em 1957 – quatro dos seus seis estados membros (Bélgica, Itália, França e Países Baixos) possuíam territórios ultramarinos sob a sua jurisdição, e esses acordos de associação à CEE, faziam menção não só à intervenção do FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), como à própria intervenção da CEE no âmbito de garantir uma constante ligação destes países à referida comunidade.

Em 1963, dezoito antigas colónias essencialmente francófonas assinaram um acordo, a convenção de Yaoundé, que previa a manutenção das mesmas

relações que estavam confinadas no tratado de Roma. Esta convenção concluída no decorrer do processo de descolonização – em tempo de guerra-fria – testemunhava a vontade de conceder aos países que viriam a declarar independência, vantagens superiores as atribuídas ao bloco soviético.

Nasce nesta convenção o futuro da cooperação externa entre a União europeia e os países ACP, que responsabilizava a CEE no sentido de dotar os países parceiros de um determinado nível de ajuda técnica e financeira de forma a estimular a recuperação económica e promover um desenvolvimento sustentado.

O outro grande eixo de ajuda da CEE, assentava no aproveitamento dos excedentes resultantes da aplicação da PAC (Política Agrícola Comum) nos estados-membros, onde os cereais o leite e seus derivados eram os produtos mais utilizados. Este eixo não estava enquadrado em nenhum eixo e o seu orçamento era incluído no orçamento geral da CEE. Estes programas de ajuda alimentar começaram em 1967 com a assinatura da primeira convenção relativa a ajuda alimentar e foi com este tipo de ajuda que a Índia e o Bangladesh passaram a ser os principais países receptores de ajuda proveniente da CEE neste período.

Mas foi com a entrada do Reino Unido para a CEE que a cooperação ganhou outro fôlego tendo se procedido a extensão da ajuda para 46 países ACP. Esta ajuda inclui para além dos termos da convenção de Yaoundé, novos termos – 1ª convenção de Lomé – quer em termos de ajuda quer em termos de acordos comerciais preferenciais, eliminando barreiras a entrada no espaço comunitário ou através da aplicação da cláusula da nação mais desfavorecida. Esta convenção prevê uma renegociação quinquenal – irá estender-se até Lomé IV em 1990 – e assenta num reforço efectivo da reciprocidade das relações ACP-CEE.

Igualmente em 1976 um novo programa de cooperação e ajuda financeira é lançado, virando-se para os países em vias de desenvolvimento da América Latina e Ásia (ALA). Finalmente os protocolos celebrados individualmente com os estados do Norte de África e do Médio Oriente – acordos do Magreb – permitiram que a CEE apresentasse nos princípios da década de 80, uma cooperação a escala mundial

A cooperação externa da comunidade, ao mesmo tempo que aumentou a sua intervenção em área geográfica, ganhou na diversidade e na

profundidade. De acordo com as áreas, os instrumentos de auxílio multiplicaram-se, e os mecanismos tradicionais de auxílio – para a cooperação técnica e financeira, para as infra-estruturas e o desenvolvimento rural foram reforçados e surgiram iniciativas inovadoras como o Stabex (concebida para estabilizar as receitas da exportação) e Sysmin (desenvolvido para o sector ministro), tudo isto dentro da estrutura da convenção de Lomé.

Mais recentemente, surgem novos desenvolvimentos na cooperação externa como consequência do fim da guerra-fria, com a assinatura de acordos com os estados recém criados do Báltico e da Europa Central e Oriental.

Estes acordos representam uma mudança na atribuição do auxílio, concedido para facilitar transformações políticas a curto prazo e mudanças económicas e sociais a longo prazo, bem como a resolução de situações urgentes e/ou conflitos.

A análise da despesa de emergência mais que triplicou em três anos e o programa PHARE (concebido inicialmente para a Polónia e Hungria, alargado posteriormente a todos os países PECO) e TACIS (concebido para ex-repúblicas soviéticas) foram rapidamente ajustados e dotados de maiores e mais eficientes instrumentos financeiros.

O programa de auxílio a África do Sul, até esta altura executado pelas ONG's no terreno, foi substituído por uma sustentação de esforços quer na reconstrução do governo, quer num ambicioso programa de crescimento, emprego e redistribuição.

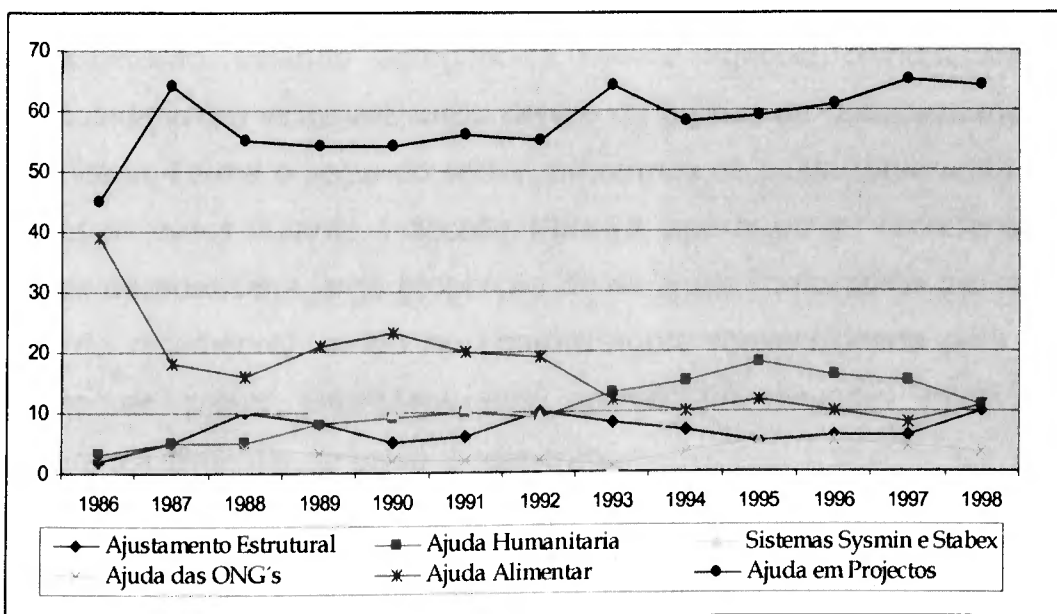
Finalmente o período mais recente -1997 – coincide com a assinatura do tratado de Maastricht e onde a União europeia decide avançar para a última fase de integração – união política – e elabora uma nova política de ajuda dentro do quadro comunitário, acabando por corresponder ao tratado de Amesterdão visando integrar a questão pelo respeito do meio ambiente e direitos universais do Homem dentro de todas as acções de cooperação externa, bem como uma racionalização dos processos de tomada de decisão por forma a garantir uma maior eficácia no âmbito da cooperação externa.

### 3.1.2. Os instrumentos da cooperação Externa

A análise das tendências principais á atribuição dos fundos de acordo com os instrumentos ou os sectores em vigor temos que durante o período 1986-1990, a ajuda dispunha-se sobre quatro instrumentos principais (programas do auxílio, DAE- dispositivo automático de entrada focado na alimentação, DAE- dispositivo automático de entrada humanitário e auxílio com o ONG) caiu no total da ajuda disponível da UE, passando uma média de 46 % em 1986-1990 a 43 % em 1991-1995 e a 36 % em 1996-1998.

No entanto e por oposição a ajuda no âmbito dos projectos – quinto instrumento – aumentou, passando de 54 % sobre período 1986-1990 a 64 % sobre o período 1996-1998.

**Gráfico 5 – EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA**



Fonte: OCDE – Relatório Mundial da Cooperação (2000)

No entanto estes dados agregados acabam por esconder uma vertente de ajuda humanitária e cada vez maior importância numa economia global e una. A União Europeia respondeu as crises humanitárias no Ruanda, no Burundi e a situação de guerra civil na Ex-Jugoslávia tendo por conseguinte aumentado a dotação orçamental nos programas de ajuda humanitária.

A União Europeia de forma a aumentar a eficácia da ajuda externa, encontrou na estrutura da OCDE / DAC, os cinco instrumentos capazes de monitorizar toda a ajuda externa e são eles:

#### ↓ Programas de Ajuda

Principal suporte para o ajustamento estrutural dos países em questão, sendo que a maioria do financiamento deste instrumento vai para os países ACP, sendo que desde 1992 uma pequena parte é recebida pelos países do Mediterrâneo.

Estão também incluídos aqui dois distintos esquemas de compensação o SYSMIN e o STABEX (agricultura e extracção mineral).

#### ↓ Ajuda Alimentar

A Ajuda Alimentar foi o primeiro instrumento instituído fora do âmbito da cooperação, estando agregado a política agrícola comum, sendo reformulada várias vezes até surgir dentro da política de desenvolvimento comunitária. Forma o segundo sector em termos de ajuda totalizando 9.1 milhões de euros durante a década 1986-98, apesar de ter representado durante décadas uma larga proporção de da ajuda comunitária (cerca de 50 % do orçamento), sendo no entanto agora redireccionada para um número de países prioritários que apresentam elevados níveis de insegurança alimentar ou baixo rendimento.

#### ↓ Assistência Humanitária

A assistência humanitária inclui um conjunto elevado de acções desde o tratamento de vítimas resultantes de desastres naturais a acolhimento de refugiados de guerra passando por reabilitações de espaços físicos e sua reconstrução, sendo no entanto esta parte muitas vezes levada a cabo pelas chamadas organizações não – governamentais. Totalizou no período 1986-98 cerca de 7.6 milhões de euros (10,4%).

A Comissão Europeia criou em 1992 o ECHO (European Community Humanitarian Office), sendo que a partir de 1993 toda ajuda humanitária foi feita através do orçamento do ECHO.

Em termos de distribuição regional a maior porção foi para os países da Europa Central e de Leste que receberam cerca de 2.6 milhões de euros, sendo que os países ACP receberam 2.2 milhões de euros, Países da Ex-Jugoslávia (no conjunto totalizaram 2.2 milhões), Palestina, Angola, Ruanda e Sudão forma outros contemplados.

#### ↓ Ajuda a Organizações Não Governamentais

A União Europeia suporta o trabalho das ONG's por duas formas quer por contratação directa quer por sistemas de co-financiamento, onde aos ONG's são contratadas para implementarem projectos e programas.

Este sistema de co-financiamento chega aos 500 000 euros para qualquer projecto com um prazo de cinco anos.

A ajuda as ONG's subiu bastante nos últimos anos, chegando a duplicar o valor de 1990, apesar de em termos globais e relativos não representar mais do que 2.5%. Os países que mais receberam no período em causa foram ao Brasil e a Índia apesar de os países de leste terem recebido cerca de 100 mil euros.

#### ↓ " Project Aid "

A ajuda a projectos da União europeia divide-se em vários sectores – Sector produtivo de recursos naturais, outros sectores produtivos, Infra estruturas económicas e serviços e outros temas globais.

### 3.1.4. A distribuição sectorial e regional da Cooperação externa

A União Europeia e talvez seja esta uma das razões pela qual é a única instituição que se mantém firme e vai dando sólidos passos rumo a integração política – o último passo da integração – não olha apenas para dentro de si, mas assume uma cada vez maior ligação com o exterior, não só por razões económicas mas também por razões sociais.

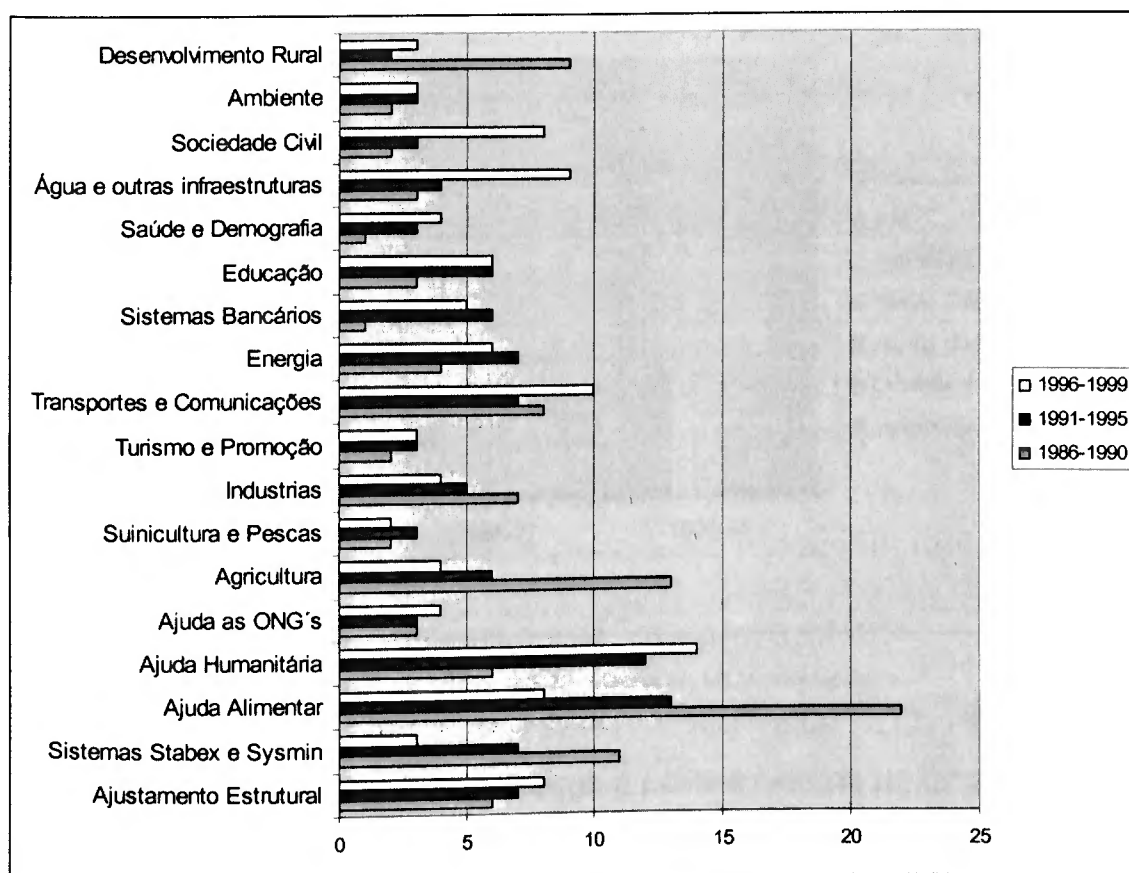
Se no caso da guerra nos Balcãs era previsível que a UE tendo uma guerra as portas, tivesse necessidade de estancar eventuais problemas humanitárias e

que poderiam resultar em vagas de imigração ilegal, por que razão interveio a UE no Ruanda ou no Burundi?

Trata-se claramente de uma posição ou melhor de uma definição geo-estratégica face ao mundo actual. A União Europeia quer assumir-se como o mais importante bloco mundial, não só para poder ter margem de manobra nos braços de ferro que efectua com regularidade com os Estados Unidos como também porque e ao contrário do que o Banco Mundial e o FMI pensam, a economia deve ser pensada para a melhoria da condições humanas e não apenas dos indicadores económicos.

A ajuda pelos outros três instrumentos estagnou. O programa de ajuda caiu passando de 16 % em 1986-1990 para 13 % em 1990-1995 e 10 % em 1996-1998, por causa do impacto insignificante do Stabex em 1993 e em 1997, e de Sysmin em 1998.

**Gráfico 6 – DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA AJUDA**



Fonte: Eurostat – Relatório da Ajuda Externa [ 2002 ] - Valores em Mil Milhões de Euros

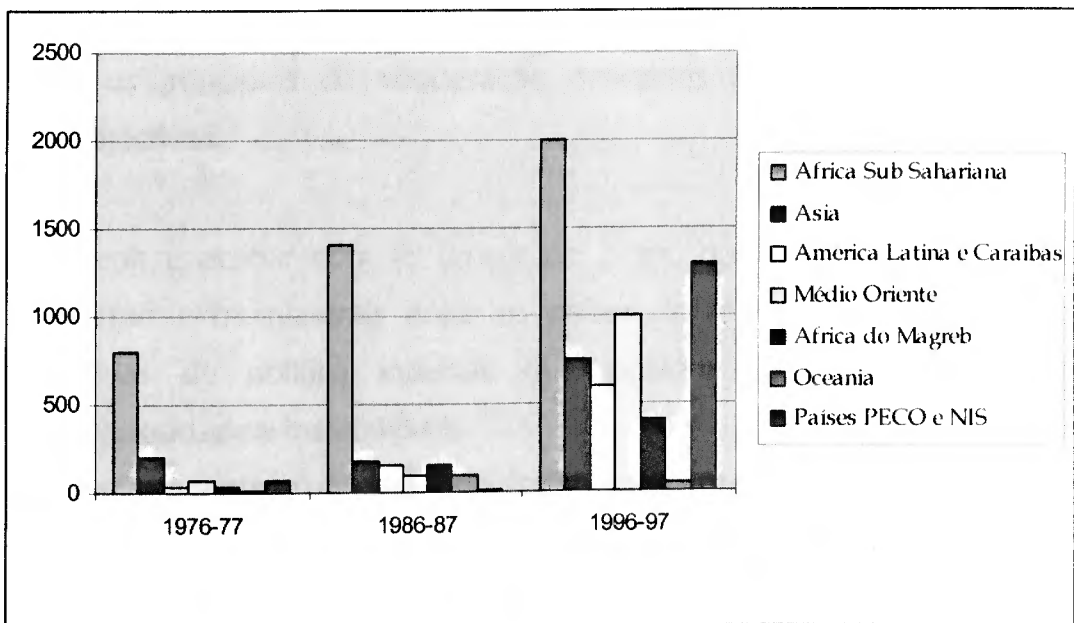
A ajuda com ajustamento estrutural de facto aumentou em termos absolutos, passando de uma média anual 180 milhões de Euros de 1986 – 1990 a 382 em 1991-1995 e a 526 milhões de Euros em 1996-1998, o que

corresponde a uma ascensão de 5.9 % do total de ajuda disponível em 1986-1990 e a 7.8 % em 1996-1998.

Não foi em termos de volume que a ajuda comunitária sofreu grandes alterações na última década, foi também e com maior relevo em termos regionais. A ajuda da UE à África Subsaariana chegou em 1997 aos 2 biliões de dólares, que apesar de ser a mais representativa em termos relativos (30% do total da ajuda), não tem já o peso de outros tempos como na década de 60 ou 70 quando chegava aos 60 %.

Em contraste, e com as transformações no espaço geopolítico da Europa (fim da guerra fria e sobretudo desmembramento da Jugoslávia), os chamados PECO e NIS recebem já cerca de 20 % da ajuda comunitária, sendo seguidos pelos países do Médio Oriente (14 %), Ásia (12%), América Latina (10%), Norte de África (6 %) e Oceânia (1%).

**Gráfico 7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA AJUDA**



Fonte: Eurostat – Relatório da Ajuda Externa (2002) – Valores em Mil Milhões de Euros

A pergunta mais comum em relação a política externa da União Europeia diz respeito ao seu financiamento, i.e., quais são as fontes da ajuda comunitária? O orçamento comunitário com 75 %, o Fundo Europeu Desenvolvimento com 20 % e o Banco Europeu de Investimentos com 5 % são os garantes da política externa de cooperação da União Europeia.

### 3.2. Pacto de Estabilidade para a Europa de Leste

Por forma a fazer face à situação de instabilidade e conflitos armados que assolam a região do leste europeu, a União Europeia, os países intervenientes da Europa de Leste (Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Roménia, Federação Russa, República da Macedónia, Turquia), os Estados Unidos da América e vários organismos internacionais dos quais destacamos as Nações Unidas, NATO, OCDE, FMI, Banco Mundial, entre outros, assinaram a 10 de Junho em Colónia o Pacto de Estabilidade para a Europa de Leste.

Deste pacto saiu o compromisso por parte dos países de leste de cooperarem entre si e com a restante comunidade internacional, de modo a pôr termo no clima de insegurança e instabilidade que se vive na região ao longo dos últimos anos, bem como da ajuda por parte dos restantes para que estes objectivos possam ser cumpridos.

Assim os princípios da cooperação assinados neste pacto visam os seguintes objectivos:

- ✚ Prevenir e acabar com as tensões e crises, quer através de acordos bilaterais e multilaterais entre os países da região, quer através de medidas de política internas que possam minimizar climas de conflituosidade e instabilidade.
- ✚ Maior empenho no caminho para uma maturidade democrática baseada no respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo os direitos das minorias, liberdade de imprensa, independência jurídica, combate à corrupção, fortalecimento da sociedade civil de forma a que esta tenha um papel activo e construtivo das novas democracias.
- ✚ Criação de relações de paz e boa vizinhança na região.
- ✚ Preservação do carácter multinacional e multiétnico da população dos vários países, bem como protecção às minorias.
- ✚ Implementar economias de mercado, abertura das fronteiras ao investimento estrangeiro bem como o fortalecimento do sector privado.

- ✚ Promover a cooperação económica regional, inter-regional e com o resto do mundo.
- ✚ Promover contactos livres entre os cidadãos.
- ✚ Combate ao crime organizado, corrupção, terrorismo e actividades ilegais.
- ✚ Prevenir o deslocamento forçado das populações pela guerra, as perseguições e a emigração provocada pela pobreza.
- ✚ Garantir a segurança e retorno dos refugiados a suas casas.
- ✚ Criar condições para que estes países possam integrar organizações internacionais, sejam elas políticas, económicas ou de segurança.

Estes princípios não só pretendem prevenir e resolver os conflitos na região, nomeadamente na Ex-Jugoslávia e mais recentemente no Kosovo, mas também criar um clima propício à integração destes países em organismos internacionais como a NATO e promover reformas económicas e sociais profundas.

Da multiplicidade dos objectivos que o pacto de estabilidade propõe, e atendendo à diversidade das situações que envolvem os vários países, foi criada uma mesa de trabalho, que periodicamente reporta à OSCE e que subdivide em três: democratização e direitos humanos, reestruturação económica, desenvolvimento e cooperação, e segurança. Para o sucesso dos objectivos estabelecidos a participação activa dos países da região nestas mesas de trabalho é fundamental. Estes pretendem ser o instrumento privilegiado na implementação do pacto de estabilidade, e é nesta ordem que a União Europeia vai assumir o seu papel neste acordo.

### **3.3. O Papel da União Europeia no Pacto de Estabilidade**

Para que os objectivos acima referidos possam ser atingidos, estes países necessitam de uma cooperação forte e solidária. A união Europeia tem desenvolvido ao longo dos últimos anos programas de cooperação em áreas que vão desde a cultura, educação à assistência tecnológica ou humanitária.

Desde 1991 que foram distribuídos cerca de 4,5 biliões de euros para a região, incluindo assistência financeira, se a este valor acrescentarmos a ajuda

humanitária e bilateral dos estados membros então o valor ascende a 17 biliões de euros. Do orçamento previsto para 2000-2006 a UE prevê disponibilizar, assim que as condições na região o permitirem, cerca de 5.5 biliões de euros, o principal desta ajuda destina-se à reforma das infra-estruturas económicas e ao apoio macro económico.

No campo dos direitos humanos e da democratização a UE prevê não só implementar programas próprios como promover e apoiar parcerias a nível local e institucional entre estes países e os estados membros da União. Somente com instituições fortes e uma sociedade civil participante estes países podem sair do colapso em que se encontram.

Os programas da UE a este nível apoiam desde processos eleitorais até reformas jurídicas. A educação é um sector chave na promoção dos direitos humanos e liberdades individuais, daí que mereça uma atenção especial. Somente com uma mudança nas mentalidades é possível caminhar no sentido da democratização. O investimento da União Europeia na educação nos Balcãs é um investimento numa nova sociedade bem como numa nova geração de líderes.

No campo da reconstrução, desenvolvimento e cooperação, a política comercial europeia já dá um contributo razoável ao sucesso do pacto de estabilidade. Actualmente 60% a 90% das exportações dos países de leste envolvidos neste pacto destinam-se à União Europeia. Esta cooperação tende a ser aumentada através da criação de zonas de comércio preferenciais.

O papel do sector privado é também fundamental neste processo de transição. A estabilização macro económica e a implementação de reformas legais orientadas para economias de mercado irão incentivar o investimento directo estrangeiro na região. Apesar desde não ser um dos destinos preferenciais do nosso IDE, há já algumas empresas portuguesas a investir na região, é exemplo disso a Jerónimo Martins e a Portugal Telecom. Este investimento será tanto maior quanto melhores forem as infra-estruturas existentes, sectores como as telecomunicações ou os transportes são pontos críticos de sucesso e destinatários da ajuda Europeia.

Por fim ao nível da segurança, a luta contra o crime organizado e a corrupção são dos sectores privilegiados pela UE, bem como o estabelecimento de acordos ao nível das políticas de migração, quer para evitar a emigração

ilegal que se tem verificado nos últimos anos, quer para garantir a segurança dos que vêm de forma legal.

O Pacto de Estabilidade reconhece assim, que um problema regional apenas pode ter uma solução regional. É tempo de criar dinâmicas que possam assegurar um desenvolvimento sustentado nesta zona. Resta saber se a vontade política dos dirigentes destes países vai ou não de encontro a estes objectivos.

### **3.4.O Alargamento a Leste: Realidade ou Utopia**

O alargamento da União Europeia é um dos principais desafios que a UE tem de enfrentar no limiar do século XXI, mas representa também uma oportunidade histórica única de promover uma maior integração do continente por meios pacíficos, alargando a novos membros uma zona de estabilidade e prosperidade.

Os quinze Estados-Membros da União Europeia participam actualmente no processo do alargamento a treze novos países, a saber, a Hungria, a Polónia, a Roménia, a República Eslovaca, a Letónia, a Estónia, a Lituânia, a Bulgária, a República Checa, a Eslovénia, Chipre, a Turquia e Malta.

Em Dezembro de 1997, no Luxemburgo, o Conselho Europeu tomou decisões históricas sobre o alargamento da União, definindo o processo global do alargamento de modo a incluir todos os países candidatos que desejam aderir à União. Numa primeira fase, que irá ocorrer em 1 de Maio de 2004, 10 novos países farão parte da União Europeia. De fora ficam para já a Roménia, a Bulgária e a sempre polémica Turquia.

#### **3.4.1. Componentes no Processo de Alargamento**

O alargamento é um processo global, integrador e progressivo, que evoluirá por etapas, consoante os ritmos próprios de cada Estado candidato e em função do respectivo grau de preparação.

As componentes do processo do alargamento são três:

#### ↓ A Conferência Europeia

Esta Conferência constitui um quadro multilateral que reúne todos os países vocacionados para aderir à União, e que partilham dos seus valores e objectivos. Os quinze Estados-Membros da UE e os doze países candidatos foram convidados para a Conferência, que reuniu pela primeira vez em Londres, a 12 de Março de 1998, e depois no Luxemburgo, a 6 de Outubro de 1998.

#### ↓ O Processo de adesão

O processo de adesão, que abrange os dez países da Europa Central e Oriental e ainda Chipre, iniciou-se a 30 de Março de 1998. Este processo implica o reforço da estratégia de pré-adesão, que permitirá aos países candidatos o maior grau de harmonização possível da sua legislação com o “acervo comunitário” (a legislação comunitária) da União, antes da adesão.

Um dos principais elementos da estratégia de pré-adesão são as parcerias para a adesão elaboradas para os dez países da Europa Central, em que é definida uma série de prioridades de curto e médio prazo que devem ser respeitadas nos esforços de preparação para a adesão, e que procuram mobilizar e enquadrar todas as formas de assistência aos PECO.

Em resposta à respectiva parceria para a adesão, cada um dos países candidatos elaborou um programa nacional de adopção do acervo comunitário em que se estabelece a forma como as prioridades das parcerias para a adesão serão postas em prática, assim como os calendários e as dotações em recursos humanos e financeiros, programa esse que é actualizado regularmente.

Um segundo elemento consiste na duplicação da ajuda financeira prevista no âmbito das prioridades da adesão. Essa assistência será prestada por intermédio de um programa PHARE reorientado e de novos programas nos domínios do ambiente e dos transportes, assim como do desenvolvimento agrícola e rural. Foi ainda criado um “mecanismo de recuperação” suplementar, para os países que ainda não estão preparados para a abertura de negociações.

Serão abertos progressivamente aos países candidatos programas comunitários muito diversificados, abrangendo domínios como o ensino e a formação, o ambiente, a investigação e a cultura, que contribuirão para familiarizar diferentes grupos sociais dos países candidatos à adesão com os métodos de trabalho da UE.

Finalmente, foi instituído um procedimento de revisão no âmbito do qual deverão ser elaborados relatórios sobre os progressos alcançados por cada um dos países candidatos na via da preparação para a adesão. Os primeiros relatórios desse tipo foram publicados a 4 de Novembro de 1998 (ver mais adiante).

#### ↓ As negociações de adesão

A 31 de Março de 1998 foram iniciadas negociações com os seis países recomendados pela Comissão (Hungria, Polónia, Estónia, República Checa, Eslovénia, Chipre), que estão a ser travadas no âmbito de conferências de adesão bilaterais entre os Estados-Membros e os países candidatos.

#### Quadro 10 – EXAME ANALÍTICO AO ACERVO COMUNITÁRIO

Esta análise, iniciada em Abril de 1998 para preparar as negociações e conferir novo ímpeto aos preparativos de pré-adesão, tem por objectivo explicar o acervo comunitário aos países candidatos e avaliar as dificuldades que terão na sua adopção. Além da adopção da legislação comunitária, todos os candidatos deverão criar e/ou reforçar as estruturas necessárias para assegurar a aplicação efectiva dessa legislação.

No fim de 1998 tinha sido completada a análise bilateral e multilateral de 20 capítulos do acervo comunitário, para os casos da Hungria, da Polónia, da Estónia, da República Checa, da Eslovénia e de Chipre, e os relatórios em que se dava conta dos resultados da análise, capítulo por capítulo salvo um, tinham sido apresentados ao Conselho antes do fim do ano. Os restantes nove capítulos serão analisados até ao Outono de 1999.

A Comissão completou também a análise multilateral de 29 capítulos do acervo comunitário para os casos dos países com os quais ainda não foram iniciadas negociações: Bulgária, Letónia, Lituânia, Roménia e República Eslovaca. Nas reuniões bilaterais de análise a realizar entre Março e Julho de 1999 para todos os capítulos, à excepção do que se refere à agricultura, que será analisado no Outono de 1999, será efectuada uma identificação mais pormenorizada dos problemas.

### 3.4.2. Análise ao Alargamento: Critérios Políticos e Económicos

A União Europeia tem contribuído, desde há quase meio século, para pôr termo aos conflitos do passado e para reforçar a paz, a segurança, a justiça e o bem-estar em todo o continente europeu. Desde o convite formulado aos países candidatos para aderirem à União Europeia, o processo de alargamento contribuiu de forma decisiva para a estabilidade política, o progresso económico e a justiça social.

A existência de instituições estáveis, as mudanças de governo efectuadas com base em eleições livres e democráticas, uma melhor protecção dos direitos humanos, incluindo os direitos das minorias, e a aplicação dos princípios da economia de mercado são presentemente características comuns. O processo de alargamento faz da Europa um lugar mais seguro para os seus cidadãos e contribui para a prevenção e controlo dos conflitos a nível mundial.

O alargamento trará vantagens não só para os actuais e os novos Estados-Membros, mas também para os países limítrofes, com os quais a União Europeia mantém laços estreitos. Não haverá novas linhas de demarcação a dividir o continente. Cada um dos novos Estados-Membros contribuirá com a sua própria herança política, económica, cultural, histórica e geográfica, enriquecendo assim a Europa no seu conjunto.

No contexto internacional subsequente aos ataques terroristas de 11 de Setembro e às suas repercussões, uma Europa forte e unida é mais necessária do que nunca. Os países candidatos à adesão juntaram a sua voz à da União Europeia na condenação do terrorismo, associando-se imediata e plenamente às conclusões e ao plano de acção do Conselho Europeu extraordinário de 21 de Setembro de 2001.

Parece consensual que se os candidatos prosseguirem os seus esforços, deverá ser possível concluir até 2002 as negociações de adesão com os países que preencham os critérios pertinentes. Esses países poderão então tornar-se membros da EU em 2004, em conformidade com o objectivo definido pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu.

### 3.4.2.1. Definição dos Princípios de Adesão

Os princípios a que obedece este processo permanecem inalterados. O Conselho Europeu de Berlim definiu um quadro preciso para os aspectos financeiros do alargamento, que proporciona uma base suficiente para a adesão de um máximo de dez novos Estados-Membros em 2004.

O Conselho Europeu de Nice definiu o quadro da reforma institucional necessária ao alargamento. As negociações, conduzidas com base no acervo existente, aplicando os princípios da diferenciação (avaliação de cada candidato segundo o seu mérito próprio) e da possibilidade de recuperação do atraso, serão concluídas com os países candidatos que satisfaçam os critérios de adesão. São estas as condições necessárias e suficientes definidas desde o início para a primeira série de adesões isto apesar de no interior da União Europeia se gerarem debates sobre a reforma das políticas ou das instituições que não devem interferir com o processo de alargamento, nem impedir ou atrasar as negociações de adesão.

A aplicação do princípio da diferenciação, segundo o qual cada país candidato é considerado pelo seu mérito próprio, bem como a aceleração dos preparativos para a adesão, apoiada pelos instrumentos comunitários de pré-adesão, permitem igualmente que os candidatos que iniciaram as negociações numa fase posterior recuperem o seu atraso. A actual estratégia de alargamento proporciona uma sólida base para concluir as negociações, segundo o calendário previsto, com os candidatos que se encontrem suficientemente preparados.

A fim de intensificar os preparativos para o alargamento, os países candidatos têm sido associados de forma crescente aos programas e actividades da UE. Foram elaborados programas económicos de pré-adesão que têm em conta os requisitos inerentes à União Económica e Monetária, bem como estratégias nacionais em matéria de emprego. As conclusões do Conselho Europeu de Gotemburgo convidavam os países candidatos a traduzir os objectivos económicos, sociais e ambientais da União nas suas políticas nacionais.

Os países candidatos deverão ser associados o mais amplamente possível ao processo de Lisboa, que se centra no objectivo estratégico da União que

consiste em desenvolver uma economia sustentável, altamente competitiva e baseada no conhecimento.

A cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos assumirá uma importância crescente, tendo em conta quer a luta contra o terrorismo e o crime organizado quer as discussões a mais longo prazo sobre a eventual criação de um dispositivo comum de controlo das fronteiras. A participação no sistema de Schengen, que será aplicável a todos os novos Estados-Membros, efectuar-se-á com base num processo com duas fases. Os novos Estados-Membros deverão em primeiro lugar alcançar um elevado nível de controlo das fronteiras externas aquando da adesão, devendo a eliminação dos controlos nas fronteiras internas que os separam dos actuais Estados-Membros ter lugar apenas numa fase posterior, na sequência de uma decisão do Conselho distinta.

Aderir à União Europeia não implica automaticamente adoptar o Euro, embora a participação na moeda única seja parte do acervo, os países candidatos terão de satisfazer os critérios de convergência para participarem no Euro. Esta decisão será tomada numa fase posterior, após a adesão, quando os países tiverem alcançado um elevado grau de convergência sustentável, tal como aconteceu em relação aos participantes iniciais na zona Euro.

Presentemente, a primeira prioridade para cada candidato deverá, contudo, consistir em satisfazer os critérios económicos de Copenhaga.

### **3.4.3.O processo de alargamento e os países limítrofes**

As relações entre a UE e os seus novos vizinhos evoluirão de forma a reflectir a nova situação. A União desenvolveu políticas específicas para cada região limítrofe – o Processo de Estabilização e Associação para os Balcãs Ocidentais, o Processo de Barcelona para o Mediterrâneo e o quadro de Parceria e Cooperação para a Rússia, a Ucrânia e outros Novos Estados Independentes, que vieram completar as estreitas relações de integração desenvolvidas com os países signatários do Acordo Europeu de Comércio Livre e do Espaço Económico Europeu.

Estas políticas prevêm a criação de uma zona de comércio livre entre a UE e os países vizinhos, na qual prevaleçam a democracia e o respeito pelos direitos humanos, bem como o Estado de Direito.

Com o progressivo alargamento da União Europeia, aumentarão também os interesses comuns à UE e aos seus novos vizinhos. Serão criadas novas oportunidades, favorecendo o crescimento e o investimento. O alargamento permitirá a criação, a prazo, de um mercado interno de mais de 500 milhões de consumidores.

A UE e os seus novos vizinhos terão todo o interesse em continuar a colaborar para consolidar a reforma económica e reforçar a actividade empresarial, através da criação de um quadro regulamentar transparente. O alinhamento progressivo pelas regras do mercado interno e pelo quadro regulamentar da UE contribuirá para facilitar as trocas comerciais e atrair os investimentos para as regiões limítrofes, com vantagens para as empresas de todos os países envolvidos.

O alargamento traduzir-se-á igualmente em novos desafios, impondo à UE e aos seus vizinhos uma estreita colaboração em sectores como a justiça e os assuntos internos. O provável afluxo de migrantes dos países limítrofes exigirá que a União desenvolva com estes países políticas de planeamento da imigração legal e de combate à imigração clandestina e ao tráfico de seres humanos. A gestão das fronteiras assumirá uma importância crescente, sendo necessário intensificar a cooperação em domínios que vão desde os controlos aduaneiros e veterinários/fito sanitários até à luta contra o crime organizado e o tráfico de estupefacientes.

A União alargada deverá aprofundar as suas relações com os seus vizinhos imediatos e continuar a desenvolver uma abordagem comum. Neste contexto, poderá revelar-se oportuno combinar elementos comuns das três políticas geográficas actualmente existentes.

#### 3.4.3.1. Ponto de Situação nos países dos Balcãs Ocidentais

O ano de 2001 foi um ano de consolidação da democracia na região dos Balcãs Ocidentais, com a eleição de novos líderes democráticos na República Federativa da Jugoslávia (RFJ) e a prossecução das reformas políticas, económicas e administrativas nos países da região.

Contudo, os progressos não foram uniformes e a nova vaga de violência nas regiões meridionais da RFJ e na Antiga República Jugoslava da Macedónia representa um retrocesso no processo de instauração da paz e da estabilidade

na região. Para a UE, o desafio consiste em dar uma resposta eficaz à instabilidade na região, progredindo no sentido do objectivo de integração dos países da região na União Europeia, em consonância com as conclusões do Conselho Europeu de Santa Maria da Feira. O Processo de Estabilização e Associação (PEA) proporciona um quadro no âmbito do qual as novas relações contratuais e um programa de assistência permitem a cada um dos países avançar, ao seu próprio ritmo, enquanto candidatos potenciais para a adesão à UE.

A cooperação regional deverá ser intensificada, pois representa um factor essencial para a consolidação da estabilidade e um elemento-chave do empenhamento da UE na Europa do Sudeste. Todos os países da região deverão ser apoiados nas suas tentativas de conciliar os esforços de cooperação regional com os requisitos de integração na UE. O Processo de Estabilização e Associação, o Pacto de Estabilidade e a assistência financeira desempenham cada um papel complementar neste contexto.

#### 3.4.3.2. Ponto de Situação dos Novos Estados Independentes

A União Europeia tem vindo a consolidar a sua parceria com a Rússia, permitindo a ambos os parceiros tirarem partido das vantagens decorrentes de uma cooperação mais intensa em domínios como a energia, a política externa, a justiça e os assuntos internos e o ambiente. O Acordo de Parceria e Cooperação com a Rússia proporciona uma base para o diálogo político e para uma cooperação de vasto alcance, que inclui os trabalhos relacionados com o pedido de adesão da Rússia à OMC. A Cimeira UE-Rússia de Outubro de 2001 conferiu um novo impulso ao desenvolvimento das relações UE-Rússia no âmbito do Acordo de Parceria e Cooperação, tendo sido decidida a criação de um grupo de alto nível para desenvolver o conceito de Espaço Económico Europeu Comum.

A Rússia congratula-se com o alargamento da UE e espera que a União analise cuidadosamente as suas repercussões sobre o país. Estas questões são debatidas no âmbito das instituições do Acordo de Parceria e Cooperação, a fim de resolver eventuais problemas que possam surgir antes do alargamento.

A UE concluiu igualmente Acordos de Parceria e Cooperação com a *Ucrânia* e a *Moldávia*, estando empenhada em ajudar esses dois países no seu

processo de transição política e económica e de alinhamento progressivo pelas normas e práticas europeias.

Os dois países foram convidados a participar na Conferência Europeia e estão activamente empenhados em grupos regionais e sub-regionais nos quais participam Estados-Membros da UE, países candidatos e os países envolvidos no Processo de Estabilização e Associação. A *Bielo-Rússia* possui também fronteiras com a futura União Europeia, mas a evolução das relações com este país é limitada pelo desrespeito pela democracia, pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito que caracteriza a Bielo-Rússia.

### **3.5. Alargamento: Em que ponto estamos?**

#### **3.5.1. Critérios políticos**

O Conselho Europeu de Copenhaga afirmou que "a adesão exige que o país candidato disponha de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e o respeito pelas minorias e a sua protecção". O artigo 6º do Tratado da União Europeia afirma que "a União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de Direito". Estes princípios foram realçados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, proclamada aquando do Conselho Europeu de Nice, em Dezembro de 2000.

##### 3.5.1.1. Evolução global

Nos Relatórios de 2000, a Comissão concluiu que todos os países candidatos envolvidos em negociações continuavam a satisfazer os critérios políticos e que os resultados globais em termos de reforço das instituições democráticas, de respeito pelo Estado de Direito e de protecção dos direitos humanos haviam melhorado desde o ano transacto. Contudo, a Comissão sublinhou a necessidade de acelerar a reforma ou o reforço da organização judiciária e de enfrentar o problema da corrupção.

Além disso, apelou para medidas vigorosas na luta contra o problema crescente do tráfico de mulheres e crianças, tendo realçado a necessidade de esforços contínuos para melhorar a situação das populações romanchés. A

Comissão instou a Turquia a tomar as decisões necessárias para traduzir em medidas concretas as suas intenções em matéria de protecção dos direitos humanos.

Desde os últimos Relatórios Periódicos, os países candidatos continuaram a reforçar o funcionamento dos seus sistemas democráticos de governo. Realizaram-se eleições nacionais ou locais na Bulgária, em Chipre, na República Checa, na Estónia, na Letónia, em Malta, na Polónia e na Roménia, que decorreram de forma livre e equitativa.

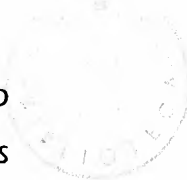
Foram realizados novos esforços significativos para garantir a independência, a transparência, a responsabilização e a eficácia da administração pública. Diversos países reforçaram o quadro jurídico da função pública e prosseguiram as acções de formação dos funcionários públicos e a modernização da administração. É necessário prosseguir estes esforços. Prosseguiu também a reforma e o reforço do aparelho judicial, elemento vital para assegurar o respeito pelo Estado de Direito e a aplicação efectiva do acervo.

Diversos países avançaram a nível da adopção de legislação de base, do reforço dos recursos humanos e da melhoria das condições de trabalho. Importa prosseguir os esforços neste domínio, prestando especial atenção à garantia da independência do aparelho judicial.

Os anteriores relatórios identificavam a corrupção como um problema grave "exacerbado pelos baixos salários praticados no sector público e pelo excessivo controlo burocrático da economia". Esta afirmação mantém a sua pertinência, não obstante alguns desenvolvimentos positivos. A maioria dos países reforçou os organismos de luta contra a corrupção, tendo além disso adoptado legislação pertinente, em domínios como os contratos públicos e o acesso do público à informação. A evolução positiva verificada em diversos países no que se refere à reforma da administração pública contribui igualmente para a luta contra a corrupção.

Não obstante estes esforços, a corrupção, a fraude e o crime económico continuam fenómenos generalizados na maioria dos países candidatos, minando a confiança dos cidadãos e desacreditando o processo de reformas. São necessárias medidas rigorosas para atacar este problema.

A evolução alarmante no que se refere ao tráfico de mulheres e de crianças confirmou-se lamentavelmente neste ano. Diversos países candidatos



continuam a ser países de origem, de trânsito e de destino, não existindo quaisquer indícios de que o problema tenha diminuído. Impõem-se medidas radicais para contrariar esta tendência, assegurando devidamente o respeito pelos direitos das vítimas.

Não obstante as medidas de carácter legislativo e institucional tomadas em diversos países no sentido de garantir a igualdade entre os sexos, são necessários novos esforços para promover a igualdade económica e social das mulheres. As iniciativas adoptadas em alguns países para assistir as vítimas de violência representam passos muito positivos, que, contudo, deverão ser acompanhados de medidas adequadas de prevenção.

Quanto ao tratamento das minorias, importa referir um certo número de desenvolvimentos positivos. A Estónia e a Letónia progrediram a nível da integração dos cidadãos, continuando a respeitar todas as recomendações da OSCE em matéria de cidadania e naturalização. Em ambos os países será necessário assegurar que a implementação da legislação existente em matéria linguística se efectua no pleno respeito pelos princípios da proporcionalidade e do interesse público justificado.

Todos os países candidatos, com excepção da Turquia, actualmente em fase de negociação continuam a cumprir os critérios políticos de Copenhaga.

Com base nestes progressos, o último ano caracterizou-se por novos desenvolvimentos positivos e, de um modo geral, os resultados globais em termos de reforço das instituições democráticas, respeito pelo Estado de Direito e protecção dos direitos humanos continuou a melhorar.

No entanto, apesar dos esforços de reforma ou de consolidação do sistema judicial começarem a dar os primeiros resultados, é necessário acelerar e intensificar esses esforços, designadamente para assegurar uma aplicação efectiva do acervo. A luta contra a corrupção deverá também ser intensificada, sendo necessários resultados concretos neste domínio a fim de responder às preocupações da opinião pública e contribuir para assegurar um enquadramento empresarial transparente.

A Turquia deverá tomar as medidas necessárias para garantir que as importantes alterações constitucionais aprovadas recentemente se traduzam em progressos concretos em matéria de direitos humanos.

### 3.5.2. Critérios económicos

No ano de 2000, o crescimento apresentou os melhores resultados desde a introdução dos Relatórios Periódicos, com uma taxa média de crescimento do PIB em termos reais nos países candidatos de cerca de 5%, muito superior ao crescimento zero de 1999. A taxa média dos 10 países PECO foi de 3,6%, consideravelmente acima dos 2,2% alcançados no ano precedente.

#### 3.5.2.1. Evolução global

O crescimento foi retomado na República Checa, na Estónia, na Lituânia e na Roménia, tendo 8 países apresentado taxas mais elevadas de crescimento. A Polónia e a Eslovénia foram excepção, com um ligeiro abrandamento do crescimento, que contudo alcançou 4% na Polónia e 4,6% na Eslovénia.

Em média, os países candidatos mediterrâneos apresentaram melhores resultados do que as economias de transição, com taxas de crescimento do PIB real de 5% para Chipre e Malta e 7,2% para a Turquia. Em contrapartida, o crescimento médio do PIB real da UE foi de 3,3%, pelo que a recuperação do atraso, embora limitada, foi superior aos anos precedentes.

No primeiro semestre de 2001, com a deterioração dos resultados económicos da UE, assistiu-se a uma desaceleração global do crescimento do PIB nos países candidatos, que até ao momento afectou de forma mais significativa os países cujo crescimento médio era mais elevado e mais estável. Os países que estão a retomar um ritmo de crescimento mais normal após uma fase de recessão, como a República Checa e a Roménia, estão aparentemente a ter melhores resultados.

Do mesmo modo, os Estados Bálticos, que atravessaram um período de diminuição conjuntural do crescimento em 2000, parecem estar a resistir à actual desaceleração, graças, em parte, ao aumento da procura externa resultante da expansão do crescimento verificada na Rússia e nos NIS. A recessão é mais acentuada na Polónia, essencialmente em virtude da coordenação insuficiente das diversas políticas, associadas à deterioração da conjuntura externa e às incertezas que caracterizam a situação política interna.

O crescimento registou níveis abruptamente negativos na Turquia, na sequência das duas profundas crises financeiras verificadas no final de 2000 e no início de 2001 que afectaram negativamente os resultados do PIB, embora,

simultaneamente, tenham forçado o governo a tomar medidas de reforma e de correcção especialmente necessárias.

O PIB per capita, expresso em percentagem da média da UE e avaliado em termos de paridade do poder de compra (PPC), aumentou para 39% em 2000, face a 38% em 1999, nos 10 PECO, enquanto no conjunto dos 13 países candidatos se manteve ao nível do ano anterior, isto é, 35%.

Para colmatar a médio e longo prazo a actual grande discrepância em termos de rendimentos, serão necessárias taxas de crescimento médias relativamente mais elevadas. Se compararmos a situação de 2000 com a que prevalecia em 1995, 9 países candidatos efectuaram progressos ao longo deste período, enquanto 3 (Bulgária, República Checa e Roménia) não evoluíram e a Turquia se manteve essencialmente ao mesmo nível. A Estónia, a Letónia, a Hungria, a Polónia e a Eslovénia apresentaram resultados muito positivos.

A distribuição dos rendimentos tende a tornar-se mais desigual, especialmente nos 10 PECO. Esta situação era de esperar, em primeiro lugar porque nos antigos regimes a distribuição de rendimentos era bastante igualitária e, em segundo, porque o crescimento pouco homogéneo se traduz numa procura de mão-de-obra com qualificações específicas que privilegia alguns sectores em detrimento de outros. Todavia, o aumento do nível de rendimentos deverá ser benéfico para grande parte da população e as desigualdades são ainda menos acentuadas do que na UE.

Não obstante os factores de crescimento global relativamente positivos em todos os países candidatos, com excepção da Turquia, os desequilíbrios acentuaram-se e as condições macroeconómicas permanecem heterogéneas.

Em média, o défice das administrações públicas calculado sofreu uma ligeira deterioração, tendo passado de cerca de 3% do PIB para 3,5%. Verificaram-se importantes aumentos pontuais na República Checa e na Eslováquia, essencialmente devido ao custo orçamental do saneamento de alguns bancos, tem de ser tido em conta no saldo líquido da conta das administrações públicas no ano em que a despesa tem lugar.

Alguns países têm dificuldades em executar as reformas fundamentais para garantir a viabilidade orçamental a médio prazo. Na Hungria, assiste-se à reintrodução de algumas práticas orçamentais não transparentes, enquanto na Polónia a reforma municipal não foi acompanhada de um plano realista para tomar a cargo os custos dos serviços municipais.

Em determinados países, a reforma da segurança social é demasiadamente tímida ou encontra-se ainda numa fase preliminar, como na República Checa, na Eslováquia e na Eslovénia.

De um modo geral, as taxas de inflação estão a aumentar em muitos países candidatos e a média dos 10 PECO, superior a 15%, é consideravelmente superior à média de 10% registada no ano passado. A principal causa imediata da inflação reside nos fortes aumentos dos preços do petróleo. Os casos especialmente preocupantes são os dos países nos quais o quadro de política monetária e as características estruturais globais contribuem fortemente para a inércia em termos de inflação.

Verifica-se uma evolução positiva neste sentido na Hungria e na Polónia, com o novo enquadramento da política monetária e cambial, enquanto na Eslovénia a situação não progrediu. A Roménia e a Turquia não conseguiram, uma vez mais, controlar a inflação, mas adoptaram recentemente programas de estabilização com o FMI. A elevada taxa de inflação na Eslováquia é resultado do aumento dos preços fixados administrativamente, há muito necessário e que vinha sendo protelado. A inflação crescente na Bulgária, no contexto do sistema de comité monetário, deverá ser acompanhada atentamente.

Não obstante os bons resultados obtidos em termos de crescimento, o desemprego nos 10 PECO continuou a aumentar, passando de um valor inferior a 11% para 12,5%, o que revela o impacto ainda negativo dos despedimentos associados às reformas estruturais e do elevado crescimento da produtividade.

Neste caso, as excepções são a Hungria e a Eslovénia, países onde o desemprego tem vindo a diminuir. As taxas de participação, de um modo geral estáveis, permanecem baixas em alguns países. A rigidez do mercado de trabalho e a ausência de qualificações adequadas têm vindo a travar a redução do desemprego, mesmo em economias em forte crescimento. Chipre e Malta alcançaram praticamente os níveis de pleno emprego.

Verificou-se, em relação aos 10 PECO, uma diminuição do défice da balança de transacções correntes, que passou de 5,6% do PIB para cerca de 5%, não obstante a deterioração dos termos de troca. A correcção foi significativa nos casos da Letónia e da Lituânia, cuja exposição atingia níveis demasiadamente elevados. Malta registou uma acentuada deterioração da

balança de transacções correntes, com uma forte componente pontual (one-off).

A recuperação traduziu-se numa deterioração das contas externas na República Checa, que deverá estar preparada para tomar medidas de correcção. Em praticamente todos os casos, o investimento directo estrangeiro contribuiu significativamente para financiar o desequilíbrio externo. A componente IDE, frequentemente associada à privatização, parece ser ainda responsável pela maior parte dos afluxos de capital em todos os candidatos.

Os países candidatos, com excepção de Chipre e de Malta, enfrentam ainda algumas dificuldades para introduzir alguns dos elementos do quadro jurídico e institucional necessário ao funcionamento de uma economia de mercado, incluindo a aplicação efectiva das decisões judiciais. Contudo, este problema varia em intensidade, desde o caso da Roménia e, em menor medida da Bulgária, onde a situação é preocupante, até países em que não existem obstáculos significativos à entrada e saída do mercado e o grau de segurança jurídica é elevado, como a Estónia e a Hungria.

O principal problema pendente prende-se com a aplicação da legislação relativa às falências, domínio em que é indispensável progredir antes da adesão.

A privatização das empresas transformadoras está praticamente concluída em muitos dos 10 PECO, com excepção da Roménia, cuja agenda de privatização é ainda muito vasta e, em menor medida, da Bulgária. A Polónia deve ainda definir estratégias viáveis de privatização e de reestruturação para alguns importantes sectores tradicionais. As estratégias de privatização contemplam doravante sectores como os serviços de utilidade pública, os transportes e a energia, sendo acompanhadas de esforços de reestruturação dos mesmos sectores.

No sector financeiro, o processo de privatização da banca está já concluído na Estónia, na Hungria, na Letónia e na República Checa, está a progredir a bom ritmo na Lituânia, na Roménia, na Polónia e na Eslováquia e acusa um atraso considerável no caso da Eslovénia. Quanto aos bancos que são ainda propriedade do Estado e que não se destinam à privatização, é importante evitar qualquer interferência do governo no seu funcionamento e nas políticas de crédito.

Em relação a outras partes do sector financeiro, o processo de privatização progride lentamente e de forma desigual nos diversos países candidatos. A reforma fundiária, com a criação de um mercado fundiário que funcione efectivamente, está ainda por realizar em muitos dos 10 PECO. Esta situação tem vindo a travar o desenvolvimento dos mercados fundiário, da habitação e da construção, com repercussões negativas sobre os mercados de trabalho e a intermediação financeira.

A intermediação financeira é ainda incipiente nas 10 economias dos PECO. O sector contribui de forma muito reduzida para o financiamento dos investimentos no que deveria ser um sector privado em expansão. A intermediação é especialmente reduzida e ineficaz na Bulgária, na Roménia e na Lituânia.

De um modo geral, são necessários novos progressos antes da adesão, uma vez que um funcionamento adequado do mecanismo de transmissão da política monetária exigirá níveis mais elevados e uma maior eficácia a nível da intermediação. Embora a expansão do sector financeiro tenha sido acompanhada de uma melhoria da supervisão do sector bancário, é necessário melhorar a supervisão noutros subsectores, não só no que se refere à regulamentação, mas igualmente à capacidade administrativa e à independência das autoridades de supervisão.

Os progressos em matéria de integração económica dos países candidatos em relação à UE realizaram-se essencialmente através dos dois canais constituídos pelas trocas comerciais e pelos fluxos de capitais, essencialmente sob a forma de investimento directo estrangeiro.

Quanto à integração comercial, em 2000 a UE absorveu, em média, cerca de 62% das exportações dos países candidatos, fornecendo 58% das suas importações. Com exclusão da Turquia, as percentagens foram de cerca de 65% no caso das exportações e de 62% no caso das importações. No período compreendido entre 1995 e 2000, cada um dos 10 PECO aumentou a sua parte das exportações para a União Europeia. Considerados conjuntamente, aumentaram também a sua parte no mercado da União.

Ao longo da última década, a região dos 10 PECO registou o crescimento mais rápido nas trocas comerciais com a UE, tendo, em 2000, representado cerca de 11% do comércio total da UE com países terceiros, face a 6% em 1992. Na UE, os efeitos são mais visíveis nos Estados-Membros mais próximos desta

região. O comércio entre os países candidatos permanece comparativamente modesto, não obstante um ligeiro aumento verificado em 2000 em diversos PECO comparativamente ao ano anterior.

A integração financeira, dois terços dos fluxos líquidos de capitais para os países candidatos nos anos 90 tiveram origem nos Estados-Membros da UE e foram constituídos por investimento directo estrangeiro. Devido ao processo de privatização, cerca de metade dos fluxos de investimento directo estrangeiro foram orientados para sectores não comerciais, tais como instituições financeiras (bancos) e serviços de utilidade pública (telecomunicações).

Os investimentos em novas instalações de produção (*greenfield investments*) têm vindo a aumentar em alguns países, representando, por exemplo, mais de metade do IDE na Bulgária e sendo maioritários na Hungria. No sector mercantil, um quinto do IDE total destinou-se a indústrias com uma intensidade de mão-de-obra relativamente elevada, como os têxteis, o vestuário, máquinas eléctricas e veículos a motor. No contexto da transição e da convergência económica real, o investimento directo estrangeiro tem contribuído e continuará a contribuir para substituir o equipamento obsoleto e introduzir novas tecnologias e capacidades de gestão.

### 3.5.2.2. Conclusões

Os progressos realizados por cada país foram analisados segundo os dois Sub critérios dos critérios económicos de Copenhaga – existência de uma economia de mercado viável e capacidade para fazer face à pressão da concorrência e às forças de mercado dentro da União – que foram definidos de forma mais precisa na Comunicação da Comissão sobre a Agenda 2000.

A existência de uma economia de mercado viável implica a liberalização dos preços e das trocas comerciais, bem como a existência de um sistema jurídico que seja efectivamente respeitado, incluindo em matéria de regulamentação dos direitos de propriedade.

A estabilidade macro económica e o consenso em matéria de política económica contribuem para melhorar o desempenho de uma economia de mercado. A eficiência da economia é ainda reforçada pela existência de um sector financeiro bem desenvolvido e pela inexistência de entraves significativos à entrada e à saída do mercado. O segundo critério (capacidade para fazer face

à pressão da concorrência e às forças de mercado na União) depende da existência de uma economia de mercado e de um quadro macroeconómico estável, que permita aos agentes económicos tomarem as suas decisões num clima de previsibilidade, isto implica a existência de capital humano e físico suficiente, incluindo infra-estruturas. Há que proceder à reestruturação das empresas públicas e todas as empresas deverão realizar investimentos para aumentar a sua eficiência.

Além disso, a capacidade de adaptação das empresas será tanto maior quanto melhor for o seu acesso a financiamentos externos e quanto melhores foram os resultados obtidos em matéria de reestruturação e de inovação. De um modo geral, uma economia que já tenha alcançado um elevado nível de integração económica em relação à União antes da adesão estará em melhores condições para assumir as obrigações decorrentes da sua qualidade de membro.

Este nível de integração económica está estreitamente associado ao volume e à diversidade dos produtos transaccionados com os Estados-Membros da UE.

Se considerarem os dois critérios conjuntamente, pode concluir-se que Chipre e Malta confirmaram que possuem economias de mercado viáveis e que deverão poder fazer face à pressão da concorrência e às forças de mercado na União.

A República Checa, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, a Polónia, a Eslováquia e a Eslovénia constituem economias de mercado viáveis. Não obstante as diferenças económicas significativas entre estes países, todos eles deverão ser capazes de fazer face à pressão da concorrência e às forças de mercado no interior da União a curto prazo, desde que prossigam e em alguns casos intensifiquem um certo número de medidas de natureza diversas.

A Bulgária está prestes a tornar-se uma economia de mercado viável. Se prosseguir as reformas e intensificar os esforços com vista a eliminar as dificuldades que ainda subsistem, deverá ser capaz de fazer face à pressão da concorrência e às forças de mercado no interior da União a médio prazo.

A Roménia não satisfaz nenhum dos critérios mas, pela primeira vez, efectuou progressos decisivos no sentido da consecução desse objectivo.

### 3.5.3. Outras obrigações resultantes da adesão

O Conselho Europeu de Copenhaga precisou que "a adesão pressupõe a capacidade dos candidatos para assumirem as obrigações dela decorrentes, incluindo a adesão aos objectivos de união política, económica e monetária".

#### 3.5.3.1. Adopção, implementação e aplicação efectiva do acervo

A capacidade para assumir as obrigações decorrentes da adesão implica a adopção, a implementação e a aplicação efectiva do acervo. A importância de que se reveste a implementação e a aplicação efectiva do acervo pelos países candidatos foi salientada pelo Conselho Europeu em várias ocasiões.

Em 1995, o Conselho Europeu de Madrid sublinhou o facto de ser conveniente adaptar as estruturas administrativas dos países candidatos a fim de criar condições para a integração gradual e harmoniosa desses países na União. Em 2000, o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira recordou que "o progresso nas negociações depende da capacidade de os Estados candidatos integrarem o acervo nas suas legislações nacionais e sobretudo da sua capacidade de o implementar e fazer cumprir efectivamente", nomeadamente através do reforço das suas estruturas administrativas e judiciárias.

Em Junho de 2001, o Conselho Europeu de Gotemburgo voltou a salientar a importância de os países candidatos continuarem a realizar progressos a nível da transposição, da implementação e da aplicação efectiva do acervo, sublinhando que esses países deverão prestar especial atenção à criação de estruturas administrativas adequadas e à reforma do sistema judicial e da função pública.

#### 3.5.3.2. O Alargamento e os Sectores

No que se refere à maioria ou mesmo a todos os países candidatos, os Relatórios Periódicos e as propostas de Parcerias para a Adesão revistas salientam:

- ↓ No domínio do *mercado interno*, a necessidade de criar ou de reforçar infra-estruturas administrativas horizontais relacionadas

com a normalização, a acreditação, a homologação, a avaliação da conformidade, a vigilância do mercado, o reconhecimento mútuo das qualificações, a supervisão dos serviços financeiros e o reforço da aplicação efectiva dos direitos de propriedade intelectual e industrial.

- ↓ No domínio da *concorrência*, a necessidade de desenvolver ou de reforçar a capacidade de aplicação efectiva das regras em matéria de auxílios estatais e de defesa da concorrência.
- ↓ No domínio dos *transportes* e da *energia*, a necessidade de reforçar ou de criar estruturas de regulamentação adequadas (tendo igualmente em conta os novos elementos que serão brevemente acrescentados ao acervo), assim como de adoptar disposições em matéria de inspecção, nomeadamente tendo em vista assegurar a segurança rodoviária e marítima.
- ↓ No domínio das *telecomunicações* e da *política cultural e do audiovisual*, a necessidade de criar ou de reforçar estruturas de regulamentação independentes, especialmente no que diz respeito às telecomunicações tendo também em conta os novos elementos do acervo.
- ↓ No domínio do *ambiente*, a necessidade de reforçar ainda mais as capacidades administrativas, de fiscalização e de aplicação efectiva da regulamentação, nomeadamente no domínio dos resíduos, das águas e dos produtos químicos.
- ↓ No domínio da *política social e do emprego*, a necessidade, em especial, de assegurar a aplicação efectiva da regulamentação no domínio da saúde e da segurança no local de trabalho, bem como de reforçar os serviços de inspecção do trabalho.
- ↓ No domínio da *justiça e dos assuntos internos*, a necessidade de carácter geral de reforçar o sistema judicial, a necessidade de reforçar a gestão das fronteiras, sobretudo das futuras fronteiras externas da UE, e de preparar a futura participação no sistema de informação de Schengen, assim como a necessidade de assegurar uma cooperação mais estreita de todos os intervenientes na luta contra o crime organizado.

- ↓ No domínio *aduaneiro* e da *fiscalidade*, a necessidade de desenvolver sistemas informáticos que permitam o intercâmbio de dados electrónicos com a Comunidade e os seus Estados-Membros, bem como as capacidades das administrações fiscais e aduaneiras para assegurar a aplicação efectiva e o controlo da legislação comunitária, nomeadamente através de controlos nas fronteiras externas.
- ↓ No domínio da *agricultura*, a necessidade de modernizar as disposições em matéria de inspecção em conformidade com a legislação veterinária e fitossanitária, em especial tendo em vista garantir a segurança alimentar, e a capacidade para implementar e aplicar os mecanismos de gestão da política agrícola comum, nomeadamente o sistema integrado de gestão e de controlo e o organismo responsável pelos pagamentos (do qual, no domínio do desenvolvimento rural, a agência SAPARD respectiva poderá ser um precursor).
- ↓ No domínio da *política estrutural*, a necessidade de reforçar as capacidades administrativas nos principais ministérios e de desenvolver as estruturas administrativas adequadas para assegurar a programação, a gestão e o controlo dos fundos estruturais.
- ↓ No domínio do *controlo financeiro*, a necessidade de reforçar as capacidades administrativas em matéria de controlo financeiro interno pelos poderes públicos e de luta contra a fraude.

### 3.5.3.3 A União Económica e Monetária e o Euro

Os países candidatos necessitam de se preparar para a participação nos procedimentos de supervisão multilateral e de coordenação das políticas económicas actualmente em vigor no âmbito da União Económica e Monetária. Uma das prioridades económicas das anteriores Parcerias para a Adesão consistia na criação até à adesão de um procedimento anual de supervisão da situação orçamental, constituído por dois elementos: uma notificação orçamental e os programas económicos de pré-adesão, que são debatidos num contexto multilateral com os Estados-Membros.

O enquadramento das estratégias cambiais para os países candidatos foi precisado. O processo de transição tendo em vista a adopção do euro é constituído por três fases sucessivas, designadamente, a fase de pré-adesão, a fase que se segue à adesão e a adopção do euro. Uma eventual adopção unilateral da moeda única através de uma "euroização" da economia seria contrária aos pressupostos económicos subjacentes à UEM previstos no Tratado, que prevê a adopção final do Euro como o culminar de um processo de convergência estruturada no âmbito de um enquadramento multilateral.

Por conseguinte, uma "euroização" unilateral da economia não constituiria uma forma de evitar as fases previstas no Tratado com vista à adopção do Euro.

Algum tempo após a adesão, os novos Estados-Membros deverão aderir ao MTC II. Este mecanismo poderá acolher os principais elementos de um determinado número de regimes cambiais, na condição de os compromissos assumidos e os objectivos serem credíveis e compatíveis com os do MTC II. As únicas características que são claramente identificadas nesta fase como sendo incompatíveis com o MTC II são os regimes de taxas de câmbio plenamente flutuantes, os regimes de desvalorização deslizante e as paridades fixas em relação a outra moeda de referência que não o Euro.

#### 3.5.3.4 O primeiro grande alargamento

Os futuros Estados-Membros (Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, República Checa, Eslovénia e Eslováquia) estarão, preparados para aderir à União em 1 de Maio de 2004. Os dez encerraram as negociações de adesão e, em 16 de Abril de 2003, assinaram o Tratado de Adesão. Todavia, determinados domínios particularmente preocupantes carecem de acções imediatas e decisivas que conduzam à sua resolução antes da data de adesão.

Os dez futuros membros encontram-se preparados na maioria dos domínios do acervo comunitário. Todavia, foram identificados três tipos de lacunas:

- ✚ Domínios que estão prontos ou em que restam apenas questões secundárias a resolverem. Tais questões estarão resolvidas no momento da adesão se mantiver o actual ritmo de reformas.

- ✚ Domínios em que os preparativos serão concluídos atempadamente até à adesão se os países reforçarem os seus esforços. Tais domínios dizem respeito a todos os países candidatos e à maioria dos capítulos do acervo.
- ✚ Domínios em que subsistem questões particularmente preocupantes. Tais questões carecem de intervenções imediatas e decisivas para que se encontrem resolvidas na data da adesão. Se este tipo de lacunas não for preenchido, os países em questão não poderão beneficiar, no momento da adesão, de todas as vantagens da integração na União. Trata-se de trinta e nove domínios que dizem respeito aos dez países candidatos.

Algumas destas questões particularmente preocupantes exercem uma incidência sobre o mercado interno e outras sobre a concessão de financiamentos da União aos novos países membros. As questões que dizem respeito ao mercado interno são as seguintes:

- ✚ O atraso na introdução das exigências mínimas de formação e de regras de reconhecimento mútuo relativas a determinadas profissões na República Checa, na Estónia, na Letónia, na Lituânia, na Polónia e na Eslovénia.
- ✚ O atraso na reestruturação do sector da construção naval em Malta.
- ✚ A inobservância das condições de concessão de ajudas fiscais às empresas siderúrgicas na Eslováquia.
- ✚ A inobservância das obrigações de inspecção e de controlo das frotas de pesca na Lituânia e na Polónia.
- ✚ A não adopção das regras relativas ao direito do trabalho e à igualdade entre homens e mulheres na Estónia.
- ✚ O atraso da informatização e da inter-conexão com os sistemas comunitários relativos à união aduaneira e à fiscalidade na Letónia.
- ✚ A não adopção da legislação veterinária e fitossanitária na Polónia.
- ✚ A inobservância do acervo relativo às encefalopatias espongiformes transmissíveis (EET) na Polónia e na Letónia, bem como do acervo relativo aos detritos animais na Polónia, na Letónia e em Malta.

- ✚ O atraso no cumprimento das obrigações relativas às unidades de transformação de produtos agro-alimentares na República Checa, na Hungria, na Polónia e na Eslováquia.
- ✚ A ausência de medidas eficazes de luta contra determinadas doenças da batata na Polónia.
- ✚ A inobservância do acervo social e técnico em matéria de transportes rodoviários na República Checa.
- ✚ A ausência de controlo efectivo da segurança dos navios de mar em Chipre e em Malta.

As questões particularmente preocupantes que exercem uma incidência sobre a transferência de fundos comunitários para os novos países membros são as seguintes:

- ✚ A não aplicação do regime de intervenção nos mercados e do regime de pagamentos directos aos agricultores no âmbito da política agrícola comum em Chipre, na Hungria, em Malta, na Polónia e na Eslováquia.
- ✚ A ausência de progressos na aplicação dos mecanismos de intercâmbio de produtos agrícolas em Chipre e em Malta.
- ✚ O atraso dos preparativos para a realização dos programas de desenvolvimento rural na Hungria.
- ✚ O atraso na criação de organizações de produtores no sector da pesca na Polónia.

### **3.6. Cooperação económica para o desenvolvimento a Leste**

#### **3.6.1. Evolução e Mecanismos de Apoio**

A cooperação com a Europa de Leste assenta especialmente no programa PHARE, desenvolvido no início para a Polónia e Hungria, ficou operacional em 1990 de forma a suportar o processo de transição para economias de mercado. O alargamento do programa no próprio ano de 1990 à Bulgária, Checoslováquia, Roménia e Jugoslávia davam mostras que o caminho a percorrer estava certo. Em 1991 mais países se juntaram e o conflito na

Jugoslávia e consequente desmembramento do país alargou ainda mais o lote de países que pertencem ao Programa PHARE.

As relações UE-PECO começaram a tomar forma aquando da assinatura do acordo de Cooperação económica e comercial em 1988, onde as prioridades eram o estabelecimento de ligações comerciais por forma a desenvolver os mercados de leste, pois a Europa via nestes países potencial e queria aproveitá-lo, tendo por isso colocado especial destaque no financiamento técnico e económico da reestruturação económica e encorajando as mudanças necessárias á construção de uma economia aberta e democrática.

Em Junho de 1993 o Programa PHARE começa a ser destacado com a decisão do Conselho europeu em Copenhaga em associar os PECO a então comunidade económica europeia, por outras palavras, estava dado o passo para o alargamento a leste, mas estes países teriam que cumprir um número de requisitos económicos e políticos. A segunda fase culminou com a assinatura dos acordos de pré adesão, ou “Europe agreements” com 10 países.

Os acordos de Europa fornecem uma base de compreensão e de valores compartilhados e são projectados para acelerar o progresso para uma convergência maior entre o EU e as regiões dos PECO.

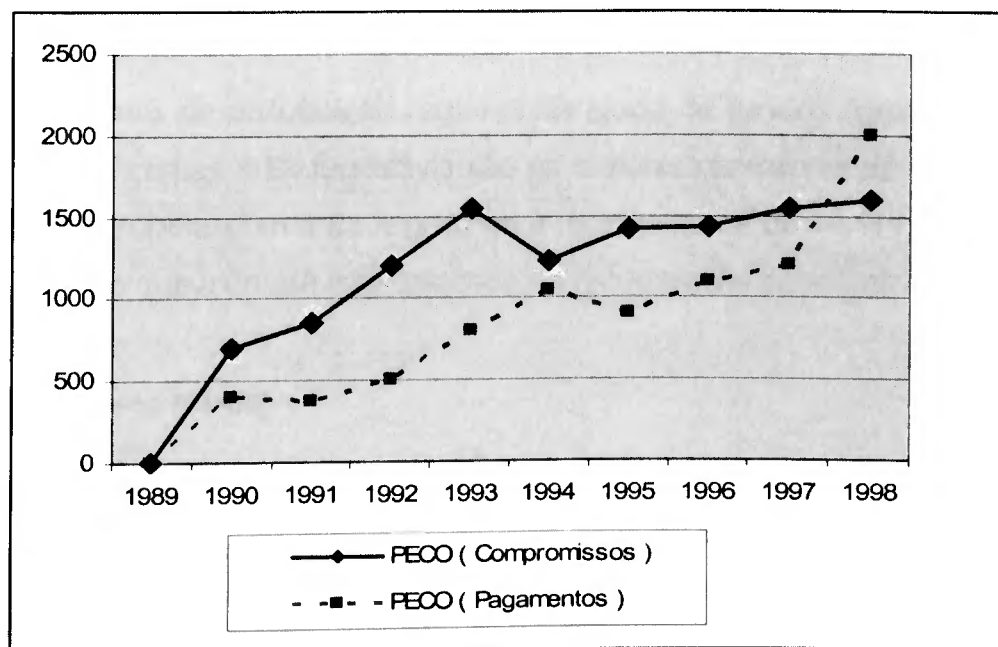
O PHARE, originalmente um programa do auxílio técnico, transformou-se no instrumento financeiro pelo qual os objectivos dos acordos de Europa podem ser conseguidos, sublinhando a sustentação da EU para as reformas empreendidas pelo PECO para retornar a Europa. Esta mudança do foco no programa Phare foi confirmada no Conselho de Essen em Dezembro 1994, que construiu nas decisões da cimeira de Copenhaga, e adoptou uma estratégia da pré-adesão.

Em 1998 novas políticas forma desenvolvidas para o programa PHARE, examinando o papel de cada país na criação de uma Europa harmoniosa onde a primeira prioridade será “edificar as instituições”, permitindo assim as administrações locais e regionais a implementação do “acervo comunitário”. A segunda prioridade deve permitir aos países o desenvolvimento das indústrias e infra estruturas aproximando-as do nível comunitário. O ano de 1998 ficou também marcado pela assinatura dos acordos de adesão e lançamento formal do processo de adesão.

Em termos financeiros o Programa PHARE é financiado exclusivamente pelo orçamento do EC. A linha de orçamento principal (B7-5000, anteriormente B7-600) é dirigida a reestruturação económica dos PECO, sendo atribuído 8,8 milhões de Euros entre 1990 e 1998 comparados aos compromissos totais da região que ascendem a 11,8 milhões euros.

O conselho europeu de Cannes de 1995 distribuiu cerca de 6,7 milhões de euros à linha de orçamento principal PHARE para o período 1995-99. O DAE (dispositivo automático de entrada) humanitário, financiado através do ECHO, foi também muito significativo, com os compromissos totais a atingirem cerca de 1396 mil euros, sendo que também os excedentes agrícolas foram transferidos para os PECO através da EAGGF.

**Gráfico 8 – EVOLUÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS PARA OS PAISES PECO**



Os compromissos aos PECO aumentaram muito rapidamente de quase 700 m Euro em 1990 a 1,5 milhões de euros em 1993. O facto dos reembolsos da UE crescerem bastante alcançando um nível de 2 milhões de euros em 1998, sublinha a responsabilidade do programa PHARE.

**Quadro 11 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA COOPERAÇÃO NOS PECO 'S**

	1990 - 1995		1996-1998
Ex- Jugoslávia	18,3	Ex- Jugoslávia	13,7
Polónia	16,9	Polónia	12,5
Roménia	8,6	Bósnia-Herzegovina	11,3
Hungria	8,3	Roménia	7,9
Bulgaria	6,8	Bulgaria	6,0
Albania	6,5	Hungria	6,0
Ex- Checoslováquia	3,3	Albania	4,4
República Checa	3,3	República Checa	3,7
Eslovénia	2,3	Macedónia	3,3
Lituânia	1,8	Lituânia	3,1
<b>Top 10 : % do total dos PECO's</b>	<b>76</b>	<b>Top 10 : % do total dos PECO's</b>	<b>71,9</b>

Fonte: Comissão Europeia / 2001

Em termos de distribuição regional da ajuda de fundos comunitários, os países pertencentes a Ex-Jugoslávia são os maiores receptores da cooperação da União Europeia, com a Ex-Jugoslávia a receber cerca de 14 % (vide quadro acima) sendo que a ênfase está colocada na recuperação económica.

### 3.6.2. Programa PHARE



O programa PHARE é um dos três instrumentos co-financiados pela EU destinados a servir de mecanismo de pré-adesão aos países da Europa Central e de Leste, criado em 1989 no âmbito das reestruturações económicas e políticas ocorridas após a queda da cortina de ferro. Na sequência do convite formulado no conselho de Copenhaga em 1993 que propôs aos países PECO a proporem a sua adesão a União Europeia, o programa foi reorientado no sentido de incluir uma expansão nas infra-estruturas e na criação de mecanismos de controlo das políticas macro económicas.

Em 1998, o programa Phare da Comunidade Europeia prestou apoio financeiro e técnico a 13 países parceiros da Europa Central. O Phare tem um duplo objectivo: relativamente aos dez países que se candidataram à adesão à UE, o objectivo do Phare consiste em prepará-los para a adesão. No que se refere aos outros três países, o objectivo do Phare consiste em apoiar a sua transição para a democracia e para uma economia de mercado.

As directrizes Phare para 1998-1999 foram adoptadas oficialmente e aplicadas a todos os programas de 1998. De acordo com essas directrizes, o Phare centrar-se-ia nas seguintes duas prioridades: reforço da capacidade institucional e apoio ao investimento. Foram previstos vários mecanismos e várias medidas nesses dois domínios. Os preparativos para a geminação, um dos principais instrumentos de reforço da capacidade institucional, foram iniciados em 1998, ao mesmo tempo que era também criado em 1998 o mecanismo de apoio às grandes infra-estruturas, um novo instrumento de apoio ao investimento.

**Quadro 12 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO PROGRAMA PHARE**

País parceiro	Autorizações	Contratos	Pagamentos
Albânia	493,13	347,82	315,88
Bósnia-Herzegovina	282,33	206,98	152,11
Bulgária	746,94	518,13	479,44
República Checa	389,73	246,12	196,46
Estónia	162,83	116,76	95,48
A.R.J. Macedónia	167,33	127,68	93,57
Hungria	864,04	586,59	566,92
Letónia	206,57	149,56	115,07
Lituânia	272,03	197,33	146,46
Polónia	1 731,51	1 386,04	1 251,30
Roménia	971,85	675,75	598,13
Eslováquia	253,23	149,45	132,95
Eslovénia	131,29	95,65	77,67
Ex-Checoslováquia	232,71	228,85	229,17
Programas multinacionais	880,69	701,07	544,67
Programas horizontais	1 104,68	963,51	593,81
<b>Total</b>	<b>8 890,88</b>	<b>6 697,3</b>	<b>5 589,10</b>

Fonte: Comissão Europeia / 2001

Um dos aspectos cruciais das directrizes reside no facto de atribuírem grande relevo à melhoria da execução. A Comissão e os países parceiros desenvolveram esforços consideráveis no sentido de acelerar a execução dos programas Phare e de garantir que produzam resultados. Consequentemente, em 1998 o nível de contratação atingiu um valor recorde (1 260 milhões de

euros), e o nível de fundos não contratados (os chamados atrasados) reduziu-se significativamente, pela primeira vez desde o início do programa, em 1990.

Esta melhoria da contratação coincidiu com o facto de ter sido atribuída mais atenção à fase da programação, para garantir que os programas sejam concebidos de modo a produzir impacto e resultados. Só foram concedidas autorizações a programas bem amadurecidos e bem definidos, o que, no caso da Polónia, esteve na origem de uma redução da dotação indicativa anual.

Em 1998 o Phare fez progressos significativos: deu provas de flexibilidade na sua resposta às novas exigências que lhe foram colocadas, foram lançadas novas iniciativas, as reformas estão a produzir resultados, as decisões são mais rápidas e estão a ser tomadas de forma crescente pelos próprios países candidatos. Em consequência de todos estes factores, o Phare é mais eficiente e mais concentrado do que nunca, prestando um apoio firme ao processo de adesão.

#### 3.6.2.1. Desempenho Financeiro

Em 1998 registou-se uma melhoria dos dados financeiros que, combinada com a atribuição de uma importância acrescida à qualidade da programação, deverá contribuir para aumentar o impacto e melhorar os resultados do programa.

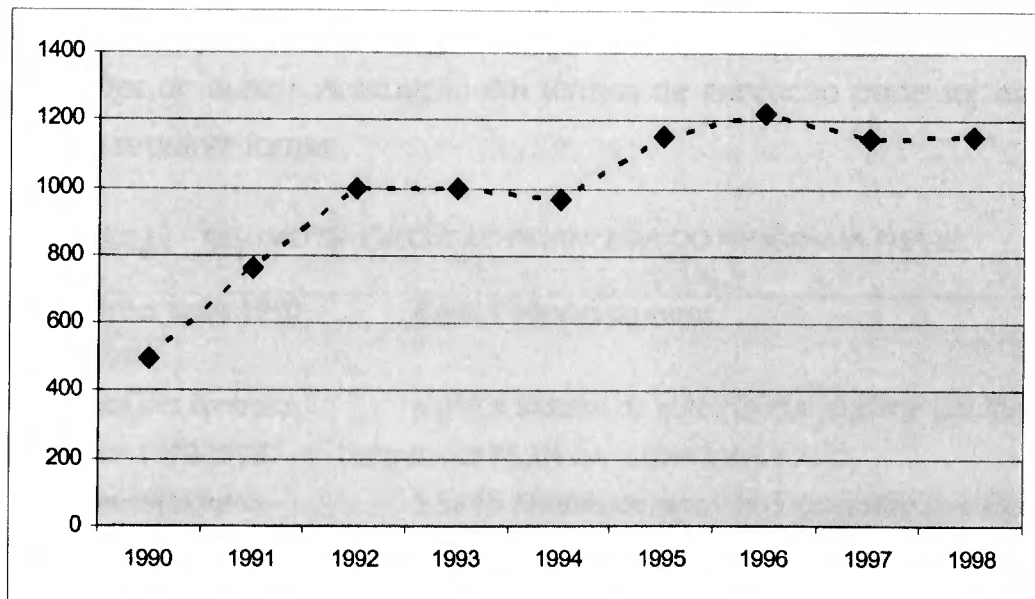
Em 1998, o programa Phare autorizou o montante total de 1 153,9 milhões de euros destinados aos países parceiros, o que equivale a uma taxa de autorização de 99,4%, para um orçamento de 1 161,4 milhões de euros.

No gráfico que se segue é apresentada a repartição anual das dotações financeiras Phare autorizadas no período de 1990-1998 (em milhões de euros).

Em termos de resultados financeiros, o ano de 1998 foi assinalado por uma melhoria constante da contratação.

Foram celebrados ao longo do ano entre a sede da Comissão e os países parceiros contratos no montante total de 1 260 milhões de euros, o que representa um aumento de 124,5 milhões de euros em comparação com o valor de 1997 (1 135,5 milhões de euros), ou seja, de 10,9%. No total, 75,3 % de todas as dotações Phare autorizadas foram contratadas.

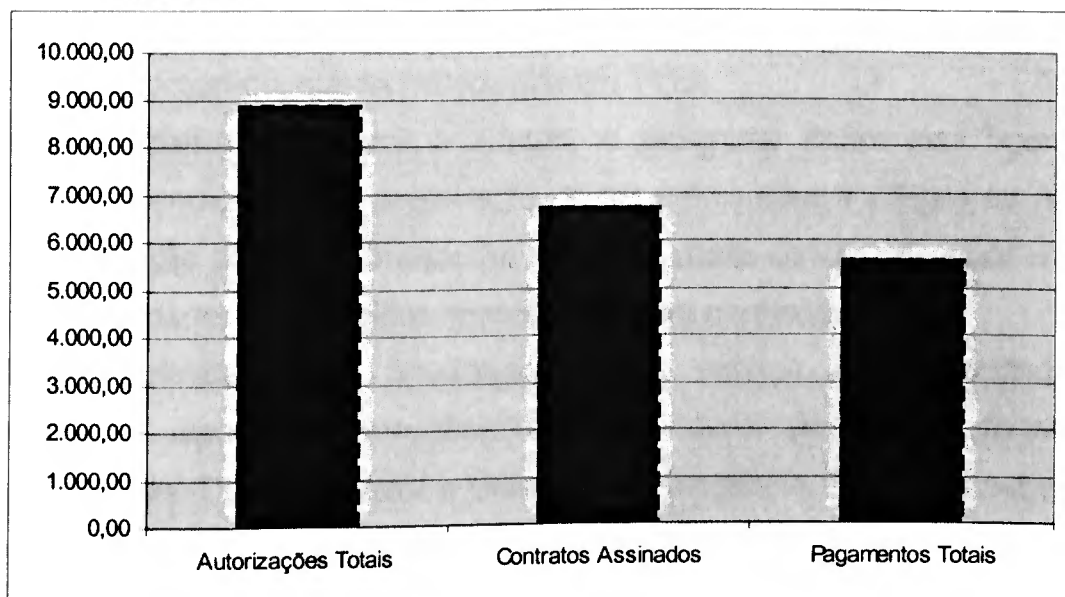
**Gráfico 9 – DOTAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA PHARE**



Fonte: Comissão Europeia / 2001

Em consequência destes resultados, o atraso global da contratação (ou seja, a diferença entre as autorizações totais e a contratação total desde o início do Phare) reduziu-se também pela primeira vez, em 125 milhões de euros. O atraso global desceu agora para 2 200 milhões de euros.

**Gráfico 10 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA PHARE**



Fonte: Comissão Europeia / 2001

Em 1998 foi também atingido um nível recorde de pagamentos. O Phare efectuou pagamentos no montante de 1 042,7 milhões de euros ao abrigo de

contratos celebrados em 1998 (pagamentos de contratos celebrados com a sede da Comissão e adiantamentos aos países parceiros), o que representa um aumento de um pouco mais de 27,2%, em comparação com os valores de 1997 (819,3 milhões de euros). A situação em termos de execução pode ser assim resumida da seguinte forma:

**Quadro 13 – RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA PHARE**

<b>Autorizações totais 1990-1998</b>	8 890,9 Milhões de euros
<b>Valor total dos contratos assinados em 1990-1998</b>	6 697,3 Milhões de euros (o que significa que foram contratados 75,3% das autorizações totais)
<b>Pagamentos totais relativos a contratos assinados em 1990-1998</b>	5 589,1 Milhões de euros (o que significa que 62,9% de todos os fundos autorizados e 83,4% de todos os fundos contratados foram pagos).

Fonte: Comissão Europeia / 2001

### 3.6.3.O desempenho económico

A reorientação do programa Phare de um programa condicionado pela procura (em que os países parceiros pediam financiamentos para as prioridades que eles próprios estabeleciam) para um programa orientado para a adesão, baseado nas parcerias para a adesão, foi sem dúvida a principal alteração da perspectiva do programa que foi introduzida em 1998.

Nos dez países candidatos à adesão, o programa Phare está agora plenamente orientado para a preparação desses países para a integração na UE. A nova função de Phare consiste em ajudar os países candidatos a pôr em prática as prioridades estabelecidas nas parcerias para a adesão.

Foram definidas duas prioridades claras: reforço da capacidade institucional e apoio ao investimento. Estas duas prioridades foram estabelecidas nas "Directrizes para a execução do programa Phare nos países candidatos, 1998-1999", adoptadas em Junho de 1998, e abrangem os orçamentos Phare para 1998 e 1999.

### 3.6.3.1.Reforço da capacidade institucional

O reforço das instituições abrange vários aspectos, tais como a geminação, a participação nos programas comunitários e a assistência técnica.

No que se refere aos programas comunitários, em 1998 vários programas foram abertos à participação dos países candidatos (por exemplo, Leonardo da Vinci, Juventude para a Europa, Rafael, Media, SAVE, LIFE, Luta contra o cancro, Igualdade de oportunidades, PME). Os países candidatos tiveram também possibilidade de se associarem plenamente ao quinto programa-quadro de investigação e desenvolvimento (1998-2002).

O objectivo da geminação consiste em colocar à disposição dos países candidatos os conhecimentos especializados de técnicos dos Estados-Membros, que lhes prestam apoio na aplicação do acervo comunitário. A ideia central da geminação consiste na prestação de apoio por parte de técnicos da UE, os chamados consultores de pré-adesão, às instituições dos países candidatos responsáveis pela aplicação do acervo comunitário.

Nalguns casos, a geminação consistirá apenas em apoio de longo prazo (por um período de mais de 12 meses) prestado por um ou mais consultores de pré-adesão de um ministério ou de qualquer outro órgão aprovado de um Estado-Membro, que cooperará num projecto de um ministério correspondente de um país candidato. Em muitos casos, para que os objectivos da geminação sejam alcançados será necessário combinar diferentes meios, tais como apoio de curto prazo, formação, prestação de serviços (tais como tradução e tradução simultânea) e apoio especializado (por exemplo, "software" informático especializado), além do apoio prestado pelo consultor de pré-adesão.

A característica mais distintiva da geminação reside no facto de se propor obter resultados bem definidos e garantidos. Não tem por objectivo promover a cooperação em geral, mas sim obter resultados específicos, previamente acordados entre os parceiros, em matéria de aplicação das prioridades do acervo comunitário, tal como são estabelecidas nas parcerias para a adesão. Os projectos de geminação concebidos em 1998 centravam-se nos mesmos quatro domínios do acervo dos países candidatos: agricultura, ambiente, finanças e justiça e assuntos internos. Os candidatos tinham a possibilidade de incluir um domínio suplementar, para dar resposta a necessidades específicas. As medidas

de preparação para a execução dos fundos estruturais foram um outro tema acrescentado mais perto do fim do ano.

### 3.6.3.2. Apoio ao investimento

A adopção do acervo comunitário não significa apenas a aproximação da legislação e o reforço das estruturas institucionais e administrativas, mas também a adaptação das infra-estruturas e das empresas dos países candidatos ao cumprimento das normas comunitárias, o que exige investimentos consideráveis. O apoio ao investimento, que representa cerca de 70% do orçamento Phare nos países candidatos, implica assim a mobilização dos investimentos necessários para ajudar os países candidatos a adaptarem as suas indústrias e as suas principais infra-estruturas às normas comunitárias.

Além do apoio contínuo prestado pelos programas Phare nacionais dos sectores dos transportes, da energia e do ambiente, em 1998 as actividades Phare de apoio ao investimento centraram-se em três novos domínios:

- ↳ Reforço da coordenação com as instituições financeiras internacionais;
- ↳ Criação do mecanismo de apoio às grandes infra-estruturas;
- ↳ Preparação do instrumento estrutural de pré-adesão (ISPA).

### 3.6.3.3. Colaboração com as instituições financeiras internacionais

Em 1998 a Comissão tomou algumas medidas de reforço da cooperação com as instituições financeiras internacionais, destinadas a promover os investimentos em infra-estruturas nos PECO. Por iniciativa da Comissão, foi assinado a 2 de Março de 1998 um Memorando de Entendimento sobre a Adesão com o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e o Banco Mundial. O Banco Europeu de Investimento (BEI) comprometeu-se também a cooperar, no espírito do Memorando de Entendimento.

Muitas das prioridades das parcerias para a adesão coadunam-se perfeitamente com os objectivos definidos nas estratégias nacionais de assistência do BERD e do Banco Mundial, instituições que têm vindo a intensificar os seus esforços de cooperação, movidas pelo desejo comum de promover a transição e de apoiar o processo de adesão. O BEI, na sua

qualidade de principal instituição de financiamento da UE, colabora de perto com a Comissão para assegurar que os objectivos políticos da UE sejam cumpridos.

O co-financiamento com as instituições financeiras internacionais contribui para conferir mais alcance à assistência prestada pelo Phare, uma vez que por cada Euro investido pelo Phare em projectos co-financiados são investidos mais 8 euros, provenientes das instituições internacionais e nacionais e de outras fontes de financiamento.

#### 3.6.3.4. Mecanismo de apoio às grandes infra-estruturas

O mecanismo de apoio às grandes infra-estruturas (LSIF) é um mecanismo central que disponibiliza co-financiamento para projectos dos sectores do ambiente e dos transportes com impacto transfronteiriço. Os investimentos são co-financiados por instituições financeiras internacionais. Os projectos foram seleccionados com base no seu impacto nos preparativos para a adesão e na sua capacidade de execução rápida. Constituem exemplos de projectos elegíveis para o LSIF os projectos de reabilitação de estradas e vias-férreas, de beneficiação de redes de água e de esgotos e de redução da poluição atmosférica.

Em 1998 o Phare disponibilizou cerca de 180 milhões de euros para financiar projectos de grandes infra-estruturas, por intermédio do mecanismo de apoio às grandes infra-estruturas e dos programas Phare nacionais. O apoio do LSIF continuará a ser prestado em 1999, com um orçamento de 95 milhões de euros, e centrar-se-á no apoio aos investimentos no sector do ambiente. O LSIF será substituído pelo ISPA no ano 2000 (ver mais adiante).

#### 3.6.3.5. Planeamento para o futuro: Phare, ISPA e SAPARD

Os preparativos para a prestação de apoio de pré-adesão no ano 2000 foram já iniciados. O Phare continuará a existir e será completado por dois novos instrumentos de pré-adesão, designados pelo nome de ISPA e SAPARD. Os investimentos em grandes infra-estruturas do sector dos transportes e do

ambiente serão financiados pelo ISPA, e os investimentos no sector agrícola e do desenvolvimento rural pelo SAPARD. O Conselho aprovou em princípio, em Novembro de 1998, os regulamentos relativos a estes dois instrumentos, assim como um regulamento de coordenação que assegura a coerência entre os três instrumentos, estipulando que o Phare, o ISPA e o SAPARD deverão ser coordenados no âmbito do Comité de Gestão Phare.

A ajuda de pré-adesão elevar-se-á para mais do dobro depois do ano 2000, ascendendo a mais de 3 mil milhões de euros por ano (1 500 milhões de euros para o Phare, 1 000 milhões de euros para o ISPA e 520 milhões de euros para o SAPARD).

Os preparativos para o ISPA foram apoiados em 1998 no âmbito do mecanismo de apoio às grandes infra-estruturas, ao passo que o programa preparatório especial, uma componente dos programas nacionais, continuou a prestar apoio aos candidatos na criação das estruturas e na concepção das políticas que permitirão a sua participação futura nos fundos estruturais.

#### 3.6.3.6. Justiça e assuntos internos

A reorientação do programa Phare para as prioridades da adesão significou também que em 1998 foi atribuído mais relevo ao domínio da justiça e dos assuntos internos (JAI). A justiça e os assuntos internos mereceram especial atenção no âmbito das parcerias para a adesão.

Juntamente com o sector financeiro, a agricultura e o ambiente, a justiça e os assuntos internos foram um dos quatro sectores prioritários de apoio identificados no âmbito do novo programa de geminação.

Dos 110 projectos de geminação (com custos no montante de 75 milhões de euros) previstos no programa de 1998, 25 (no valor de 14 milhões de euros) eram dedicados à justiça e aos assuntos internos. Estes projectos de geminação incidiam nos controlos aduaneiros e fronteiriços (8 projectos), nas instituições judiciárias (7), no asilo e na imigração (3), na formação da polícia (2) e na luta contra o crime organizado (1). Quatro outros projectos abordarão temas horizontais do domínio da justiça e dos assuntos internos.

A justiça e os assuntos internos são também um dos três sectores elegíveis para apoio no âmbito do mecanismo de recuperação. Em 1998 foram

apresentados cinco projectos do domínio da justiça e dos assuntos internos, a que foram concedidos financiamentos no montante de mais de 6 milhões de euros.

Os projectos em causa incidem em domínios como a luta contra a corrupção, que abrange a reforma aduaneira e a luta contra a criminalidade económica.

Os programas multinacionais actualmente em curso incluem o programa horizontal no domínio da justiça e dos assuntos internos.

Em 1998, este programa financiou missões de avaliação das necessidades e identificação de projectos do âmbito da justiça e dos assuntos internos na Bulgária, na Estónia, na Letónia, na Lituânia, na Polónia, na Roménia e na Eslovénia (em 1997 tinham sido enviadas missões semelhantes à Hungria, à República Checa e à Eslováquia).

Os relatórios elaborados pelos peritos da UE centravam-se em cinco domínios prioritários: asilo, imigração, gestão e controlo das fronteiras, policiamento e sistema judiciário. Era efectuada nos relatórios uma análise da situação actual nesses sectores e eram apresentadas propostas de projectos potenciais a serem financiados pelo Phare.

Foram também lançados em 1998 três grandes projectos novos do âmbito deste programa Phare horizontal, que apoiarão a transposição do acervo comunitário em domínios prioritários do sector da justiça e dos assuntos internos.

Os projectos em causa relacionam-se com a formação da polícia nos países candidatos (4,5 milhões de euros), a transposição do acervo comunitário relativo às questões do asilo (3 milhões de Euro) e a luta contra a corrupção e o crime organizado (1,5 milhões de euros).

**Quadro 14 – DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO PROGRAMA PHARE**

Sector	Autorizações	Contratos	Pagamentos
Administração e instituições públicas	761,23	395,35	291,58
Reestruturação da agricultura	562,6	459,01	438,57
Sociedade civil e democratização	104,84	79,79	64,95
Ensino, formação e investigação	1,012,09	959,93	867,51
Ambiente e segurança nuclear	753,12	544,62	447,19
Sector financeiro	268,68	257,82	248,76
Ajuda humanitária e alimentar e ajuda de emergência	533,02	521,07	501,52
Infra-estruturas (energia, transportes e telecomunicações)	2 145,59	1 298,24	958,04
Aproximação da legislação	84,07	73,81	19,66
Defesa do consumidor	12,91	12,63	8,97
Sector privado, privatização e reestruturação, PME	1 156,02	924,98	815,81
Medidas regionais integradas	340,15	124,91	83,34
Desenvolvimento social e emprego	272,84	233,64	202,37
Saúde pública	105,57	98,92	88,46
Outros (multidisciplinar, AT geral, etc.)	778,15	712,59	552,39
<b>Total</b>	<b>8 890,88</b>	<b>6 697,3</b>	<b>5 589,10</b>

Fonte: Comissão Europeia / 2001

O programa Phare de gestão da fronteira oriental dos países bálticos destina-se a reforçar a capacidade da Estónia, da Letónia e da Lituânia para gerirem eficazmente as suas fronteiras orientais e para combaterem os tráficos ilícitos.

Este programa de 1997-1999, a que foram concedidos 6 milhões de euros do orçamento Phare, financiou 4 projectos em 1998: equipamento para a polícia e guardas da fronteira, na Estónia e na Lituânia (1,5 milhões de euros para cada país), preparação e abertura de um concurso para remodelação de um centro de acolhimento de imigrantes na Lituânia, preparação de um concurso para a construção de quatro postos fronteiriços e formação das forças policiais dos três Estados do Báltico.

Em 1998, a componente aduaneira do programa multinacional de facilitação do trânsito aduaneiro e de modernização aduaneira centrou-se principalmente na melhoria da "capacidade operacional" dos serviços aduaneiros dos países parceiros. Em reuniões e seminários realizados em 1998, foram concebidos planos aduaneiros estabelecendo normas a aplicar pelos serviços aduaneiros dos países parceiros e foram efectuadas análises das lacunas existentes.

Os resultados dessas análises foram utilizados para identificar em pormenor as necessidades de assistência em cada país. Paralelamente, em 1998 o programa prestou também assistência directa aos serviços aduaneiros dos países parceiros no domínio da concepção de estratégias comerciais aduaneiras e de programas de formação aduaneira, assim como na elaboração da documentação nacional dos projectos Phare.

Além disso, vários projectos importantes encontravam-se em diferentes fases de execução:

- ✚ “Assistência técnica e formação aduaneira em geral”, com a participação de 12 países parceiros Phare;
- ✚ “Medidas de promoção da eficiência dos postos fronteiriços”, um programa executado com êxito em 11 países parceiros, destinado a introduzir instrumentos e técnicas de avaliação do risco, de selecção e de definição do perfil profissional nos serviços aduaneiros;
- ✚ “Informação aduaneira”, com a participação de 12 serviços aduaneiros, um programa destinado a melhorar as equipas e os programas nacionais de informação e a aplicar instrumentos e técnicas de informação nos serviços aduaneiros;
- ✚ “Trânsito aduaneiro e aplicação do Documento Administrativo Único”, um programa executado na Bulgária, na Estónia, na Letónia, na Lituânia, na Roménia e na Eslovénia;
- ✚ “Unidade de apoio à informatização”, que presta apoio prático a todos os países parceiros na aplicação de programas Phare muito completos de informatização dos serviços aduaneiros.

Em 1998 realizaram-se novos progressos na execução do programa multinacional Phare no domínio da droga, que se destina a prestar apoio aos países candidatos na definição de políticas coordenadas de luta contra a droga, nomeadamente no contexto do alargamento.

O programa tem tido uma actividade particularmente intensa nos domínios do branqueamento de capitais e da monitorização dos precursores, em conformidade com o acervo comunitário, centrando-se igualmente na criação de estruturas de informação e comunicação e na preparação da integração dos países candidatos nas actividades do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

O Phare disponibilizou ainda *know-how* de apoio ao reforço das estratégias e da capacidade dos países parceiros no domínio da redução da procura de estupefacientes. Finalmente, o programa identificou novas prioridades, tais como a luta contra as drogas sintéticas, debruçando-se com especial atenção sobre a escalada dos problemas do tráfico de estupefacientes na rota dos Balcãs, no âmbito do programa conjunto PNUCID-Phare de aplicação da legislação sobre a droga no Sudeste da Europa.

#### 3.6.4. O novo programa Phare de cooperação transfronteiriça

A 18 de Dezembro de 1998, a Comissão adoptou um regulamento relativo à execução de um programa de cooperação transfronteiriça no âmbito do programa Phare, que revia o programa de cooperação transfronteiriça instituído em 1994. A dotação global indicativa para o programa de cooperação transfronteiriça para o período de 1995-1999 é de 885 milhões de euros.

O programa de cooperação transfronteiriça destina-se a promover a cooperação transfronteiriça, no contexto da preparação das regiões da Europa Central e Oriental para tirarem partido das oportunidades e dos desafios da integração europeia, nomeadamente na sua qualidade de futuros beneficiários dos fundos estruturais da UE. O objectivo específico do programa consiste em estimular o desenvolvimento económico das regiões fronteiriças e em promover a integração socioeconómica.

O novo regulamento prevê o financiamento de acções de natureza estrutural em regiões fronteiriças de países parceiros Phare. Essas acções serão executadas tendo em conta as políticas estruturais da Comunidade e, em especial, o programa Interreg. As fronteiras elegíveis para financiamento nos termos do novo regulamento são as seguintes:

- ↓ Fronteiras entre os países da Europa Central e Oriental e a UE;
- ↓ Fronteiras entre os dez países candidatos à adesão.

Os projectos elegíveis para as regiões fronteiriças entre a UE e os países da Europa Central e Oriental serão normalmente projectos relacionados com medidas apoiadas pelo Interreg. Os projectos elegíveis para as regiões fronteiriças entre países da Europa Central e Oriental deverão ter um impacto

transfronteiriço, contribuir para o desenvolvimento de estruturas em regiões fronteiriças e facilitar a cooperação entre os países no seu conjunto.

As subvenções comunitárias financiarão projectos entre regiões fronteiriças elegíveis que tenham os seguintes objectivos:

- ↓ Promover a cooperação das regiões fronteiriças de países da Europa Central e Oriental com regiões adjacentes de países vizinhos, ajudando assim as regiões fronteiriças da Europa Central e Oriental a ultrapassarem os problemas específicos de desenvolvimento, no interesse da população local;
- ↓ Promover a criação e o desenvolvimento de redes de cooperação de cada lado da fronteira, bem como o estabelecimento de laços entre essas redes e redes mais amplas da Comunidade Europeia.

As acções que podem ser financiadas ao abrigo do novo programa poderão incluir:

- ↓ Atenuação dos obstáculos à livre circulação de pessoas, bens ou serviços através da fronteira, tendo em conta os aspectos relacionados com a segurança;
- ↓ Melhoria de infra-estruturas susceptível de beneficiar as zonas fronteiriças;
- ↓ Medidas de protecção do ambiente;
- ↓ Medidas de desenvolvimento agrícola e rural;
- ↓ Medidas nos domínios da energia e transportes, destinadas a complementarem o desenvolvimento das redes transeuropeias;
- ↓ Acções relacionadas com a política comunitária no domínio da justiça e dos assuntos internos;
- ↓ Medidas de promoção da cooperação entre empresas e da cooperação financeira;
- ↓ Ajuda ao investimento e fornecimento de serviços e infra-estruturas de apoio, em especial tendo em vista a transferência de tecnologia e a comercialização para pequenas e médias empresas;
- ↓ Medidas no domínio da formação e emprego.

O novo programa procurará também incentivar pequenos projectos comuns envolvendo os agentes locais das regiões fronteiriças e reforçar as capacidades destes últimos em matéria de identificação, elaboração e execução

desses projectos. Poderá ser criado para este efeito um fundo em cada região em causa, que financiará acções nos seguintes domínios:

- ↓ Desenvolvimento económico local, nomeadamente a promoção do turismo;
- ↓ Medidas destinadas a promoverem a cooperação no domínio da saúde, especialmente a partilha de recursos e infra-estruturas;
- ↓ Medidas de desenvolvimento ou criação de infra-estruturas e recursos destinados a melhorarem as comunicações entre as regiões fronteiriças, incluindo um apoio à rádio, televisão e jornais transfronteiriços bem como os outros meios de comunicação.

O novo programa tem em conta as recomendações de uma avaliação concluída em Novembro de 1998, cujo objectivo consistia em analisar os problemas que estavam na origem dos atrasos na execução dos subprogramas e em formular recomendações relativas ao reforço dos mecanismos de gestão, programação e despesa.

A avaliação permitiu constatar que o programa de cooperação transfronteiriça tinha produzido vários resultados positivos, nomeadamente o estabelecimento do diálogo e da cooperação entre regiões fronteiriças da UE e regiões adjacentes da Europa Central e Oriental, contribuindo assim para promover o desenvolvimento dessas regiões fronteiriças e para aumentar a convergência entre o desenvolvimento das regiões em causa e o das regiões vizinhas da UE. Os países abrangidos tiveram também oportunidade de se familiarizarem com os procedimentos Interreg, tais como a concepção de estratégias de desenvolvimento regional de regiões fronteiriças.

Todavia, a equipa responsável pela avaliação identificou vários problemas. Havia diferenças na forma de funcionamento dos programas Phare e Interreg, e a avaliação recomendava que seria necessário tomar novas medidas de harmonização do funcionamento dos dois programas.

Os programas de cooperação transfronteiriça atribuíam mais importância do que os programas Interreg a medidas relacionadas com as infra-estruturas, poucos projectos eram de carácter verdadeiramente transfronteiriço e a execução fora bastante lenta.

Era necessário reforçar a capacidade dos países candidatos a nível local e regional e promover a participação dos agentes locais e regionais. Seria

também necessário dar mais importância à criação de fundos de pequenos projectos, que contribuem para reforçar a capacidade de planeamento.

A abordagem plurianual da programação, destinada a corresponder à programação Interreg, não fora inteiramente bem sucedida: não tinham sido definidos conceitos, estratégias e objectivos e a coerência externa entre os programas era muito insuficiente.

Os programas geralmente não adoptavam uma abordagem especificamente regional e não eram concebidos em parceria com as autoridades regionais e locais ou com os parceiros sociais.

Estes problemas não poderão ser completamente resolvidos enquanto o orçamento do Phare continuar a ser anual e o do Interreg plurianual, e enquanto continuarem a ser aplicados dois regulamentos diferentes, que limitam as despesas ao território dos países candidatos à adesão ou dos Estados-Membros, respectivamente. Porém, é possível introduzir alguns melhoramentos.

O novo regulamento prevê a realização de programas transfronteiriços comuns, permitindo assim definir estratégias e prioridades de desenvolvimento comuns para a região fronteiriça. Serão utilizadas estruturas comuns de programação e acompanhamento, com a participação de um comité de cooperação transfronteiriça conjunto e integrado. O novo regulamento alarga também o âmbito geográfico do programa: além das fronteiras entre a UE e os países candidatos, o novo programa abrange também as fronteiras entre os próprios países candidatos à adesão.

### 3.7. Programa Tacis



*"Os novos instrumentos permitir-nos-ão criar uma relação mais estreita e construtiva com os nossos parceiros e vizinhos nos NIS".* Chris Patten. Comissário europeu para as Relações Externas.

O programa Tacis foi lançado em 1991 pela EU e tinha como principal objectivo garantir assistência técnico-financeira a 13 países da Europa de Leste e da Ásia Central (Arménia, Azerbeijão, Bielo-Rússia, Geórgia, Kazaquistão, Kyrgistão, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão), bem como servir como garante ao difícil processo de transição que estes países atravessam na passagem de uma economia de planeamento central para uma economia de mercado e marcada ainda por fortes influências do regime comunista.

No entanto o começo do programa TACIS fica claramente marcado por uma assistência situada apenas ao nível da assistência técnica quer no planeamento de projectos quer no acompanhamento de medidas de estabilização económica, apesar de agora o programa ser composto por uma complexa e envolvente teia de relações económicas entre a EU e cada um dos treze países abrangidos e o mesmo programa constitui um instrumento estratégico quer na negociação do alargamento quer no co-financiamento de projectos.

### 3.7.1. Enquadramento Legal

A nova regulamentação do programa TACIS – publicada em Jornal Oficial das comunidades Europeias n 99/2000 de 29 de Dezembro de 2000 pelo “Council Regulation” da qual se junta em anexo tem uma longevidade até 2006, e assenta no princípio básico que a cooperação deixa de ter um fluxo unilateral para passar a ter uma reciprocidade de fluxos, passando por isso a assumir uma bilateralidade encorajando assim os processos de “demand-drive” e “dialogue drive”, bem como uma maior flexibilidade agora instalada e que permitirá um ganho na eficiência da aplicação do potencial de assistência técnica de acordo com o potencial de cada país.

Assim sendo as novas regulamentações do programa assenta nas seguintes “focus-areas”:

- ↓ Reformas Legais, institucionais e administrativas.
- ↓ Desenvolvimento do sector privado das economias.
- ↓ Assegurar o impacto social da transição
- ↓ Desenvolvimento de infra-estruturas

- ✚ Protecção Ambiental
- ✚ Desenvolvimento da Economia Rural
- ✚ Segurança Nuclear

### 3.7.2. Funcionamento do Programa Tacis

- ✚ **Programas de âmbito Nacional:** incluem programas indicativos, com duração de 3-4 anos e que identificam prioridades e áreas de cooperação bem como programas de acção anual (para a Rússia e Ucrânia) e semestral (para os outros países) que define os projectos a serem apoiados e disponibilidade orçamental para os mesmos dentro das directrizes definidas pelo programas indicativos.
- ✚ **Programas de âmbito regional:** Programas de cariz interventivo em conjunto de países são utilizados para o benefício dos mesmos nas áreas de protecção ambiental e promoção de redes transfronteiriças de transportes. Programas de "Cross-border" também foram desenvolvidos para promover a cooperação e o desenvolvimento de ligações entre comunidades vizinhas em países diferentes. Estes programas regionais são baseado em indicativos e programas de acção.
- ✚ **Small projects programmes:** Um número limitado de programas de pequenos projectos é usado para endereçar tarefas muito específicas no aconselhamento dos governos em: regulamentação do comércio, cooperação no ensino superior, ou investimento da EU em países parceiros. Considerando que os objectivos deles não são fixos com beneficiários predefinidos em mente, eles são organizados de uma maneira diferente, com prioridades específicas fixados em cada ano.

### 3.7.3. O Desempenho Económico

Em 1999, o programa Tacis contribuiu de forma significativa para a realização dos objectivos de apoio à transição para economias de mercado e para a democracia nos Novos Estados Independentes (NIS).

Em 1999, o Tacis passou a estar integrado de forma ainda mais estreita nas políticas da UE para a região, através da entrada em vigor de novos Acordos de Parceria e Cooperação (APC) entre a EU e os NIS individualmente.

A assistência Tacis é assim concedida com base em determinados valores e práticas económicos e políticos comuns conforme estabelecido nos APC, designadamente, o respeito pelos princípios democráticos e pelos direitos humanos, assim como pelos princípios da economia de mercado.

Uma ligação mais forte entre as políticas e a assistência técnica permitiram ao Tacis dar uma resposta ainda mais adequada às mudanças conjunturais que se foram verificando na região, o que pode ser constatado, por exemplo, na rapidez da resposta a acontecimentos de importância crucial como os € 20 milhões de verbas Tacis encaminhadas para ajudar a ultrapassar as consequências negativas da crise financeira russa de 1998 noutros NIS; nas novas actividades lançadas nos domínios da justiça e dos assuntos internos; e na tónica dada à cooperação regional no Cáucaso.

A nova abordagem estratégica também conferiu ao Tacis uma maior visibilidade junto dos responsáveis pela formulação das políticas, dos grupos de interesses económicos e das organizações cívicas nos NIS, proporcionando novas oportunidades para assegurar aos projectos o benefício de serem realizados por agentes locais.

Os projectos seleccionados em 1999 contribuíram igualmente para o processo de reforma macroeconómica e para as políticas de reforma sectorial dos NIS. A EU defendeu sempre que a execução do programa Tacis só pode ser bem sucedida se os governos dos NIS levarem a cabo as medidas de reforma macroeconómica necessárias.

Os projectos Tacis foram postos em execução pelo Serviço Comum da Comissão para as Relações Externas (SCR). É o SCR que gere agora todos os aspectos relativos à execução – técnicos e operacionais, financeiros e contabilísticos, contratuais e jurídicos – da ajuda e assistência da UE, sendo igualmente responsável pelas auditorias e pelas avaliações. O SCR conseguiu progressos na harmonização e na racionalização dos aspectos administrativos da assistência Tacis, incluindo os concursos e as adjudicações e, nomeadamente, no domínio da gestão financeira.

Foram igualmente reforçadas as ligações com outros domínios da política da UE. O prosseguimento de medidas no sentido da adesão dos vizinhos

ocidentais dos NIS à UE – incluindo negociações em matérias como obrigatoriedade de vistos ou ligações comerciais – deu um maior protagonismo ao papel desempenhado pelo Tacis na região fronteiriça, que é altamente importante.

A importância crescente da bacia do Mar Báltico numa UE alargada e o desenvolvimento da iniciativa Dimensão Nórdica da UE abrem novas perspectivas em termos de sinergias com o Tacis.

A iniciativa Dimensão Nórdica, que visa sobretudo a região do Báltico, constitui um meio de maximizar a coordenação e o impacto das diferentes actividades da UE relacionadas com a Rússia e os países da zona do Báltico candidatos à UE, para aumentar a prosperidade e dar resposta às necessidades específicas da região.

O reconhecimento crescente das circunstâncias especiais da região do Mar de Barents está também a conduzir a uma maior cooperação entre a Rússia e a UE, e com a Escandinávia em particular, constituindo um domínio adicional de cooperação Tacis mediante a utilização de outros instrumentos devidamente adaptados. No extremo Sul da zona abrangida pelo programa Tacis, estão a ser criados instrumentos de cooperação para o Mar Negro e para o Mar Cáspio, estando o Tacis na vanguarda dos vários instrumentos utilizados para ajudar a solucionar os problemas destas regiões.

A coordenação com os outrosadores – nomeadamente com os Estados-Membros da UE e as Instituições Financeiras Internacionais – foi forte (nomeadamente à luz das Estratégias Comuns para a Rússia e para a Ucrânia), proporcionando fontes de informação importantes e servindo de centro de debate na procura de maiores sinergias.

No Sul do Cáucaso, nomeadamente, a tónica das actividades Tacis em 1999 incidiu sobretudo no objectivo alargado da promoção da cooperação regional. 1999 foi um ano político conturbado na região – com o assassinato de figuras de primeira linha do Parlamento arménio, questões relacionadas com práticas democráticas em alguns países e, como pano de fundo, a campanha militar russa no Norte do Cáucaso. Perante este contexto, o Tacis concentrou-se fortemente na reabertura de ligações de comunicação, quer para facilitar a realização do potencial económico, quer para consolidar um conhecimento mais profundo entre os diversos governos.

Em termos de conteúdo programático, o objectivo tem sido evitar a dissipação dos esforços do Tacis devido a uma distribuição muito dispersa por uma gama demasiado grande de projectos.

Assim, o Tacis tem-se concentrado numa série de temas definidos como prioridade com os NIS e os Estados-Membros da UE, de apoio à reforma global da economia e das políticas sectoriais das autoridades beneficiárias. Tem sido dado destaque à minimização do impacto social da transição e ao apoio à reforma do sector da saúde, tão importante.

A reforma estrutural e institucional tem sido fomentada de modo a permitir às economias de mercado funcionarem de forma mais eficiente, designadamente ao nível dos departamentos governamentais e no sector financeiro.

Tem havido uma concentração de atenção nos sistemas de tributação, na criação de sistemas jurídicos que propiciem uma conjuntura segura ao investimento local e estrangeiro e relações de mercado competitivas, assim como para ultrapassar os problemas resultantes da falta de solidez do sistema judicial que pode agravar o problema da aplicação arbitrária das leis e funcionar como desincentivo importante para os investidores.

Foram levados a cabo projectos no domínio do ambiente, quer ao nível nacional, quer através de programas multi-países. Os conhecimentos especializados europeus no domínio das tecnologias ambientais e processos industriais são importantes para fazer face à tecnologia antiquada e, por vezes, obsoleta, das indústrias dos NIS.

O fomento da cooperação regional também tem sido muito importante, dado que a maioria dos grandes problemas ambientais que estes países enfrentam, nomeadamente os que dizem respeito à poluição atmosférica e transportada pela água, são de natureza transfronteiriça e exigem uma colaboração entre os países envolvidos. Em algumas regiões fronteiriças, a saúde da população tem-se deteriorado, nomeadamente devido à pouca qualidade da água potável e a descargas perigosas; tecnologias ambientais obsoletas e ineficientes em vários sectores industriais produziram resíduos que têm um efeito nocivo cujo alcance ultrapassa as regiões fronteiriças.

Outro tema chave tem sido a criação de infra-estruturas (transportes, energia e comunicações) que são essenciais às economias de mercado modernas, fundamentadas no conhecimento e na informação, e que são vitais

para a integração dos países da região na economia internacional. Tem-se procedido ao desenvolvimento do sector privado com vista ao fomento do crescimento económico, da criação de emprego e do bem-estar da população.

Os recursos humanos têm sido outro domínio importante de actividade Tacis, uma vez que são os sistemas de ensino que irão apoiar o crescimento e a prosperidade a longo prazo das economias dos NIS, assim como contribuir para o desenvolvimento de sociedades democráticas e de economias de mercado através da promoção de novas atitudes, comportamentos e aptidões entre os cidadãos.

Além disso, o estabelecimento de sistemas de segurança social eficientes e bem orientados que apoiem os grupos vulneráveis da sociedade, como os idosos, constitui um desafio importante para todos os países em transição. Além disso, ao longo da execução de todos os projectos e com o objectivo de criar capacidades duradouras na região através da transferência de *know-how* e intercâmbios, tem sido fomentado o trabalho com e através das instituições homólogas, dos peritos e das empresas locais.

A avaliação e acompanhamento dos programas Tacis continuaram em 1999. Como resposta ao maior protagonismo assumido por todas as actividades da UE durante o período e a uma determinação anterior no sentido de aumentar a transparência das operações Tacis, foram realizados e publicados diversos estudos de avaliação durante o ano.

Conforme seria de esperar, nem todos foram elogiosos, mas todos reconheceram que o Tacis está a evoluir no sentido da autoavaliação e da medição das suas actividades de acordo com critérios rigorosos. Além disso, e porque opera numa conjuntura difícil e que muda rapidamente, o Tacis constatou já a necessidade de estar fortemente disposto a ouvir e a aprender, e a fazê-lo não só através dos relatórios de avaliação.

#### 3.7.4. Desempenho Financeiro

Como resposta às medidas mais alargadas no sentido de uma melhor gestão dos programas de ajuda externa da UE e aos desafios específicos colocados por um programa que abrange uma zona geográfica tão vasta e uma gama tão diversa de beneficiários, o programa Tacis foi alvo de uma série de melhoramentos radicais em matéria de acompanhamento e supervisão. Apesar de o desempenho ter melhorado realmente em muitos domínios em

1999, ainda há muito a fazer, devendo esta questão ser abordada na reforma de todos os programas de ajuda externa da UE a partir de meados de 2000.

**Quadro 15 – FLUXOS FINANCEIROS TACIS**

FLUXOS FINANCEIROS NO PROGRAMA TACIS ENTRE 1991 e 1999 ( Milhões de Euros )										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
Arménia	2,30	9,60	17,00	0,00	6,00	14,00	0,00	10,00	0,00	58,90
Azerbaijão	0,40	12,50	8,00	8,00	6,00	16,00	0,00	26,80	9,50	87,20
Países Bálticos	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
Belo-Rússia	8,90	14,60	9,00	7,00	12,00	0,00	5,00	0,00	0,00	56,50
Geórgia	5,00	9,00	14,60	9,00	7,00	12,00	0,00	5,00	0,00	61,60
Kazakistão	7,70	20,60	14,00	14,00	15,00	0,00	24,00	16,60	0,00	111,90
Kirgizistão	0,70	9,20	10,00	0,00	8,00	0,00	13,00	0,00	8,60	49,50
Moldávia	1,10	9,00	0,00	10,00	9,00	0,00	18,00	0,00	14,70	61,80
Mongolia	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	9,50	0,00	11,00	0,00	28,50
Rússia	212,00	111,00	160,80	150,00	161,20	133,00	132,90	139,70	73,50	1.274,10
Tadjikistão	0,00	0,00	0,00	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00
Turkmenistão	0,90	8,80	0,00	8,00	4,00	0,00	11,50	0,00	6,70	39,90
Ucrânia	28,70	48,30	43,30	50,50	72,50	76,00	59,00	44,00	38,60	460,90
Uzbequistão	1,70	18,80	0,00	15,00	10,00	28,00	0,00	29,00	0,00	102,50
Programas Regionais*	106,00	88,60	172,00	131,50	124,50	152,00	135,00	155,80	129,40	1.194,80
Donor Coordination**	0,00	34,90	21,00	24,70	40,00	43,00	37,00	43,00	64,40	308,00
Program Implementation support***	6,20	24,00	11,10	21,00	23,00	37,50	34,50	31,90	65,60	254,80
Others****	0,00	0,00	0,00	10,00	10,00	11,00	11,90	0,00	0,00	42,90
<b>Total</b>	<b>396,60</b>	<b>418,90</b>	<b>480,80</b>	<b>470,70</b>	<b>512,20</b>	<b>532,00</b>	<b>481,80</b>	<b>512,80</b>	<b>411,00</b>	

\* Inclui a cooperação entre estados no âmbito da segurança nuclear e os chamados cross-borders programmes

\*\* Inclui o EBRD Bangkok Facility, Partnership e Cooperação

\*\*\* Inclui a coordenação avaliação e acompanhamento dos projectos

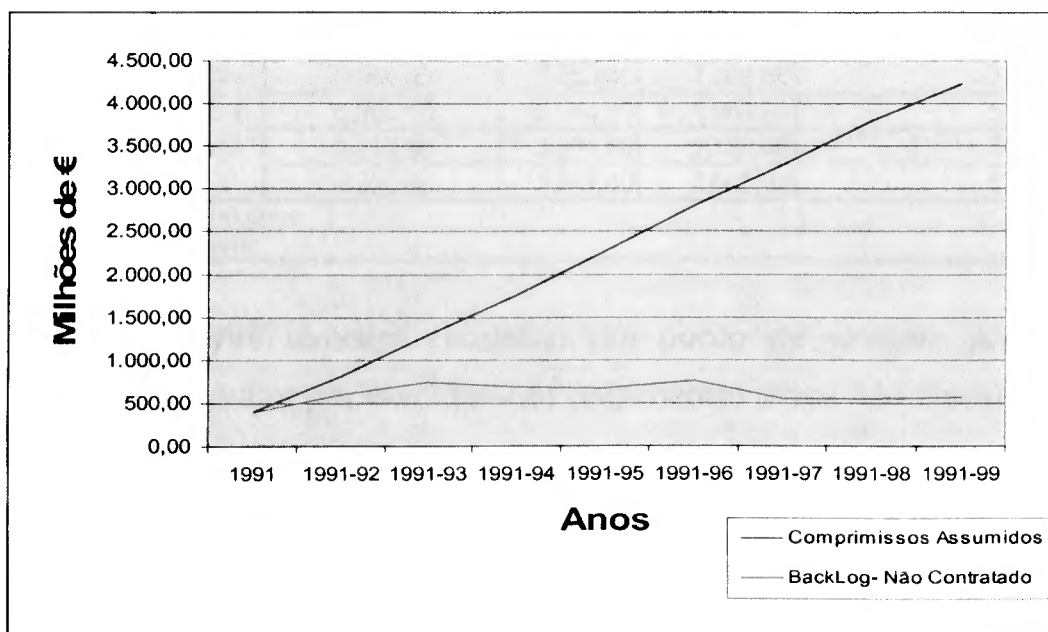
\*\*\*\* Inclui o Democracy Programme bem como o Lillkannen Facility

A reforma implicará uma nova repartição de funções entre os serviços da Comissão responsáveis pela gestão do programa Tacis, que são actualmente a DG Relex e o SCR. Por um lado, a identificação e a execução dos projectos serão unificadas a fim de reduzir o tempo de execução dos projectos aprovados. Por outro, a programação plurianual ganhará uma maior importância, a fim de assegurar que reflecte determinadas questões políticas de maior alcance, nomeadamente, o comércio, a política externa e de segurança e os interesses dos países parceiros do programa Tacis. Além disso, a transferência gradual para as delegações da Comissão da responsabilidade pela gestão dos projectos destinam-se a melhorar a qualidade e a adequação da gestão dos programas.

Através dos esforços da Comissão para acelerar os procedimentos (aspecto em que o Tacis tem tido melhores resultados que qualquer outro programa de ajuda externa da UE), com o auxílio de um exercício de gestão interna para anular os montantes não adjudicados em anteriores programas (num total de € 91 milhões em 1999), a acumulação de contratos por assinar foi reduzida para o seu nível mais baixo desde que o Tacis foi lançado em 1991. Este valor, que constitui uma medição cumulativa do montante residual das

autorizações feitas após dedução do valor dos contratos assinados (e, conseqüentemente, das autorizações ainda disponíveis para serem convertidas em contratos assinados), foi reduzido para € 455 milhões em 1999 (após ter atingido o seu valor máximo de € 747 milhões em 1996). A este nível, o montante é aproximadamente equivalente ao orçamento Tacis para um ano.

**Gráfico 11 – EVOLUÇÃO COMPROMISSOS E EXECUÇÃO**



Fonte: Comissão Europeia / 2001

Face ao ritmo actual de desempenho, o processamento de uma autorização financeira até à assinatura do contrato – isto é, até ao arranque da execução, demora em média cerca de um ano. Os pontos críticos neste processo são as autorizações iniciais dadas atempadamente por parte da DG Relex, e uma maior rapidez nos procedimentos de concurso e de adjudicação por parte do SCR.

Para além de ter melhorado o processamento logo na fase inicial, a Comissão também conseguiu acelerar o processo de pagamento às entidades adjudicatárias dos projectos. Os pagamentos efectuados atingiram novos níveis recorde em 1999: € 513,5 milhões.

A maior celeridade dos pagamentos resultou, em parte, do processamento acelerado das facturas: em Maio de 1999, havia 71 facturas num valor total de € 12 milhões com vencimento a mais de 40 dias; em Dezembro, não havia nenhuma naquelas condições, tendo o prazo de processamento interno sido reduzido para 25 dias.

## Quadro 16 – RESULTADOS FINANCEIROS VERSUS COMPROMISSOS

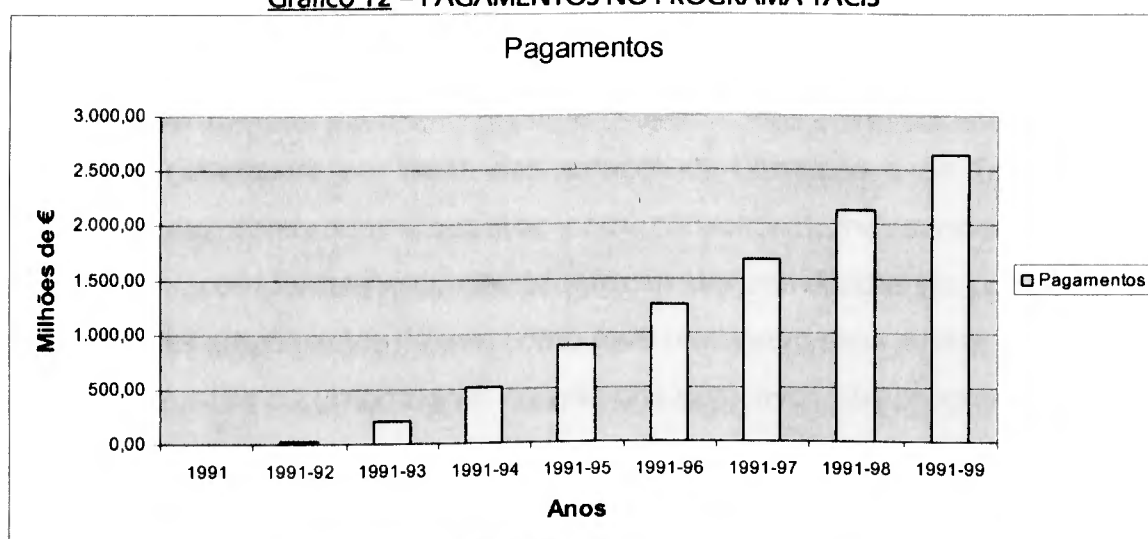
Financiamentos do Programa Tacis - Reembolsos Financeiros vs Compromissos				
	Compromissos Assumidos	Contratos	Pagamentos	BackLog- Não Contratado
	A	B	C	D=A-B
1991	396,50	5,30	0,40	391,20
1991-92	815,40	208,50	32,50	606,90
1991-93	1.287,50	557,20	212,80	730,30
1991-94	1.757,20	1.071,90	513,10	685,30
1991-95	2.268,40	1.598,90	887,60	669,50
1991-96	2.804,40	2.053,40	1.263,60	751,00
1991-97	3.286,10	2.744,40	1.668,60	541,70
1991-98	3.793,30	3.251,60	2.130,40	541,70
1991-99	4.220,90	3.647,40	2.645,90	573,50

Nota : Montantes em Milhões de Euros  
 Fonte : União Europeia.- Eurostat

O ano de 1999 também constituiu um ponto de viragem para a acumulação de contratos por executar – os pagamentos ainda não efectuados relativos a contratos já assinados.

Esse valor aumentou todos os anos de 1991 a 1998, ano em que atingiu € 1.155 milhões, ou seja, o equivalente a quase três anos de autorizações líquidas e mais de dois anos de assinatura de contratos. Mas em 1999, pela primeira vez, a acumulação de contratos por executar sofreu um decréscimo de 10% como resultado de uma redução as autorizações e de um aumento nos pagamentos.

Gráfico 12 – PAGAMENTOS NO PROGRAMA TACIS



Fonte: Comissão Europeia / 2001

O estado geral do desempenho do Tacis em termos numéricos ou financeiros é avaliado através do conceito "reste à liquider" (RAL), a combinação

do valor acumulado dos contratos por assinar com o dos contratos por executar. Se analisarmos este valor cumulativo, verifica-se que atingiu o seu valor máximo de € 1.679 milhões em 1998, tendo contudo sido reduzido para € 1.502 milhões até ao final de 1999, uma redução de 11%.

De acordo com as projecções actuais, a tendência actual aponta para um período de estabilidade relativa, com uma convergência dos montantes relativos às autorizações, assinaturas de contratos e pagamentos – situação que é de esperar de um programa de assistência que atingiu a sua maturidade e dispõe de um nível de autorizações relativamente estável de um ano para outro.

O desempenho do Tacis em 1999 reflectiu os valores acima referidos (e fornecidos de forma pormenorizada no anexo), tendo-se registado um aumento dos pagamentos e tendo as autorizações sido processadas conforme as previsões, registando-se ainda um decréscimo no arranque dos programas e assinaturas de contratos. A assinatura de contratos correspondeu a mais de 99% das autorizações, com excepção de uma autorização tardia (relativamente ao Fundo para a Estrutura de Protecção de Chernobil em Dezembro). Restrições a nível dos recursos implicaram um adiamento do processamento de doze projectos no valor de € 28 milhões de 1999 para 2000.

A atenção dada à gestão financeira interna do Tacis foi igualmente dispensada ao desempenho dos projectos no terreno. As contas e registos de despesas financiadas ao abrigo do programa são inspeccionados regularmente por auditores externos contratados pela Comissão.

Para além de um acompanhamento regular e de controlos efectuados no local, caso necessário, por parte dos serviços da Comissão e do Tribunal de Contas, foram celebrados contratos com consultores independentes para fazerem um acompanhamento dos progressos das actividades do programa e das entidades adjudicatárias, assim como para realizarem uma avaliação ex-post abrangente sobre o cumprimento ou não dos objectivos dos programas e dos contratos.

Em Novembro de 1999, a Comissão decidiu simplificar a adjudicação de contratos no quadro de todos os programas de cooperação com países terceiros.

A adopção de um manual de instruções para todos os contratos de ajuda externa reduziu os mais de 40 diferentes procedimentos de concurso

actualmente em utilização a oito procedimentos simplificados para a aquisição de serviços, obras de empreitadas e fornecimentos, aplicáveis a todos os contratos financiados pela Comunidade em qualquer ponto do mundo, a partir de 2000.

Também proporcionou uma maior transparência nos procedimentos de adjudicação de contratos, com uma publicação mais alargada das fases dos procedimentos de adjudicação. Foi publicada uma nova versão do manual de instruções para contratos de ajuda externa, tendo sido iniciado o trabalho de criação de uma base de dados única para todos os programas de ajuda externa da UE.

Segundo a nova organização do Tacis, a responsabilidade é partilhada entre as unidades operacionais geográficas na Direcção Geral competente (Direcção Geral Relações Externas -DG ER E) e o SCR, sendo a Direcção A responsável pela execução de programas e projectos na Europa Central e Oriental, os Balcãs Ocidentais, os Novos Estados Independentes (ex- União Soviética) e Mongólia. Outras direcções são responsáveis pela programação orçamental, acompanhamento financeiro; execução financeira, auditoria e actividades de supervisão, publicação, administração e aprovação de convites à apresentação de propostas e adjudicação de contratos, e avaliação.

Em 1999, o SCR começou igualmente a estudar formas de transferir a responsabilidade pela execução de cada projecto de Bruxelas para o pessoal da Comissão no terreno, nomeadamente para o pessoal das quatro Delegações na Geórgia, Kazaquistão, Rússia e Ucrânia. Um sistema piloto no domínio do desenvolvimento do sector privado conferiu a um responsável de programa afecto à Delegação em Almaty a responsabilidade pelos projectos. Este sistema piloto foi desde então alargado a Kiev.

A transferência da responsabilidade pelos projectos para um nível mais próximo dos próprios projectos irá assegurar uma gestão mais flexível dos mesmos. Os ensinamentos colhidos a partir dos projectos-piloto constituirão a base para a transferência de outras responsabilidades operacionais para pessoal que se encontra no terreno. Refira-se no entanto que, uma vez que a Comissão não dispõe actualmente de uma rede completa de Delegações que abranjam os NIS, a descentralização não pode ser feita tão rapidamente relativamente ao Tacis como o foi em relação a outros programas da Comissão.

### 3.7.5. O futuro do Programa Tacis – Desafios e Execução

Os desafios da globalização e a necessidade de integração das economias dos NIS nos mercados mundiais, requerem um desenvolvimento das infra estruturas de telecomunicações, fornecimento de energia de uma forma eficiente, redes de transportes e telecomunicações. Aliás estes são factores fundamentais para aumentar as trocas comerciais e promover o desenvolvimento.

No que diz respeito as telecomunicações, assiste-se ainda a um grande atraso face ao existente na União Europeia, e os mercados são dominados por monopólios estatais com baixos níveis de investimento, sendo os preços para o consumidor suportáveis apenas devido a continuação da política de subsídios.

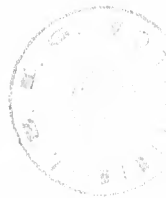
Igualmente a promoção de redes de energia, interligadas aos grandes recursos de gás natural e petróleo existentes na bacia do Mar Cáspio e Rússia, permite um desenvolvimento próprio e um potencial capaz de atrair investimento estrangeiro. As reservas naturais de gás natural existentes no Mar Negro e no Cáucaso, podem se devidamente exploradas, ser um garante da distribuição energética em toda a economia europeia.

A necessidade de reabilitar e modernizar todos os complexos e ligações existentes, resultou na criação do programa TACIS – INOGATE, que tem como objectivo alcançar a cooperação regional entre países produtores, países de transito e países consumidores, reduzindo assim o nível de risco associado ao investimento necessário e promovendo níveis internacionais de segurança ambiental.

O Programa TACIS-INOGATE , já promoveu o comércio intra-regional de gás e petróleo e ajudou a construir um equilíbrio no mercado energético.

A promoção das redes de transporte, foca-se na construção de um corredor partindo da Europa atravessando o Mar Negro, passando a zona do Cáucaso e Ásia Central. O programa TACIS – TRACECA , tem assim como objectivo garantir o acesso a Europa através de uma rede de transportes eficiente e rápida.

Também na área da justiça e dos assuntos sociais, há um longo caminho a percorrer. A região tem vindo a sofrer com o constante fluxo de migração e refugiados para a Europa Central e Mediterrânea, associado a redes de imigração ilegal, prostituição, tráfico de droga e de automóveis e corrupção,



funcionando estes factores como sérias ameaças a democracia, direitos humanos e desenvolvimento económico.

A cooperação na área da justiça entre a União Europeia e o NIS é revelada nas seguintes preocupações:

- ✚ Reforço das fronteiras entre os países NIS e a União Europeia de forma a eliminar a emigração ilegal.
- ✚ A “rota da seda” é neste momento a segunda maior utilizada para tráfico de droga dentro da União Europeia. A continuação desta situação irá condicionar o desenvolvimento futuro com o aumento do número de infectados pelo HIV e aumento dos custos de saúde.
- ✚ A corrupção e a economia paralela são neste momento a maior ameaça ao desenvolvimento económico. Em 2001 todos os países NIS estavam no último terço do Índice de Transparência Internacional.

Igualmente na área ambiental, quer na preocupação com o protocolo de Quioto, quer na questão da gestão abastecimento de água aos países NIS, são outros desafios que os países têm neste início de século.

## 4 . Conclusão

A grande conclusão que se tira da análise da evolução das economias de leste é que em termos puramente económicos ainda existe um longo caminho a percorrer. De facto a transição não só se processou em duas velocidades como nalguns países parece que apenas o regime mudou.

Mas no fundo que determinantes são estas que condicionam a dicotomia crescimento versus desenvolvimento?

Os programas de ajustamento estrutural iniciados após 1989, apenas vieram dar forma à revolução, e como todos os programas de ajustamento mais virados apenas para os critérios económicos e menos para aos aspectos sociais, acabaram por mergulhar a região numa crise de desemprego e inflação.

A abertura destes mercados tornou-se um alvo fácil para as actividades ilícitas e com esta situação torna-se difícil captar investimento estrangeiro essencial ao desenvolvimento.

Em primeiro lugar é indiscutível o papel que o comércio tem na evolução destas economias mas, há, ainda, uma forte dependência entre os países em termos de trocas comerciais, por isso torna-se necessário uma forte evolução nas trocas, torna os produtos mais competitivos e com isso aceder aos mercados internacionais.

Depois é igualmente importante, e aqui a União Europeia quer através dos mecanismos financeiros de pré adesão, quer através do programa PHARE quer através do programa TACIS está a reabilitar a economia dotando-a de infra estruturas capazes de suportar o desenvolvimento esperado.

Papel igualmente importante tem a captação de investimento estrangeiro nestas economias – os valores estão ainda muito abaixo do esperados o que obriga as economias a se financiarem no exterior – endividando-se – para conseguir financiar os projectos nacionais.

É de fácil conclusão que o caminho a seguir ainda é longo e só com a correcta integração dos países na União Europeia associados a mecanismos de abertura das economias ao exterior como a liberalização do mecanismo dos preços será possível termos as economias de transição em pleno estado de maturação. Ainda recentemente o Banco Europeu para a Reconstrução e

Desenvolvimento fez um balanço acerca das economias de transição e o resultado alcançado é de tal forma assimétrico para todos os países que deverá ser difícil nos próximos anos alcançarmos uma homogeneidade do espaço económico desejável e sem o qual o desenvolvimento se fará a duas velocidades.

## Bibliografia

- Agence Europe, " *Stratégie pour la preparation des pays d'Europe centrale et orientale à la future adhésion à l'Union Européenne, définie par le Conseil Affaires Générales et retenue par le Sommet de Essen* ", Europe Documents, n° 1916, 14 Dezembro de 1994.
- Andreff, Wladimir, " *Reforme et échanges extérieurs dans les pays de l'est* ". Paris (1990)
- Babetskii, Igor " *How deep is your trade? Transition and international integration in eastern Europe and the former Soviet Union*" EBRD, Novembro (2003)
- Balcerowick, Leszek " *Common Fallacies in the Debate on the economic transition in central Europe and eastern europe* ". EBRD – 1993.
- Balcerowick, Leszek " *Fallacies on Transition* " EBRD (2001)
- Berend, Ivan " *The Transition from Central Planning to Market Economy* " (2001)
- Berend, Ivan " *From Plan Market, From Regime Change to sustained Growth* ", Paris (2001)
- Comissão Europeia, " *Rapport Annuel sur la mise en oeuvre de l'aide extérieure de la Commission Européenne* ", Estrasburgo (2001)
- Comissão Europeia, " *Tacis Regional Cooperation : Strategic Considerations 2002-2006 and Indicative Programmes 2002-2003* ", Bruxelas (2001)
- Comissão Europeia, " *The Phare Programme – 2002* ", Brussels
- Comissão Europeia, " *Guide to Tacis small projects programmes* ", Bruxelas
- Comissão Europeia, " *The Tacis Annual Report – 1999* ", Bruxelas (1999)
- Comissão Europeia, " *Towards the Enlarged Union* ", Bruxelas (2002)
- Cottarelli, C. " *Moderate inflation : The experience of Transition Economies*" Washington DC, IMF and National Bank of Hungary, 1998.
- Dollar, David e Svensson, Jakob ; " *What Explains the success or failure of structural adjustments Programs* "; World Bank (1998).
- EBRD, " *Investments 1991-2003* "; Luxemburgo (2003)
- EBRD " *Spotlight on south-eastern Europe* " Luxemburgo (2004)
- EBRD " *Spotlight on south-eastern Europe* " Luxemburgo (2004)
- Babetskii, Igor " *How deep is your trade? Transition and international integration in eastern Europe and the former Soviet Union*" EBRD, Novembro (2003)
- Cornillie, Jan " *The energy intensity of transition countries*" EBRD, Junho (2002)
- Dutz, Mark " *Labour market states, mobility and entrepreneurship in transition economies*", EBRD Novembro 2001
- Ellerman, David " *Voucher Privatization with Investment Funds : A sure way to decapitalize Economy*", World Bank Newsletter. (2001)
- Ellerman, David " *General Aspects of Transition* ", World Bank Newsletter. (1989)
- Ernst . Schneider . " *Social Reforms and Public Debt in Transition Economies* ", World Bank, 2000
- Fischer, Stanley " *The Transition After Ten Years* ", 2000, Nova York
- Frateschi, Carlo, " *A comparative analysis of economic reforms in central and East Europe* " Nova York
- Fries, Steven, " *Bank performance in transition economies* " EBRD, Novembro (2002)

- Hohhmann, Han- Jurgen, " *Some notes on the relation between state and social security in the transformation process* "; Bruxelles 1998.
- Hübner, Danuta "Impact of the Membership in the European Union on Economic Growth", Bruxelles, 2004
- Krkoska, Libor "Foreign direct investment financing of capital formation in central and eastern Europe" EBRD Dezembro 2001.
- Kornai. J. , " *The Road to a Free Economy* " , Norton, Nova York (1990)
- International Monetary Fund (1997), *World Economic Outlook*, Washington DC
- International Monetary Fund (1998), *World Economic Outlook*, Washington DC
- International Monetary Fund (1999), *World Economic Outlook*, Washington DC
- International Monetary Fund (2000), *World Economic Outlook*, Washington DC
- International Monetary Fund (2001), *World Economic Outlook*, Washington DC
- International Monetary Fund (2002), *World Economic Outlook*, Washington DC
- International Monetary Fund, " *Convergence of Relative Prices and Inflation in Central and Eastern Europe* " Washington DC (2001).
- International Monetary Fund, " *Corruption, Structural Reforms, and Economic Performance in the Transition Economies* " Washington DC (1998).
- International Monetary Fund , " *External Finance and Foreign Debt in CEE Countries* " Washington DC (1997).
- International Monetary Fund , " *Fiscal Adjustments in Transition Economies : Evidences from the 90 's* " Washington DC (2003).
- International Monetary Fund , " *How far is CEE countries from Brussels* " Washington DC (1998).
- International Monetary Fund , " *Real Convergence to Income Levels : Central Europe from 1990 's to the long term* " Washington DC (2001).
- International Monetary Fund , " *Recovery and Growth in Transition Economies 1990-1997 : A Stylized Regression Analysis* " Washington DC (1998).
- International Monetary Fund , " *Social Sector Reform in Transition Economies* " Washington DC (2001).
- International Monetary Fund , " *What Moves Capital to Transition* " Washington DC (2001).
- Jones, Colin " *All Change* "; The Banker, Abril 1999
- Kaufmann, Daniel, " *World Bank finds new ways to diagnose corruption symptoms* ", Transition , nº 10 Fevereiro 1999.
- Kharin.G , " *Economic Growth of 1980 's* " , Londres, 1992
- Knaack, Rudd " *The ten commandments of economic reform* " 2000
- Kohler, Horst, " *Implications of the euro for the integration process of the transition economies in central and eastern Europe* "; European Bank for Reconstruction and Development, Working Paper nº 38, March 1999.
- Kołodko, Grzegorz " *Globalization and transformation. Illusions and reality* ", Varsóvia, 2001
- Kołodko, Grzegorz " *The Quality of Macroeconomic Policies in the Transition* ", Londres 2004
- Kołodko, Grzegorz " *Post Socialist Reforms* ", Varsóvia 1999

- Krueger, A.O., " *Trade policy as an input to development*", American Economic Review, Papers and proceedings, Maio 1980.
- Lavigne, Marie " *The Economics of transition : from socialist economy to market economy*" New York, St<sup>a</sup> Martin Press ( 1990)
- Labaronne, Daniel " *Les lenteurs de la privatisation en Europe de L 'Est : une conséquence de la stratégie d 'enracinement des managers*" Revue d 'économie financière, n<sup>o</sup> 106, Outubro de 1998.
- Lenain, Patrick , " *Ten years of transition*", Washington 1998
- Malecki, Witold "Implications of the monetary union convergence for the rate of economic growth" , Varsóvia, 2004
- Melo, Denizer e Gelb , "Macroeconomic transition " , Londres, 1996
- *Macedo, Braga Jose*: "From Transformation to Development: Globalisation and Perspectives for Economic Policy", Londres (2001).
- *Macedo, Braga Jose*: "The Development is Back", OCDE (2002).
- Mentrè, Paul , " *Les privatisations dans les pays de l 'est* ", Revue d 'économie financière, n<sup>o</sup> 150, Novembre 1998.
- Monkiewicz, Jan "Pension Funds and Acceleration of Poland's Economic Development" Varsóvia 2004
- OCDE, " *Stimuler l 'entreprise privée dans les économies de transition*", Synthèses des l ' OCDE.
- OECD " *Baltic States – A Regional Economic Assessment* ", Paris (2000).
- OECD " *Investments Policy Review: Slovenia* ", Paris (2002).
- OECD " *Recent Trends , Policies and Challenges in SEE Countries*", Paris ( 2000 )
- OECD " *Stability Pact – Progress in Policy Reform*", Paris (2002).
- OECD " *The Baltic Regional Programme – Annual Report 2001* ", Paris.
- Pelican, Pavel, " *State Owned Reforms after Socialism*" Londres , 1999
- PNUD (1999), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Trinova Editora, Lisboa.
- PNUD (2000), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Trinova Editora, Lisboa.
- PNUD (2001), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Trinova Editora, Lisboa.
- PNUD (2002), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Trinova Editora, Lisboa.
- Redor, Dominique, " *De la planification de la main d 'oeuvre au marché du travail : crises et adaptations*". Revue d 'études est- Ouest n<sup>o</sup> 29 Junho 1998.
- Richet, Xavier, " *Toutes les chemins mènent-ils au marché ?*", *Les Analyses du SEDEIS*, Paris.
- Rutland, Peter, " *The meaning of 1989 Transitions*, volume 6 n<sup>o</sup>1, Janeiro 1999, Praga.
- Stern, Nicholas, " *Exchange Rate regimes in countries in transition: policy choices*" European Bank for Reconstruction and Development.
- Stern, Nicholas, " *The future of the economic transition*" European Bank for Reconstruction and Development, Working Paper n<sup>o</sup> 30 , Julho 1999
- Stern, Nicholas, " *Macroeconomic policy and the role of the state in a changing world* " European Bank for Reconstruction and Development, Working Paper n<sup>o</sup> 19 , Junho 1996
- Stiglitz, Joseph " *Whither Reform*", London , 2002
- Vierhiejen, Tony, " *10 ans de reformes an Europe centrale et Orientale : toujours les mêmes problèmes*", Revue Française de l 'administration publique. Paris. Junho 1998

- Wolf, Martin *"Caught in the transition trap"* *Financial Times* 30 Junho de 1999.
- World Bank , *"From Plan to market "*, World Development Report WashingtonD.C (1996 )
- World Bank , *"Progress Towards the Unification of Europe"*, Washington (2000)
- World Bank, *"Transition: The first ten years"*, Washington (2002).
- World Bank, *"Trade Policies and Institutions in the countries of South Eastern Europe"*, Washington (2003).
- World Bank, *"The road to financial Integration: Private Capital Flows to Developing Countries "*, 1997.
- World Bank, World Development Report 1996 : *"De l'économie planifiée a l'économie de marché "*.
- World Bank, *"European Integration and Income Convergence"*, Washington (2001).
- World Trade Organization, *"Transition Economies, Business and the WTO "*, Geneva (1999).
- World Trade Organization *"Managing Capital Flows in Transition Economies with a case study of central and Eastern Europe"*, Geneva (1998).

# ANEXOS

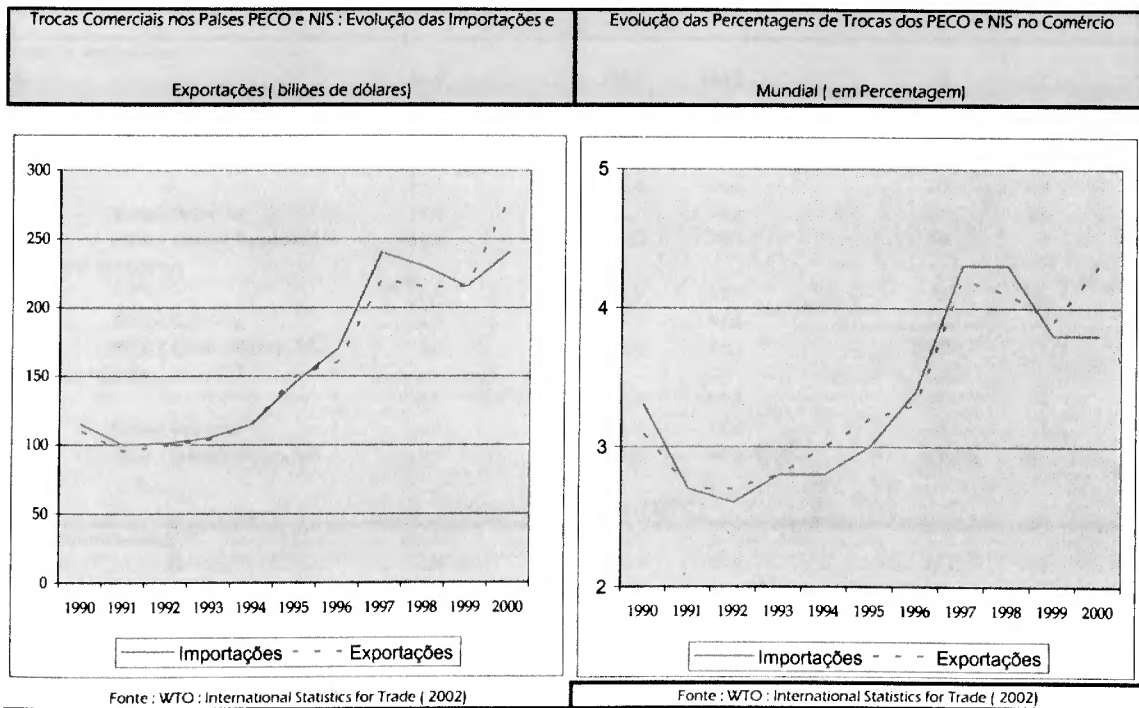
✦ Anexo 1 – Trocas Comerciais da união europeia e a Europa de Leste

**Trocas Comerciais entre a União Europeia e os Países PECO e NIS**  
**por região e pelo maior produto ( Biliões de Doláres e percentagem)**

	Valor	Quota	
	Exportações	Exportações	Importações
Total	271	100,0	100,0
<b>Região</b>			
América Norte	12	4,2	2,8
América Latina	6	2,3	1,2
Europa Ocidental	147	54,1	56,6
NIS/ PECO	72	26,6	31,5
África	3	1,0	0,5
Médio Oriente	7	2,4	0,7
Ásia	20	7,6	6,7
<b>Maiores Produtos</b>			
Agrícolas	24	8,9	10,7
Minerios	93	34,3	15,0
Manufacturados	147	54,2	72,0

Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002)

## ↓ Anexo 2 – Gráficos de Evolução das Transacções Comerciais



## ↓ Anexo 3 – Exportações da União Europeia e Europa de Leste por produtos

**Exportações de Mercadorias da Europa Central e Oriental , Países PECO e NIS – Maiores Produtos e Maiores Mercados 2000**  
(Biliões de dolares e em Percentagem )

	Valor	Quota de Mercado		Variação Anual (%)		
	2000	1996	2000	1997	1998	1999
<b>Europa Central e Oriental</b>						
<b>Total de Mercadorias</b>						
Mundo	116,0	100,0	100,0	8	11	1
Europa Ocidental	85,8	65,3	74,0	9	19	6
PECO / Estados Baltico/NIS	19,2	23,4	16,6	9	-4	-18
<b>Produtos Manufaturados</b>						
Mundo	95,2	100,0	100,0	10	16	1
Europa Ocidental	73,0	67,7	76,7	12	24	6
PECO / Estados Baltico/NIS	13,5	21,0	14,1	10	-1	-19
<b>Derivados de Minérios</b>						
Mundo	9,6	100,0	100,0	3	-11	-2
Europa Ocidental	6,5	66,5	68,3	3	-8	-2
PECO / Estados Baltico/NIS	2,4	25,4	25,5	5	-11	-4
<b>Produtos Agrícolas</b>						
Mundo	9,6	100,0	100,0	3	-4	-10
Europa Ocidental	5,4	53,0	56,3	-3	-1	3
PECO / Estados Baltico/NIS	2,9	36,6	30,0	12	-10	-30
<b>Estados do Báltico ( Países PECO )</b>						
<b>Total de Mercadorias</b>						
Mundo	8,9	100,0	100,0	23	3	-19
Europa Ocidental	5,8	43,5	65,1	25	21	0
PECO / Estados Baltico/NIS	2,5	52,6	28,2	19	-13	-44
<b>Produtos Manufaturados</b>						
Mundo	5,7	100,0	100,0	21	6	-16
Europa Ocidental	4,0	47,2	70,4	22	25	0
PECO / Estados Baltico/NIS	1,3	48,1	23,6	18	-14	-44
<b>Derivados de Minérios</b>						
Mundo	1,3	100,0	100,0	33	-1	-25
Europa Ocidental	0,6	73,3	50,2	31	-8	-41
PECO / Estados Baltico/NIS	0,5	25,5	42,3	35	8	0
<b>Produtos Agrícolas</b>						
Mundo	1,8	100,0	100,0	24	0	-21
Europa Ocidental	1,2	42,2	65,4	34	13	-1
PECO / Estados Baltico/NIS	0,5	54,7	26,9	14	-15	-46
<b>Novos Estados Independentes</b>						
<b>Total de Mercadorias</b>						
Mundo	146,1	100,0	100,0	1	-14	-1
Europa Ocidental	55,1	33,1	37,7	7	-12	1
PECO / Estados Baltico/NIS	50,4	42,6	34,5	-1	-18	14
<b>Produtos Manufaturados</b>						
Mundo	45,8	100,0	100,0	-2	-4	-9
Europa Ocidental	19,2	49,2	41,8	-9	-10	-17
PECO / Estados Baltico/NIS	10,2	17,1	22,2	8	26	-16
<b>Derivados de Minérios</b>						
Mundo	82,2	100,0	100,0	4	-17	5
Europa Ocidental	40,1	45,8	48,9	6	-18	9
PECO / Estados Baltico/NIS	25,5	39,8	31,0	7	-19	-11
<b>Produtos Agrícolas</b>						
Mundo	12,7	100,0	100,0	-7	-19	-5
Europa Ocidental	5,3	48,9	41,5	-12	-27	-12
PECO / Estados Baltico/NIS	3,4	19,4	26,6	6	-23	28

Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002)

## ↳ Anexo 4 – Liderança nas Importações e Exportações

### Exportadores e Importadores : Os Líderes de Mercados – 2000

(Biliões de dolares e em Percentagem )

	Valor	Percentagem do Total		Variação Anual (%)		
	2000	1996	2000	1998	1999	2000
<b>Exportações</b>						
<b>PECO / Estados Baltico/NIS</b>	<b>271,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-4</b>	<b>0</b>	<b>26</b>
Federação Russa	105,2	41,5	38,8	-15	1	39
Polónia	31,7	11,4	11,7	3	-3	15
República Checa	29	10,3	10,7	16	2	11
Hungria	28,1	7,4	10,4	20	9	12
Ucrânia	14,6	6,7	5,4	-11	-8	26
Eslováquia	11,9	4,1	4,4	11	-4	16
Roménia	10,4	3,8	3,8	-2	2	22
Kazakistão	9,1	2,8	3,4	-16	3	64
Bileorússia	7,4	2,6	2,7	-3	-16	25
Bulgária	4,7	2,3	1,7	-13	-8	20
<b>Importações</b>						
<b>PECO / Estados Baltico/NIS</b>	<b>241,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-1</b>	<b>-12</b>	<b>13</b>
Polónia	48,9	16,1	20,3	11	-2	7
Federação Russa	45,5	29,9	28,8	-19	-32	12
República Checa	32,2	12,0	13,3	6	0	15
Hungria	32,1	7,9	13,3	21	9	15
Ucrânia	14,8	7,6	5,8	-14	-19	18
Roménia	13,1	5,8	5,4	5	-12	26
Eslováquia	12,7	4,6	5,2	12	-14	12
Bielorússia	8,5	3,8	3,5	-2	-22	27
Bulgária	6,4	2,2	2,7	1	10	18
Lituânia	5,5	2	2,3	3	-17	13
<b>Consolidado</b>						
<b>Países PECO</b>						
Exportações	116,0	39,4	42,8	11	1	14
Importações	146,4	48,5	60,6	11	-1	13
<b>Estados do Báltico</b>						
Exportações	8,9	3,2	3,3	3	-13	24
Importações	12,9	4,4	5,3	8	-14	15
<b>Novos Estados Independentes</b>						
Exportações	146,1	57,4	53,9	-14	-1	38
Importações	82,2	47,1	34,0	-15	-26	15

Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002)

↙ Anexo 5 – Exportações na Europa de Leste por região , principal parceiro comercial e produto exportado

Exportações de Mercadorias nos países da Europa Central e Oriental ( PECO )

(Milhões de dolares e em Percentagem )

Origem	Destino	Bulgária	Rep. Checa	Eslováquia	Hungria	Polónia	Roménia
		Valor					
Total	1998	4300	26350	10720	23005	28230	8300
	1999	3935	26240	10275	25015	27045	8505
	2000	4725	29000	11905	28090	31650	10365
		Percentagem do Total					
Região/ Parceiro Comercial							
América do Norte	1998	3,2	2,5	1,4	4,8	3,0	4,6
	1999	4,4	2,7	1,6	5,0	3,1	4,0
	2000	4,6	3,0	1,6	5,4	3,7	4,0
América Latina	1998	1,4	0,7	0,5	0,8	1,0	1,7
	1999	1,0	0,5	0,6	0,5	1,2	1,0
	2000	0,8	0,6	0,5	0,6	1,2	0,8
Europa Ocidental	1998	64,2	68,4	59,9	78,0	70,9	72,4
	1999	69,2	73,3	63,5	80,9	73,9	74,6
	2000	73,5	72,8	63,6	80,3	73,2	73,9
União Europeia ( 15 )	1998	50,4	64,2	55,6	72,9	68,3	64,5
	1999	52,1	69,2	59,4	76,2	70,5	65,5
	2000	51,2	68,6	59,1	75,2	70	63,8
PECO/Est.Bálticos/NIS	1998	4,8	19,2	31,7	8,1	7,1	5,0
	1999	4,1	16,4	28,9	6,8	7,8	6,6
	2000	3,9	15,9	29,2	7,2	8,0	7,7
África	1998	3,0	0,7	0,4	0,6	1,1	4,4
	1999	2,8	0,6	0,5	0,4	1,4	4,1
	2000	1,6	0,5	0,5	0,4	1,2	3,3
Médio Oriente	1998	3,1	1,3	0,5	0,8	1,3	5,3
	1999	2,8	1,2	0,5	0,8	0,7	4,1
	2000	2,4	1,3	0,4	0,7	1	3,3
Ásia	1998	4,8	2,1	0,7	1,9	1,7	2,3
	1999	4,0	2,0	1,1	2,3	2,3	2,5
	2000	4,2	2,6	1,3	2,6	2,1	2,8

Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002 )

↓ Anexo 6 - Importações na Europa de Leste por região , principal parceiro comercial e produto importado.

Importações de Mercadorias nos países da Europa Central e Oriental ( PECO )

(Milhões de dolares e em Percentagem )

Destino		Bulgária	Rep. Checa	Eslováquia	Hungria	Polónia	Roménia
Origem							
		Valor					
Total	1998	4960	28790	13075	25705	47055	11840
	1999	5470	28075	11265	28010	45910	10395
	2000	6440	32180	12670	32080	48940	13055
		Percentagem do Total					
Região/ Parceiro Comercial							
América do Norte	1998	4,2	4,1	3,2	4,3	4,3	4,8
	1999	3,7	4,4	2,8	3,7	4,0	3,8
	2000	3,2	4,7	2,2	4,1	4,8	3,4
América Latina	1998	4,1	0,8	0,6	1,6	1,4	2,1
	1999	3,6	0,7	0,6	1,7	1,2	1,9
	2000	5,8	0,9	0,5	1,3	1,3	2,3
Europa Ocidental	1998	51,1	66,6	52,8	67,3	69,2	62,4
	1999	54,1	67,6	54,3	67,4	68,5	65,3
	2000	49,9	65,6	51,5	61,3	64,5	61,2
União Europeia ( 15 )	1998	45,2	63,3	50,1	64,1	66,0	57,7
	1999	48,4	64,2	51,7	64,4	65,0	60,4
	2000	44,1	61,9	49,0	58,5	61,2	56,6
PECO/Est.Bálticos/NIS	1998	30,4	18,9	36,2	14,2	12,9	20,4
	1999	29,5	17,4	35,7	13,5	14,0	18,1
	2000	36,1	19,4	39,0	16,1	18,3	21,5
África	1998	1,0	0,6	0,3	0,5	1,1	0,7
	1999	1,6	0,6	0,3	0,4	0,9	0,8
	2000	0,5	0,7	0,3	0,4	0,6	0,6
Médio Oriente	1998	2,6	0,4	0,2	0,3	0,4	2,0
	1999	0,9	0,4	0,2	0,3	0,5	1,3
	2000	0,3	0,3	0,2	0,3	0,4	1,0
Ásia	1998	5,9	7,1	5,2	11,8	10,6	7,5
	1999	4,4	7,3	5,3	12,9	10,7	8,3
	2000	4,0	7,4	5,4	16,5	9,8	9,7

Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002 )

## ↳ Anexo 7 – Importância do comércio inter-regional

### Importância Relativa do Comércio Inter Regional no total das trocas comerciais nos Estados Bálticos

(Milhões de dolares e em Percentagem )

	Exportações					Importações		
	Mundo	Valor		Quota		Mundo	Valor	
		Estados Bálticos	Resto do Mundo	Estados Bálticos	Resto do Mundo		Estados Bálticos	Resto do Mundo
Estados Bálticos	8850	1215	7635	13,7	86,3	12900	960	92,6
Estonia	3175	315	2869	9,9	90,1	4255	180	95,6
Letónia	1865	240	1625	12,9	87,1	3190	440	82,6
Lituânia	3810	660	3150	17,3	82,7	5455	140	93,8

Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002)

### Importância Relativa do Comércio Inter Regional no total das trocas comerciais nos Novos Estados Independentes

(Milhões de dolares e em Percentagem )

	Exportações					Importações		
	Mundo	Valor		Quota		Mundo	Valor	
		NIS	Resto do Mundo	NIS	Resto do Mundo		NIS	Resto do Mundo
Novos Est Indep.	146.140	29.710	116.430	20,3	79,7	82.205	33.525	59,2
Arménia	300	75	225	25,0	75,0	885	165	81,4
Azerbaijão	1.750	235	1.515	13,4	86,6	1.390	375	73,0
Bielorrússia	7.380	4.465	2.915	60,5	39,5	8.484	6.015	29,1
Georgia	330	135	195	40,6	59,1	725	250	65,5
Kazaquistão	9.140	2.340	6.800	25,6	74,4	5.050	2.535	49,8
Kirgístão	505	205	59	40,6	59,4	555	300	45,9
Moldávia	470	275	195	58,5	41,5	775	245	68,4
Federação Russa	185.200	14.600	90.600	13,9	86,1	45.500	13.695	69,9
Tadjiquistão	780	370	410	47,4	52,6	675	560	17,0
Turkemenistão	2.700	1.500	1.200	55,6	44,4	1.480	460	67,1
Ucrânia	14.575	4.490	10.085	30,8	69,2	13.955	8.025	42,5
Uzbesquistão	3.010	1.020	1.190	33,9	66,1	2.810	900	68,0

Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002)

↓ Anexo 8 – Trocas Comerciais : Importações para os CIS

Importações de Mercadorias nos Novos Estados Independentes – Parceiros Comerciais

(Milhões de dolares e em Percentagem)

Destino	Origem	União Europeia ( 15 )			Países PECO			Turquia		
		1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Novos Estados Independentes		31.358	21.450	24.769	6.645	4.005	4.415	2.659	1.533	1.636
Arménia		175	180	193	31	25	19	0	0	0
Azerbaijão		360	222	269	71	45	51	325	248	230
Bielorrússia		1.277	1.042	999	377	328	378	8	5	12
Geórgia		303	175	230	171	115	114	161	114	131
Kazaquistão		1.374	1.011	1.116	204	117	135	213	97	116
Kirgístão		93	76	48	10	6	7	41	23	20
Moldávia		320	262	295	283	187	232	28	32	26
Federação Russa		22.795	15.083	17.821	3.520	1.885	2.015	1.348	589	639
Tadjiquistão		46	33	33	16	15	3	10	5	4
Turkemenistão		177	218	148	13	17	31	96	107	119
Ucrânia		3.783	2.626	3.169	1.873	1.198	1.364	274	226	256
Uzbequistão		655	522	446	77	67	64	156	99	82

Destino	Origem	Estados Unidos			Japão			China		
		1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Novos Estados Independentes		4.625	2.844	3.118	1.222	755	792	2.400	2.233	3.183
Arménia		51	50	56	2	1	2	1	12	1
Azerbaijão		123	55	210	19	36	8	1	1	2
Bielorrússia		30	26	31	11	4	3	6	5	41
Geórgia		137	83	110	3	7	4	6	2	2
Kazaquistão		103	179	124	53	61	69	205	454	599
Kirgístão		21	21	23	1	6	4	172	103	110
Moldávia		21	11	27	1	3	1	0	0	0
Federação Russa		3.585	1.845	2.092	978	480	570	1.840	1.497	2.233
Tadjiquistão		12	12	12	5	3	1	11	7	7
Turkemenistão		28	18	84	8	14	56	10	7	12
Ucrânia		368	204	191	74	54	51	90	81	136
Uzbequistão		147	339	158	67	86	25	57	27	39

Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002)

## ↓ Anexo 9 – Trocas Comerciais : Exportações dos CIS

### Exportações de Mercadorias nos Novos Estados Independentes – Parceiros Comerciais

(Milhões de dolares e em Percentagem )

Destino	Origem	União Europeia ( 15 )			Países PECO			Turquia		
		1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Novos Estados Independentes		27.506	28.719	41.348	11.230	10.680	16.700	3.724	3.734	5.682
Arménia		72	93	113	1	0	0	0	0	0
Azerbaijão		60	484	919	5	19	10	50	44	96
Bielorrússia		532	570	679	300	181	309	21	21	18
Geórgia		69	117	280	4	6	4	91	93	155
Kazaquistão		1.052	1.750	2.917	88	227	516	254	296	346
Kirgístão		211	134	123	15	65	8	7	3	2
Moldávia		133	145	180	75	13	54	12	11	7
Federação Russa		22.306	22.615	32.951	9.080	8.840	14.145	2.155	2.374	3.880
Tadjiquistão		95	57	48	20	39	43	8	4	16
Turkemenistão		138	264	201	26	26	26	42	67	98
Ucrânia		2.309	2.076	2.506	1.433	1.127	1.499	989	774	977
Uzbesquitão		529	414	433	182	136	86	96	47	86

Destino	Origem	Estados Unidos			Japão			China		
		1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Novos Estados Independentes		7.112	7.165	9.629	3.142	4.020	4.917	4.338	5.282	7.367
Arménia		17	16	24	6	1	0	0	0	4
Azerbaijão		5	28	22	0	0	1	0	0	4
Bielorrússia		113	100	107	10	6	8	11	21	73
Geórgia		15	19	33	1	1	2	2	1	2
Kazaquistão		178	240	443	120	87	91	431	644	958
Kirgístão		0	1	2	1	1	1	26	32	67
Moldávia		120	98	109	0	0	0	1	0	8
Federação Russa		6.008	6.017	7.908	2.892	3.767	4.579	3.641	4.223	5.770
Tadjiquistão		33	24	9	0	0	1	8	6	10
Turkemenistão		3	9	29	0	0	1	2	2	4
Ucrânia		585	586	901	73	124	154	185	340	455
Uzbesquitão		35	27	43	40	34	79	32	13	12

Fonte : WTO : International Statistics for Trade ( 2002)

↳ Anexo 10– Dados Estatísticos dos países candidatos a adesão

Dados Estatísticos : Candidatos a Adesão

	Area 100 km2	População Milhões	Densidade Populacional
Bulgaria	111	7,9	71
Chipre	9	0,8	82
República Checa	79	10,2	130
Estónia	45	1,4	30
Hungria	93	10,2	110
Letónia	65	2,4	36
Lituania	65	3,5	53
Malta	0,3	0,4	1250
Polónia	31,3	38,6	124
Roménia	238	22,4	94
Eslováquia	49	5,4	110
Eslovénia	20	2	98
Turquia	775	68,6	89

Fonte : Eurostat – Relatório de Adesão ( 2000 )

Dados Estatísticos : Candidatos a Adesão – 2ª Parte

	Crescimento PIB %	Inflação Media Anual	Tx Desemprego % da população activa
Bulgaria	2,0	9,8	15,2
Chipre	4,2	2,7	4,3
República Checa	1,1	5,6	7,1
Estónia	5,2	6,1	11,5
Hungria	4,5	12,4	7,4
Letónia	6,1	3,9	14,0
Lituania	3,6	3,3	6,5
Malta	3,4	3,6	6,0
Polónia	4,2	9,9	13,6
Roménia	-1,0	46,3	6,2
Eslováquia	3,3	8,9	15,7
Eslovénia	4,2	8,0	6,8
Turquia	1,2	69,9	7,3

Fonte : Eurostat – Relatório de Adesão ( 2000 )

↓ Anexo 11– Dados Económicos dos países candidatos a adesão

	Inflation rate	Unemployment rate	General Government Budget	External Trade				Current Account	Foreign Direct Investment	
	Annual Average	% labour force (5)	Balance in % of GDP	Trade balance exports/imports in %	Exports to EU in % of total exports	Imports from EU in % total imports	Balance of EU with the countries (Mio €)	Balance in % of GDP	Stock in € per capita (1) (2)	Net inflow in % of GDP (2)
Bulgaria	7.4	19.9	1.7	76.3	54.8	49.4	380	-6.0	272	5.1
Cyprus	2.0	4.0	-3.0(4)	13.0	49.0	55.5	1,670	-4.5		1.8
Czech Rep.	4.5	8.0	-5.5	91.6	68.9	61.8	2,376	-4.7	2,284	8.7
Estonia	5.6	12.4	-0.4	77.0	69.4	56.5	19	-6.1	2,084	9.7
Hungary	9.1	5.7	-4.1	90.5	74.3	57.8	-481	-2.2	1,790(3)	4.7
Latvia	2.5	13.1	-1.6	57.1	61.2	52.6	466	-9.7	970	2.3
Lithuania	1.3	16.5	-1.9	72.1	47.8	44.0	773	-4.8	720	3.7
Malta	2.5	6.5	-7.0	71.8	41.3	63.6	1,304	-4.8		8.8
Poland	5.3	18.4	-3.9	71.8	69.2	61.4	8,976	-4.1	952	3.2
Romania	34.5	6.6	-3.4	73.0	67.8	57.3	967	-5.9	245	2.8(3)
Slovakia	10.8(3)	19.4	-5.6	85.5	59.9	49.8	-264	-8.8	521	6.3
Slovenia	8.6	5.7	-2.5	91.2	62.2	67.7	1,819	-0.4	1,527	1.9
Turkey	57.6	8.5	-28.7	75.8	51.6	44.6	-67	2.3		2.2

Sources : Eurostat from national sources.

(1) Figures have been calculated using the population figures from National Accounts, which may differ from those used in demographic statistics.

(2) Balance of payments data.

(3) 2000

(4) Estimate

(5) Labour Force Survey Definition

	G.D.P. growth	Inflation rate	Unemployment rate	General Government Budget	External Trade	Current Account	Foreign Direct Investment
	Change in %	Annual Average	% active population (4)	Balance in % of GDP	Balance of EU with the country (Mio €)	Balance in % of GDP	Net inflow in % of GDP (1)
Bulgaria	2.0	9.8	15.2	0.5	188	-1.5	5.6
Cyprus	4.2	2.7	4.3	-4.0(3)	1,768	-4.5	1.3
Czech Rep.	1.1	5.6	7.1	-3.8	2,604	-4.3	7.8
Estonia	5.2	6.1	11.5	-0.5	496	-7.8	8.1
Hungary	4.5	12.4	7.4	-5.4	1,090	-3.4	4.3
Latvia	6.1	3.9	14.0	-1.7	318	-8.6	5.7
Lithuania	3.6	3.3	16.5	-2.9	696	-8.9	4.8
Malta	3.4	3.6	6.0	-8.8	1,358	-7.1	11.9
Poland	4.2	9.9	13.6	-2.8	10,750	-5.4	4.2
Romania	-1.0	46.3	6.2	-4.0	1,050	-5.3	3.5(2)
Slovakia	3.3	8.9(2)	15.7	-7.0	48	-7.4	4.4
Slovenia	4.2	8.0	6.8	-2.3	1,704	-1.7	1.4
Turkey	1.2	69.9	7.3	-15.7	7,398	-0.8	0.8

Sources : Eurostat and Commission services calculations from national sources.

(1) Balance of payments data.

(2) Average 1997/2000

(3) Estimate average 1997/2000

(4) Labour Force Survey Definition

✦ Anexo 12 – Convenções direitos do Homem ractificadas

**Human Rights Conventions ratified by the Candidate Countries,  
15 September 2002**

<i>Adherence to following conventions and protocols</i>	BG	CY	CZ	EE	HU	LV	LT	MT	PL	RO	SK	SI	TK
<b>ECTHR (European Convention on Human Rights)</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Protocol 1 (right of property)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Protocol 4 (freedom movement et al.)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O
Protocol 6 (death penalty)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O
Protocol 7 (criminals etc)	X	X	X	X	X	X	X	O	O	X	X	X	O
<b>European Convention for the Prevention of Torture</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>European Social Charter</b>	O	X	X	O	X	X	O	X	X	O	X	O	X
<b>Revised European Social Charter</b>	X	X	O	X	O	O	X	O	O	X	O	X	O
<b>Framework Convention for National Minorities</b>	X	X	X	X	X	O	X	X	X	X	X	X	O
<b>ICCPR (International Covenant on Civil and Political Rights)</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O
Optional Protocol to the ICCPR (right of individual communication)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O
Second Optional Protocol to ICCPR (death penalty)	X	X	O	O	X	O	X	X	O	X	X	X	O
<b>ICESCR (International Covenant on Economic, Social and Cultural rights)</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O
<b>CAT (Convention against Torture)</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>CERD (Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination)</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O
<b>CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women)</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Optional Protocol to the CEDAW	O	X	X	O	X	O	O	O	O	O	X	O	O
<b>CRC (Convention on the Rights of the Child)</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

X = Convention ratified

O = Convention NOT ratified

BG - Bulgaria; CY - Cyprus; CZ - Czech Republic; EE - Estonia; HU - Hungary; LV - Latvia; LT - Lithuania; MT - Malta; PL - Poland; RO - Romania; SK - Slovak Republic; SI - Slovenia; T - Turkey

↙ Anexo 13 – Evolução do PIB nos países PECO e na União Europeia

	GNP Data Based on WB Atlas Methodology						GNP-PPP Estimate	
	1990		1992		1994		1994	
	Level	Share of EU Average	Level	Share of EU Average	Level	Share of EU Average	Level	Share of EU Average
Czech	3490	22	2570	14	3200	17	8900	53
Hungary	2910	18	3120	17	3840	20	6080	36
Poland	1700	11	1950	11	2410	13	5480	33
Slovakia	3330	21	2250	12	2470	13	6450	38
Slovenia	9500	59	6770	37	7020	37	6230	37
EU Average	16185		18532		19005		16757	

Source: The GNP data for 1994 in PPP terms is from the 1996 World Development Report.

	Summers and Heston Data - Mark 5.6								GNP-PPP Estimate	
	1960		1970		1980		1990		1994	
	Level	Share of EU Average	Level	Share of EU Average	Level	Share of EU Average	Level	Share of EU Average	Level	Share of EU Average
EU High	8530	Sweden	12018	Sweden	13809	Sweden	16106	Sweden	20270	Belgium
EU Average	5700		8484		10793		13168		16757	
EU Low	2188	Portugal	3853	Portugal	5723	Portugal	7565	Greece	10930	Greece
Greece	2414	42	4824	57	6662	62	7565	57	10930	65
Ireland	3918	69	5939	70	8056	75	10837	82	13550	81
Portugal	2188	38	3853	45	5723	53	8487	64	11970	71
Spain	3620	64	6813	80	8521	79	10802	82	13740	82

Note: The EU Average is an unweighted mean of all current EU members.

Source: The GNP data for 1994 in PPP terms is from the 1996 World Development Report.

## ↓ Anexo 14 – Convergência Real das Economias de Leste : Cenários

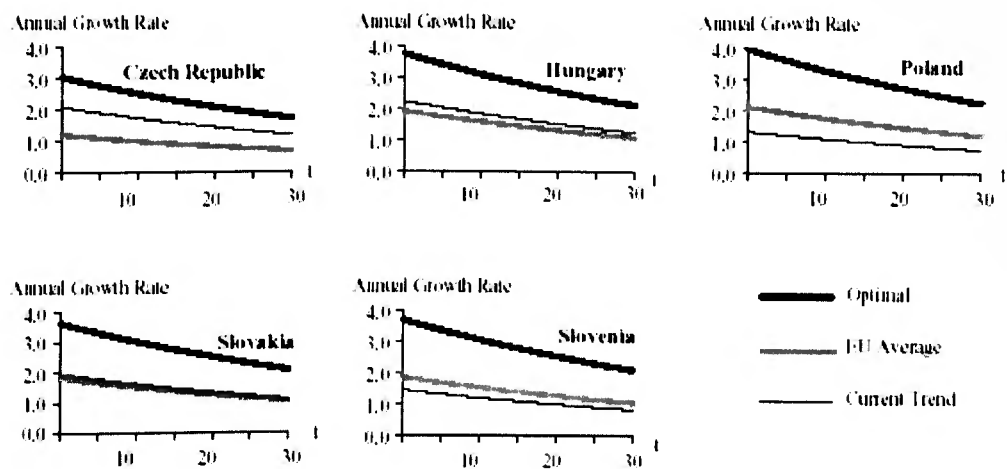
### Convergência Real das Economias : Países PECO

	PIB : Situação Actual		Cenários					
	Tx Crescimento	Convergencia Real em x anos	3,00	3,50	4,00	4,33	4,67	5,00
Republica Checa	4,00	15	25	18	15	13	12	11
Hungria	3,10	41	44	33	27	25	23	21
Polónia	2,95	XXX	XXX	71	49	42	37	33
Eslováquia	3,05	41	42	31	26	23	21	20
Eslovênia	2,65	91	54	37	30	27	24	23

Nota : XXX significa que com a taxa de crescimento do PIB indicada, o país nunca atngirá os 75 % do PIB per capita da Uniao Europeia.

Fonte Eurostat ( 2002 ) : Relatório da Convergência

↓ Anexo 15 – Crescimento económico nos países da Europa Central e Oriental



↓ Anexo 16 – A recessão na transição

Recessão Económica nos Países de Transição

	Anos Sucessivos de Queda no PIB	Declínio Acumulado no PIB (%)	PIB em 2000 ( base 1990 =100)
<b>PECO e Estados Balticos</b>	<b>3,8</b>	<b>22,6</b>	<b>106,5</b>
Albania	3	33	110
Bulgaria	4	16	81
Croacia	4	36	87
Republica Checa	3	12	99
Estonia	5	35	85
Hungria	4	15	109
Letônia	6	51	61
Lituânia	5	44	67
Polónia	2	6	112
Roménia	3	21	144
Eslováquia	4	23	82
Eslovénia	3	14	105
<b>Novos Estados Independentes</b>	<b>6,5</b>	<b>50,5</b>	<b>62,7</b>
Armenia	4	63	67
Azerbeijão	6	60	55
Bielorússia	6	35	88
Georgia	5	78	29
Kazaquistão	6	41	90
Kirgistão	6	50	66
Moldávia	7	63	35
Federação Russa	7	40	64
Tadjaquistão	7	50	48
Turquemenistão	8	48	76
Ucrânia	10	59	43
Uzebesquistão	6	18	95
<b>Declínio do PIB na Grande Depressão</b>			
1930-1934			
França	3	11	n.a
Alemanha	3	16	n.a
Reino Unido	2	6	n.a
Estados Unidos	4	27	n.a

Fonte : Banco Mundial - country reports (2000) ; Maddison ( 1982)

## ↓ Anexo 17 – Caracterização do tecido Empresarial em 2000

		<i>Number of enterprises</i>	<i>Percent</i>	
Region	CIS	1,866	47.2	
	Central and Eastern Europe and the Baltics	2,088	52.8	
Size	Small (fewer than 50 workers)	1,944	49.2	
	Medium (50-500 workers)	1,690	42.8	
	Large (more than 500 workers)	318	8.0	
Origin	New	2,176	56.5	
	Privatized	1,050	27.2	
	State owned	627	16.3	
Sector	Industry	Farming	453	11.5
		Mining	33	0.8
		Manufacture	1,191	30.1
		Construction	343	8.7
		Power generation	16	0.4
		<i>Total</i>	<i>2,036</i>	<i>51.5</i>
	Services	Trading	541	13.7
		Retail	571	14.5
		Transport	232	5.9
		Finance	67	1.7
		Personal services	214	5.4
		Business services	245	6.2
		Communications	15	0.4
		Other	30	0.8
		<i>Total</i>	<i>1,915</i>	<i>48.5</i>
Location	Capital city	1,220	30.9	
	Large city	704	17.8	
	Town	1,694	42.8	
	Rural	336	8.5	

Source: Hellman and others (2000).

## ✚ Anexo 18 – A Produtividade

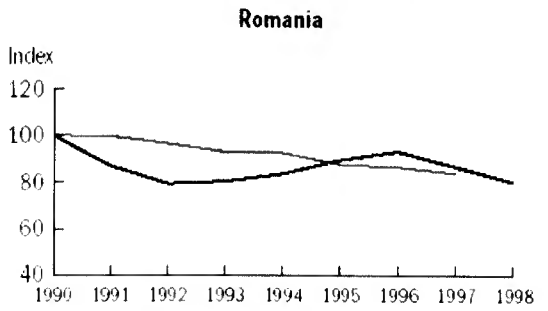
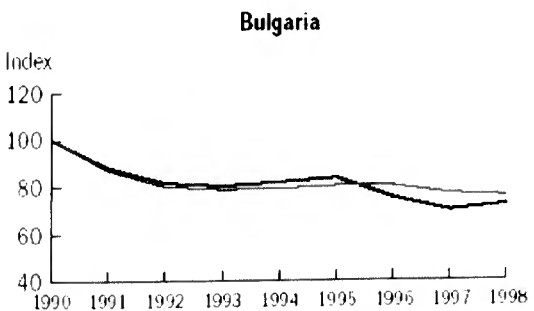
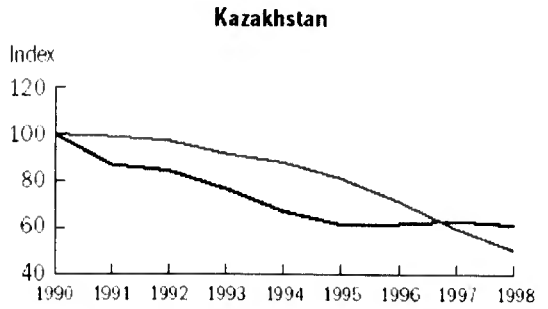
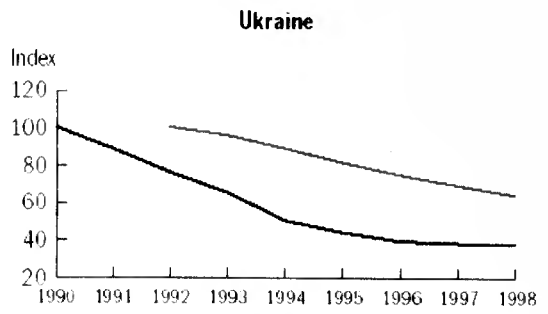
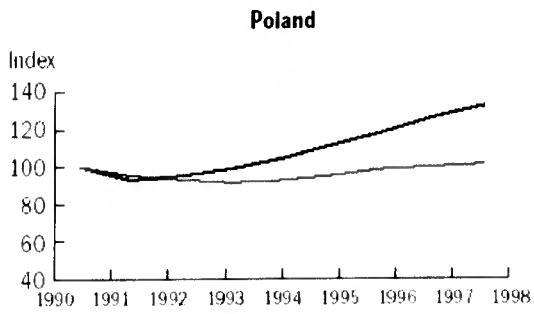
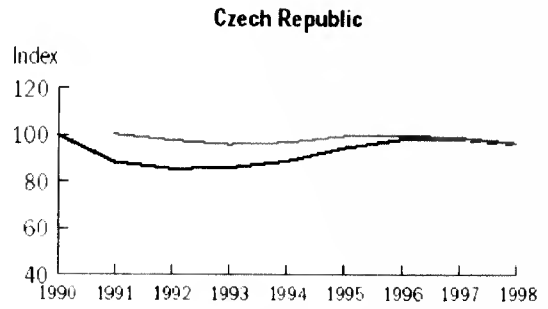
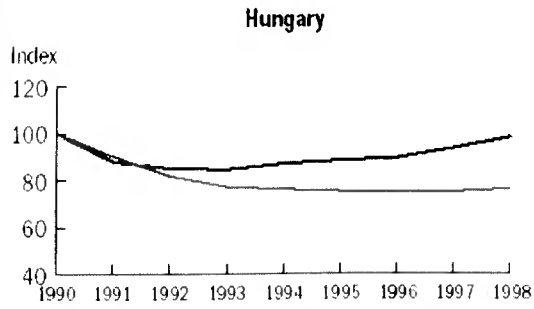
### Produtividade nas PME's

	PME's	% do Emprego Total	Valor Acrescentado	Valor Acrescentado por Empregado
Bielorússia	37,7	15,9	n.d	n.d
República Checa	97,0	48,7	53,5	109,9
Georgia	88,6	39,6	39,3	99,2
Hungria	96,1	54,9	63,6	115,8
Kazaquistão	88,6	15,6	22,4	143,6
Letónia	91,2	45,5	50,4	110,9
Lituânia	97,4	55,1	55,3	100,4
Polónia	92,1	45,7	54,4	118,9
Federação Russa	56,3	18,6	23	123,7
Ucrânia	69,2	16,9	30	177,5

Nota : A média considerada nas PME's foi de 100 empregados

Fonte : Banco Mundial

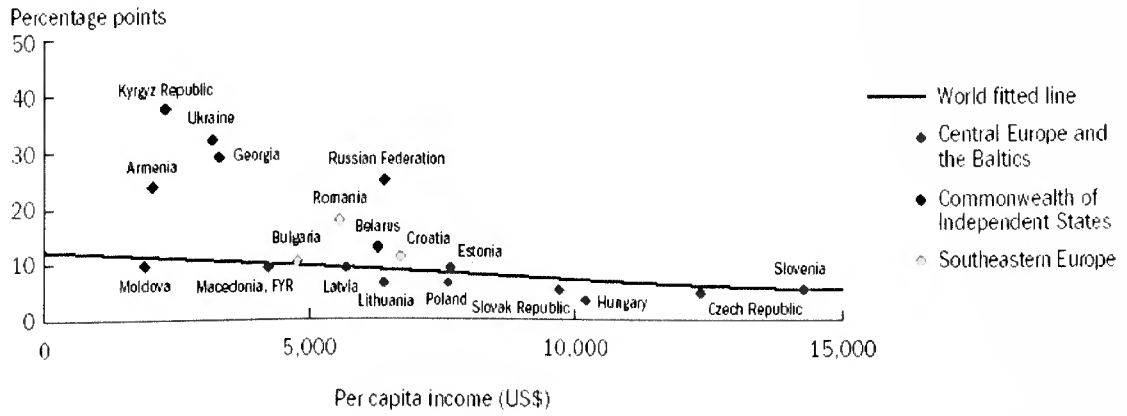
↓ Anexo 19 – Crescimento económico e Emprego



— GDP index      — Employment

Source: World Bank database on SMEs.

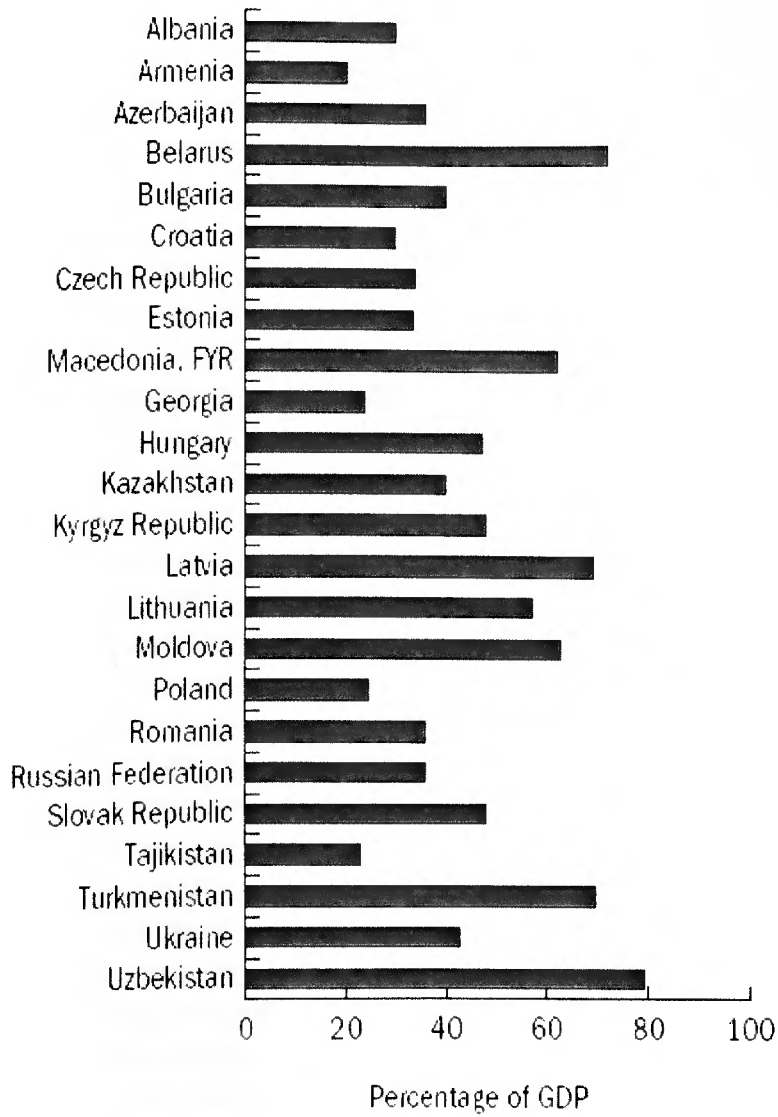
↓ Anexo 20 – As Taxas de Juro



Note: The world fitted line represents the average of all countries in the world in that per capita income range.  
 Source: Eichengreen and Ruhl (2000).

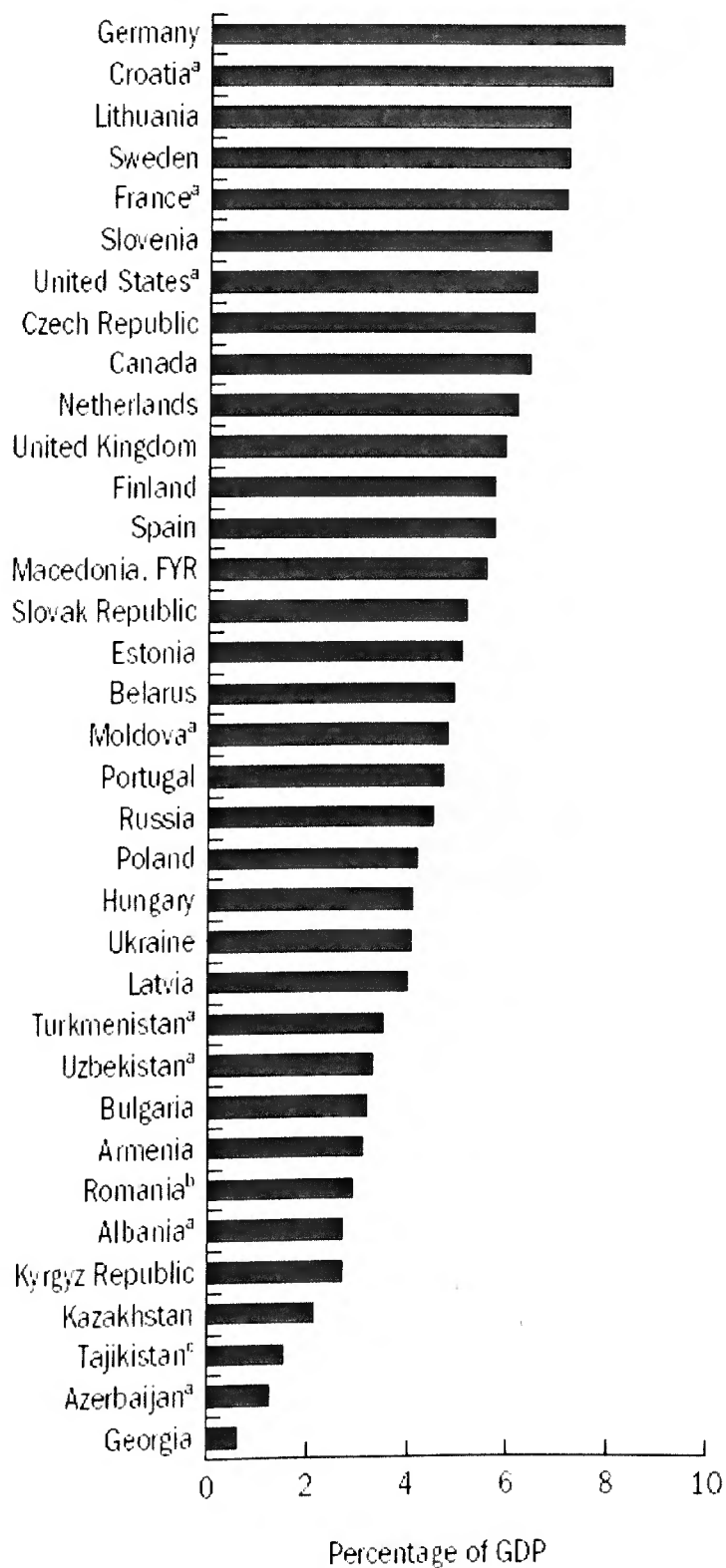


↓ Anexo 21 – Gastos com a educação em % do PIB



Source: World Bank data.

↓ Anexo 22 – Gastos com a Saúde em % do PIB



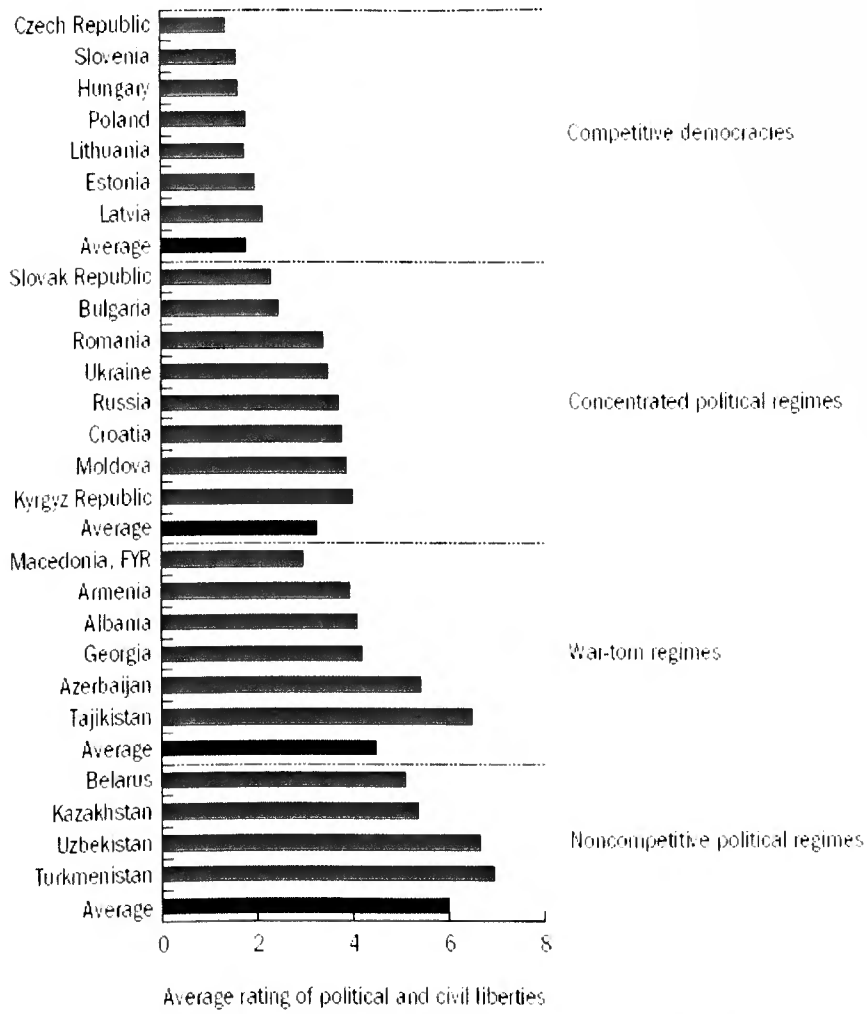
a. Data are for 1997.

b. Data are for 1996.

c. Data are for 1999.

Source: The World Bank's World Development Indicators database.

↓ Anexo 23 – Classificação dos sistemas políticos



Note: Ratings are based on the average scores for political rights and civil liberties ranging from 1 (free) to 7 (not free) by Freedom House from 1990 to 1999. The thresholds for determining the country groups are: competitive democracies: political rights  $\leq 2.0$  and civil liberties  $\leq 2.5$ ; concentrated political regimes: political rights or civil liberties  $> 2.5$ ; noncompetitive political regimes: political rights or civil liberties  $> 5.0$ .

Source: Freedom House (various years).

## ↓ Anexo 24 – Cooperação da União Europeia por sector com a Europa de Leste

<b>Engagements (Mio EUR)</b>	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Total
Aide programme	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	—	10
Aide alimentaire (développement)	—	—	43	183	63	64	94	8	—	—	—	—	456
Aide humanitaire	2	—	8	105	80	282	441	310	272	294	432	383	2 608
Humanitaire sauf réhabilitation	2	—	8	105	80	282	441	307	267	190	185	137	2 003
Réhabilitation	—	—	—	—	—	—	—	3	4	105	247	246	606
Aide aux ONG	—	—	—	—	3	8	25	21	32	10	0	0	100
Secteurs productifs	—	—	—	136	89	80	79	18	45	28	23	33	529
des ressources naturelles	—	—	—	136	89	80	79	18	45	28	23	33	529
Agriculture	—	—	—	136	89	80	79	18	45	28	23	33	529
Autres secteurs productifs	0	—	—	1	—	5	8	2	9	2	35	—	62
Industrie, mines et bâtiment	—	—	—	1	—	5	—	—	8	—	35	—	50
Échanges	0	—	—	0	—	0	8	2	1	2	—	—	11
Infrastructures et services économiques	—	—	—	77	278	332	389	426	496	569	326	525	3 416
Transports, communications, énergie	—	—	—	6	57	100	129	272	314	445	227	395	1 945
Banque, finance et services aux entreprises	—	—	—	71	221	232	261	153	182	124	99	130	1 471
Infrastructures et services sociaux	—	—	—	40	170	196	193	216	193	153	159	85	1 404
Éducation	—	—	—	37	90	141	162	170	147	110	82	49	988
Santé et démographie	—	—	—	—	45	17	27	13	3	—	11	—	115
Adduction d'eau	—	—	—	—	—	—	—	7	26	10	6	—	48
Autres	—	—	—	3	36	39	4	27	17	33	60	36	254
Gouvernance et société civile	—	—	—	10	27	26	66	82	26	212	221	271	940
Secteurs transversaux	—	0	—	130	131	197	183	140	172	80	23	81	1 136
Environnement	—	0	—	103	78	62	17	89	96	49	22	80	594
Autres	—	—	—	27	54	135	166	51	77	31	—	1	541
Non affectés par secteur	—	1	1	1	5	49	64	59	202	271	313	209	1 174
<b>Total PECO</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>52</b>	<b>683</b>	<b>845</b>	<b>1 238</b>	<b>1 541</b>	<b>1 281</b>	<b>1 446</b>	<b>1 618</b>	<b>1 541</b>	<b>1 587</b>	<b>11 836</b>
<b>Engagements (en %)</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>Total</b>
Aide programme	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,6	—	0,1
Aide alimentaire (développement)	—	—	83,3	26,9	7,5	5,2	6,1	0,6	—	—	—	—	3,8
Aide humanitaire	98,4	—	15,2	15,3	9,4	22,8	28,6	24,2	18,8	18,2	28,0	24,2	22,0
Humanitaire sauf réhabilitation	98,4	—	15,2	15,3	9,4	22,8	28,6	24,0	18,5	11,7	12,0	8,6	16,9
Réhabilitation	—	—	—	—	—	—	—	0,2	0,3	6,5	16,0	15,5	5,1
Aide aux ONG	—	—	—	—	0,4	0,7	1,6	1,6	2,2	0,6	—	—	0,8
Secteurs productifs des ressources naturelles	—	—	—	19,9	10,5	6,5	5,1	1,4	3,1	1,7	1,5	2,1	4,5
Agriculture	—	—	—	19,9	10,5	6,5	5,1	1,4	3,1	1,7	1,5	2,1	4,5
Autres secteurs productifs	0,2	—	—	0,2	—	0,4	0,5	0,2	0,6	0,1	2,3	—	0,5
Industrie, mines et bâtiment	—	—	—	0,2	—	0,4	—	—	0,6	—	2,3	—	0,4
Échanges	0,2	—	—	—	—	—	0,5	0,2	0,1	—	—	—	0,1
Infrastructures et services économiques	—	—	—	11,3	32,8	26,8	25,3	33,2	34,3	35,2	21,1	33,1	28,9
Transports, communications et énergie	—	—	—	0,9	6,7	8,1	8,4	21,3	21,7	27,5	14,7	24,9	16,4
Banque, finance et services aux entreprises	—	—	—	10,4	26,1	18,7	16,9	12,0	12,6	7,6	6,4	8,2	12,4
Infrastructures et services sociaux	—	—	—	5,8	20,2	15,8	12,5	16,9	13,3	9,5	10,3	5,4	11,9
Éducation	—	—	—	5,4	10,6	11,3	10,5	13,3	10,2	6,8	5,3	3,1	8,3
Santé et démographie	—	—	—	—	5,3	1,3	1,7	1,0	0,2	—	0,7	—	1,0
Adduction d'eau	—	—	—	—	—	—	—	0,5	1,8	0,6	0,4	—	0,4
Autres	—	—	—	0,4	4,2	3,2	0,3	2,1	1,1	2,1	3,9	2,3	2,1
Gouvernance et société civile	—	—	—	1,5	3,1	2,1	4,3	6,4	1,8	13,1	14,4	17,0	7,9
Secteurs transversaux	—	19,8	—	19,0	15,5	15,9	11,9	10,9	11,9	4,9	1,5	5,1	9,6
Environnement	—	19,8	—	15,0	9,2	5,0	1,1	6,9	6,6	3,0	1,5	5,0	5,0
Autres	—	—	—	4,0	6,3	10,9	10,8	3,9	5,3	—	—	0,1	4,6
Non affectés par secteur	1,4	80,2	1,4	0,1	0,6	4,0	4,2	4,6	14,0	16,7	20,3	13,2	9,9
<b>Total PECO</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Source: Base de données 1999, Commission européenne/ODI.

↓ Anexo 25– O programa PHARE por sector

Sector	Autorizações	Contratos	Pagamentos
Administração e instituições públicas	761,23	395,35	291,58
Reestruturação da agricultura	562,6	459,01	438,57
Sociedade civil e democratização	104,84	79,79	64,95
Ensino, formação e investigação	1,012,09	959,93	867,51
Ambiente e segurança nuclear	753,12	544,62	447,19
Sector financeiro	268,68	257,82	248,76
Ajuda humanitária e alimentar e ajuda de emergência	533,02	521,07	501,52
Infra-estruturas (energia, transportes e telecomunicações)	2 145,59	1 298,24	958,04
Aproximação da legislação	84,07	73,81	19,66
Defesa do consumidor	12,91	12,63	8,97
Sector privado, privatização e reestruturação, PME	1 156,02	924,98	815,81
Medidas regionais integradas	340,15	124,91	83,34
Desenvolvimento social e emprego	272,84	233,64	202,37
Saúde pública	105,57	98,92	88,46
Outros (multidisciplinar, AT geral, etc.)	778,15	712,59	552,39
<b>Total</b>	<b>8 890,88</b>	<b>6 697,3</b>	<b>5 589,10</b>

↓ Anexo 26 – O programa PHARE por países

País parceiro	Autorizações	Contratos	Pagamentos
Albânia	493,13	347,82	315,88
Bósnia-Herzegovina	282,33	206,98	152,11
Bulgária	746,94	518,13	479,44
República Checa	389,73	246,12	196,46
Estónia	162,83	116,76	95,48
A.R.J. Macedónia	167,33	127,68	93,57
Hungria	864,04	586,59	566,92
Letónia	206,57	149,56	115,07
Lituânia	272,03	197,33	146,46
Polónia	1 731,51	1 386,04	1 251,30
Roménia	971,85	675,75	598,13
Eslováquia	253,23	149,45	132,95
Eslovénia	131,29	95,65	77,67
Ex-Checoslováquia	232,71	228,85	229,17
Programas multinacionais	880,69	701,07	544,67
Programas horizontais	1 104,68	963,51	593,81
<b>Total</b>	<b>8 890,88</b>	<b>6 697,3</b>	<b>5 589,10</b>

↓ Anexo 27 – Sistema de Telecomunicações

<i>Country</i>	<i>Population</i>	<i>Fixed Lines</i>	<i>Mobile Lines</i>	<i>Total</i>
	<i>1998</i>	<i>1998</i>	<i>1998</i>	
	<i>million</i>	<i>thousand</i>	<i>Penetration</i>	<i>Penetration</i>
			<i>lines/100</i>	<i>lines/100</i>
Albania	3.4	118	3.5	6*
Bosnia and Herzegovina	4.2	337	8.0	26
Croatia	4.6	1594	34.9	213
FRY	10.6	2190	20.7	216
FYR Macedonia	2.0	453	22.7	35
Bulgaria	8.2	2715	33.1	131
Romania	22.5	4513	20.0	720
SEE Total lines and average penetration	55.5	11920	21.8	1346

\* As a result of recent up-grade in Albania the current number of mobile lines amounts to 20,000.

Source: ITU, national

## ↓ Anexo 28 – Energia

### Energia nos Países PECO ( Fontes de Consumo )

Países	PIB por unidade energia utilizada	Hidro electrica	Carvão	Oleo	Gás	Nuclear	Consumo p/ capita	Distribuição( % de perdas )
Albania	1,8	95,2	0,0	4,8	0,0	0,0	623	51,0
Bosnia e Herz.	n.d.	64,5	35,5	0,0	n.d.	0,0	n.d	23,0
Bulgaria	1,0	3,1	43,1	3,6	7,9	42,4	3.415	13,0
Croacia	2,8	59,4	2,7	27,7	10,1	0,0	2.074	19,0
Jugoslávia	n.d.	13,1	86,3	0,6	n.d.	0,0	2.443	12,0
Roménia	0,7	28,2	35,1	9,8	26,9	2,3	1.603	11,0
Macedónia	n.d.	30,2	25,0	2,4	3,7	69 (a)	2.921	30,0

(a) Energia Termal

Fonte : Banco Mundial - World Development Indicators ( 2000 )

↓ Anexo 29 – Reformas Políticas a realizar

<p><b>I. Private Sector Development/Trade/Finance</b>  <b>Ensure private sector environment conducive to growth, exports and employment.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Accelerate privatization and structural reform in the financial and enterprise sector.</li> <li>➤ Develop effective commercial law legal framework.</li> <li>➤ Reduce the tax burden on SMEs, foster development of SME financing vehicles.</li> <li>➤ Alleviate constraints to FDI, including portfolio investment.</li> <li>➤ Eliminate labor market inefficiency, reduce rigidity in labor market legislation.</li> </ul>	<p><b>III. Institutional Development/Government and Public Sector/Corruption.</b>  <b>Maintain a sustainable and growth-promoting macroeconomic framework, reduce the size of the public sector.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Identify areas from which the state needs to withdraw and reduce overall level of public spending, ensure spending decisions are based on clear priorities.</li> <li>➤ Define the responsibilities and competencies of government entities and equip them with technology and systems to improve efficiency.</li> <li>➤ Enforce financial discipline, improve resource mobilization by broadening the tax base, improve tax administration and collection, reduce tax rates.</li> </ul>
<p><b>Promote further trade liberalization.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reduce protection through lower, more uniform tariff rates and increase transparency through reducing the number of tariff bands.</li> <li>➤ Eliminate non-tariff trade barriers, through the removal of licenses, quotas and other instruments.</li> <li>➤ Strengthen trade-related institutional capacity.</li> <li>➤ Harmonize existing intra-regional preferences which are not consistent with the WTO.</li> </ul>	<p><b>Reorient state functions to meet the needs of market economy.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Adopt and implement effective legal and regulatory frameworks for the operation of private markets.</li> <li>➤ Reorganize state institutions, streamline overlapping and outdated structures.</li> <li>➤ Build local government management capacity and autonomy, strengthen municipalities and enhance devolution of powers to local administrations.</li> </ul>
<p><b>Improve financial system safety, soundness and performance standards.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Improve lending policies/practices and risk management of banks.</li> <li>➤ Efficiently manage foreign debt.</li> <li>➤ Improve bank governance through privatization and strengthen supervision of banks and financial institutions.</li> <li>➤ Improve accounting and auditing practices, adopt international accounting standards.</li> <li>➤ Strengthen institutional/market framework, improve technology of financial intermediaries and markets and enhance information transparency.</li> </ul>	<p><b>Enhance state role in long-term development planning, strengthen public administration and database management.</b></p> <p><b>Strengthen the judiciary, enhance judicial implementation capacity, and provide basic resources for judges.</b></p> <p><b>Reduce corruption through identifying areas of public administration most prone to corruption, streamline and rationalize legal and administrative procedures to eliminate corruption encouragement, introduce transparency.</b></p>
<p><b>Eliminate distortions in agricultural sector, complete privatization and improve its competitiveness.</b></p>	<p><b>IV. Infrastructure.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Rehabilitate and strengthen existing infrastructure systems through least-cost investments and reducing infrastructure system losses through improved management.</li> <li>➤ Improve billing and fee collection systems for infrastructure services, insure financial viability of the different sectors, modernize and streamline operations.</li> <li>➤ Open up major infrastructure units to competition, establish legal and regulatory framework for price liberalization.</li> </ul>
<p><b>II. Poverty Reduction and Social Development.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Support poverty reduction and address rising inequality.</li> <li>➤ Promote access to quality education for all children which is suitable for the needs of a market economy, leadership, and democratic society.</li> <li>➤ Reduce inherited inefficiencies in the health sector, through reorienting the health care system to lower levels of care, reforming health finance, updating clinical practices, and facilitating private sector provision.</li> <li>➤ Increase the fiscal sustainability and impact of the social protection system, through reform of pension systems, improving contribution compliance, and targeting social assistance more effectively.</li> </ul>	<p><b>V. Environmental Management</b>  <b>Improvement of national resource management and environmental standards.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Strengthen institutional capacity of the environmental protection institutions at the central (policy issues) and regional (better enforcement and monitoring) levels.</li> <li>➤ Develop or enhance systems for environment monitoring and assessing environmental degradation.</li> <li>➤ Create national strategy for environment priorities and resource management.</li> </ul>

Source: Country Assistance Strategies for the six SEE countries, World Bank.

↓ Anexo 30 – Poupança nos países da Europa Central e Oriental

	<i>Actual</i>			<i>Estimate</i>	
	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>
SEE -6- Average <sup>a</sup>					
Gross Domestic investment	20.5	22.0	22.9	20.1	18.3
o w Gov't Inv.	4.2	5.3	4.9	4.7	3.8
Gross national savings	15.0	15.2	15.0	12.1	11.8
Government savings	..	-0.2	1.9	2.3	2.2
Non government savings	..	15.3	13.1	9.8	9.6
Foreign savings	5.5	6.8	7.9	7.9	6.4
CEE -5- Average <sup>b</sup>					
Gross Domestic investment	23.9	26.4	28.0	28.6	28.3
o w Gov't Inv.	..	..	..	..	..
Gross national savings	24.9	23.2	24.3	24.5	23.4
Government savings	0.4	0.7	0.3	0.6	..
Non government savings	24.5	22.5	24.0	23.9	..
Foreign savings	-1.0	3.2	3.7	4.1	4.9

a. This is an average of Albania, BiH, Bulgaria, Croatia, FYR Macedonia and Romania. See Annex Table 2.8 for weights.

b. The weights are: Czech Republic 0.180; Hungary 0.159; Poland 0.524; Slovak Republic 0.069; Slovenia 0.068.

Source: World Bank staff estimates; country sources.

↓ Anexo 31 – As taxas de mortalidade infantil

Taxas de Mortalidade Infantil

Países	Taxa Mortalidade Infantil		
	1990	1997	Variação Anual
Albania	28,3	25,8	-2
Bosnia e Herzegovina	15,3	12,7	-3
Bulgaria	14,8	17,5	2
Croacia	10,7	8,2	-4
Jugoslávia	22,8	14,3	-6
Macedonia	22,8	15,7	-5
Roméia	26,9	22	-3
Países PECO (média )	22,3	18,2	-3
União Europeia ( média )	16,4	9,2	-8

Países	Mortalidade Infantil ( abaixo 5 anos )		
	1990	1997	Variação Anual
Albania	41,5	30,6	-4
Bosnia e Herzegovina	17,2	n.d	n.d
Bulgaria	18,7	23,5	3
Croacia	12,5	9,5	-4
Jugoslávia	26,2	16,5	-6
Macedonia	34,9	18,5	-9
Roméia	35,7	26,4	-4
Países PECO (média )	29,3	22,3	-4
União Europeia ( média )	18,8	11,0	-7

Nota : Taxas de Mortalidade Infantil ( por cada mil bebés nados-vivos )

Fonte : Banco Mundial : Relatório sobre a Transição ( 1999 )

↓ Anexo 32 – Indicadores do Sector bancário e financeiro

	<i>Albania<sup>a</sup></i>	<i>Bosnia &amp; Herzegovina</i>	<i>Bulgaria<sup>a</sup></i>	<i>Croatia<sup>b</sup></i>	<i>FYR<sup>b</sup> Macedonia</i>	<i>Romania<sup>b</sup></i>
Number of banks	11	70	28	60	24	35
Operating foreign banks	9 <sup>1</sup>	2	7	6	2	16
Total bank assets (US\$ bln)	1.5	5.4	4.2	16.8	1.7	13.3
Total bank assets (% GDP)	45	132	35	74	46	35
% of bad loans (in total loans)	91 <sup>2</sup>	n.a.	9	11	33	58 <sup>3</sup>
% of state assets (in total assets)	90	n.a.	59	42	n.a.	75
Credit to private sector (% GDP)	3	n.a.	16	40	21	13
Total bank deposits (% GDP)	36	n.a.	23	43	12	19
Equity as % of total assets	n.a.	12	11	18	22	12
Required capital adequacy ratio	8	8	12	10	8	8
Number of insurance companies	3	n.a.	30	23	n.a.	47
Total premiums (% of GDP)	n.a.	n.a.	n.a.	4	n.a.	1

a. Data for FR Yugoslavia is not available, b. data as of 1998, c. data as of 1997.

1. All joint venture or are wholly owned subsidiary of foreign banks; 2. Prior to the restructuring program of state-owned banks; 3. Includes loss and doubtful as of mid-1998.

Source: World Bank staff estimates; EBRD Transition Report, 1999.



